



UFMA



UFPI



UFC



UFERSA



UFRN



UFPB



UFPE



UFS



UESC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO INSTITUTO FEDERAL
DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS À LUZ DA AGENDA**

2030

JOSÉ SÉRGIO FILGUEIRAS COSTA

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026

JOSÉ SÉRGIO FILGUEIRAS COSTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO INSTITUTO FEDERAL
DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS À LUZ DA AGENDA
2030**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador:
Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa

Coorientadora:
Prof^a. Dra. Carina Angélica dos Santos

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal de Sergipe. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C837e Costa, José Sérgio Filgueiras.
Educação ambiental e sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe: uma análise das práticas ambientais à luz da agenda 2030 / José Sérgio Filgueiras Costa; orientador Inajá Francisco de Sousa. – São Cristóvão, SE, 2026.
191 f.; il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Meio ambiente. 2. Educação ambiental. 3. Sustentabilidade. 4. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação. 5. Educação e Estado. 6. Responsabilidade ambiental. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. II. Sousa, Inajá Francisco de, orient. III. Título.

CDU 502:37

JOSÉ SÉRGIO FILGUEIRAS COSTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO INSTITUTO FEDERAL
DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS À LUZ DA AGENDA
2030**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Linha de Pesquisa: Planejamento, gestão e políticas socioambientais

Defendida em: 26 de fevereiro de 2026.

José Sérgio Filgueiras Costa (UFS)
Discente

Inajá Francisco de Sousa, Prof. Dr. (UFS)
Presidente – Orientador

Carina Angélica dos Santos, Prof^a. Dra (SEED)
Coorientadora

Maria José Nascimento Soares, Profa. Dra. (UFS)
Examinadora – Representante local do PRODEMA

Rosemeire Marcedo Costa, Profa. Dra. (DED/UFS)
Examinadora – Representante externa a Rede PRODEMA

Rodrigo Gallotti Lima, Prof. Dr. (IFS)
Examinador – Representante de instituição externa a Rede PRODEMA

Dr. Luam de Oliveira Santos, Prof. Dr. (IFS)
Examinador – Representante de instituição externa a Rede PRODEMA

AGRADECIMENTOS

A *DEUS*, pela vida e por me permitir realizar muitos sonhos nesta caminhada existencial.

Aos meus pais, José de Oliveira (*in memoriam*) e Carmen Filgueiras, pelos primeiros ensinamentos no meu processo educacional.

À minha querida esposa, Grace Santos, pelo companheirismo e motivação.

Aos meus irmãos por acreditarem em mim.

À minha “segunda mãe”, Neide Costa Tavares, que acreditou no meu potencial e foi minha incentivadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa, pela atenção, orientação e profissionalismo no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Luam de Oliveira Santos, Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares, Profa. Dra. Rosemeire Marcedo Costa e ao Prof. Dr. Rodrigo Gallotti Lima, professores da banca examinadora, por suas sugestões e contribuições valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores, servidores, técnico-administrativos e colegas do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA), pela acolhida, ensinamentos e atenção.

Ao grupo GPFIMA (Grupo de Pesquisa Formação, Interdisciplinar e Meio Ambiente), por oportunizar discussões sobre Meio Ambiente e Interdisciplinaridade.

Aos profissionais que formam a equipe da secretaria do PRODEMA, entre eles Cícero, pela atenção, colaboração e presteza.

À Universidade Federal de Sergipe, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo fomento à pesquisa.

A todos os membros da banca que se dispuseram a analisar o trabalho e colaborar para melhoria.

“Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”.

Ailton Krenak (2019, p. 14).

RESUMO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS À LUZ DA AGENDA 2030

Autor: José Sérgio Filgueiras Costa

Orientador: Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa

Coorientadora: Profa. Dra. Carina Angélica dos Santos

Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

São Cristóvão-SE, fevereiro de 2026.

Os conceitos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável emergiram no cenário internacional entre as décadas de 1960 e 1980, impulsionados por preocupações com impactos ambientais dos padrões de produção e consumo. Nesse contexto, a Educação Ambiental assume papel fundamental na sensibilização para o uso equilibrado dos recursos naturais. Assim, a sustentabilidade ambiental deve ser abordada de forma interdisciplinar e sistêmica nas Instituições de Ensino Superior, articulando ensino, pesquisa e extensão. Partindo dessas premissas, este estudo teve como objetivo analisar as práticas de educação ambiental e sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe (IFS), examinando sua integração nos Projetos Pedagógicos de Cursos superiores, o diálogo das ações socioambientais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as abordagens temáticas, metodológicas e pedagógicas presentes nas dissertações dos mestrados em Turismo e Educação. A pesquisa apresenta caráter inédito ao analisar, de forma integrada, o tripé ensino, pesquisa e extensão em articulação com os ODS no contexto do IFS, suprimindo a lacuna de análises sistemáticas sobre a incorporação da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores e nas práticas institucionais. Soma-se a isso a análise bibliométrica de dissertações, que evidencia lacunas temáticas ainda pouco exploradas na literatura regional. No formato *multipaper*, a pesquisa foi estruturada em três artigos, correspondentes aos objetivos específicos do estudo. O **primeiro artigo** analisou a integração da educação ambiental e da sustentabilidade nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do IFS, evidenciando avanços na incorporação de temáticas socioambientais, especialmente nos cursos de Ciências Biológicas e Química, e lacunas nos cursos de Matemática e Física. Os **resultados** indicaram que a presença da educação ambiental nos currículos ainda ocorre de forma desigual, apontando a necessidade de fortalecimento da interdisciplinaridade, da formação continuada docente e da articulação sistêmica entre ensino, pesquisa e extensão. O **segundo artigo** examinou as práticas socioambientais desenvolvidas pelo IFS à luz dos ODS, identificando alinhamento institucional principalmente com os ODS 4 (meta 4.7), 12 (meta 12.5), 16 (meta 16.7) e 17 (meta 17.7). Os **resultados** demonstraram maior incidência dessas práticas nas dimensões do ensino e da pesquisa, enquanto a extensão ainda enfrenta desafios para sua efetiva integração aos currículos. Destacam-se iniciativas como hortas pedagógicas, projetos socioambientais e a implantação de usinas fotovoltaicas, que evidenciam o compromisso institucional com a sustentabilidade, embora persistam assimetrias entre cursos e *campi*. O **terceiro artigo** analisou dissertações dos programas de pós-graduação em Turismo e Educação do IFS, revelando abordagens diferenciadas da educação ambiental e da sustentabilidade. Os **resultados** apontaram que no Programa de Pós-Graduação em Turismo, observa-se forte centralidade dessas temáticas, articuladas ao ecoturismo, ao turismo sustentável e a ações educativas voltadas ao desenvolvimento regional. No Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, embora com menor recorrência quantitativa, as dissertações enfatizam a formação humana, as práticas pedagógicas e a sensibilização crítica, evidenciando uma concepção

interdisciplinar e transformadora da educação ambiental. Contudo, sinaliza-se a necessidade de ampliar e sistematizar essas abordagens, especialmente no que se refere à gestão sustentável, à reutilização de recursos e à integração entre ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais. Como produto final da tese, foi elaborado um *e-book* intitulado *Glossário de Termos e Verbetes Socioambientais*, disponibilizado em acesso aberto pela Editora do IFS (EDIFS), contribuindo para a socialização do conhecimento produzido. Em conclusão, o estudo demonstrou que a integração da educação ambiental e da sustentabilidade às práticas do tripé ensino-pesquisa-extensão do IFS constitui um caminho viável e necessário para o fortalecimento da formação cidadã, crítica e interdisciplinar na educação superior, contribuindo para o debate acadêmico e institucional sobre o papel das Instituições de Ensino Superior na promoção da sustentabilidade e da transformação socioambiental.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; objetivos de desenvolvimento sustentável; políticas educacionais; responsabilidade socioambiental.

GENERAL ABSTRACT

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY AT THE FEDERAL INSTITUTE OF SERGIPE: AN ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL PRACTICES IN LIGHT OF THE 2030 AGENDA

Autor: José Sérgio Filgueiras Costa

Orientador: Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa

Coorientadora: Profa. Dra. Carina Angélica dos Santos

Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

São Cristóvão-SE, fevereiro de 2026.

The concepts of environmental education and sustainable development emerged on the international stage between the 1960s and 1980s, driven by concerns about the environmental impacts of production and consumption patterns. In this context, Environmental Education plays a fundamental role in raising awareness about the balanced use of natural resources. Thus, environmental sustainability should be addressed in an interdisciplinary and systemic way within Higher Education Institutions, integrating teaching, research, and extension. Based on these premises, this study aimed to analyze environmental education and sustainability practices at the Federal Institute of Sergipe (IFS), examining their integration into undergraduate Course Pedagogical Projects, the alignment of socio-environmental actions with the Sustainable Development Goals (SDGs), and the thematic, methodological, and pedagogical approaches present in master's dissertations in Tourism and Education. The research is innovative in that it analyzes, in an integrated manner, the teaching-research-extension triad in articulation with the SDGs in the context of IFS, addressing the lack of systematic analyses on the incorporation of Environmental Education into undergraduate curricula and institutional practices. In addition, a bibliometric analysis of dissertations was conducted, revealing thematic gaps that remain underexplored in regional literature. Adopting a multipaper format, the study was structured into three articles corresponding to its specific objectives. The first article analyzed the integration of environmental education and sustainability into Institutional Pedagogical Projects (PPP) and Course Pedagogical Projects (PPC) at IFS, highlighting advances in the incorporation of socio-environmental themes, especially in Biology and Chemistry programs, as well as gaps in Mathematics and Physics programs. The results indicated that the presence of Environmental Education in curricula remains uneven, pointing to the need to strengthen interdisciplinarity, continuous teacher education, and systemic articulation among teaching, research, and extension. The second article examined socio-environmental practices developed by IFS in light of the SDGs, identifying institutional alignment particularly with SDG 4 (target 4.7), SDG 12 (target 12.5), SDG 16 (target 16.7), and SDG 17 (target 17.7). The findings showed a higher incidence of such practices in teaching and research, while extension still faces challenges in achieving effective integration into curricula. Initiatives such as educational gardens, socio-environmental projects, and the implementation of photovoltaic plants stand out, demonstrating institutional commitment to sustainability, although asymmetries among programs and campuses persist. The third article analyzed dissertations from the graduate programs in Tourism and Education at IFS, revealing distinct approaches to environmental education and sustainability. The results indicated that in the Graduate Program in Tourism, there is a strong centrality of these themes, linked to ecotourism, sustainable tourism, and educational actions aimed at regional development. In the Graduate Program in Professional and Technological Education, although less frequent quantitatively, the dissertations emphasize human development, pedagogical

practices, and critical awareness, reflecting an interdisciplinary and transformative conception of environmental education. However, the need to expand and systematize these approaches is highlighted, especially regarding sustainable management, resource reuse, and the integration of teaching, research, extension, and institutional policies. As the final product of the thesis, an e-book entitled *Glossary of Socio-Environmental Terms and Entries* was developed and made available in open access by the IFS Press (EDIFS), contributing to the dissemination of the knowledge produced. In conclusion, the study demonstrated that integrating environmental education and sustainability into the teaching-research-extension triad at IFS constitutes a viable and necessary path for strengthening critical, civic, and interdisciplinary education in higher education, contributing to academic and institutional debates on the role of Higher Education Institutions in promoting sustainability and socio-environmental transformation.

Keywords: interdisciplinarity; educational policies; sustainable development goals; socio-environmental responsibility.

RESUMEN

EDUCACIÓN AMBIENTAL Y SOSTENIBILIDAD EN EL INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: UN ANÁLISIS DE LAS PRÁCTICAS AMBIENTALES A LA LUZ DE LA AGENDA 2030

Autor: José Sérgio Filgueiras Costa

Orientador: Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa

Coorientadora: Profa. Dra. Carina Angélica dos Santos

Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

São Cristóvão-SE, fevereiro de 2026.

Los conceptos de educación ambiental y desarrollo sostenible emergieron en el escenario internacional entre las décadas de 1960 y 1980, impulsados por preocupaciones sobre los impactos ambientales de los patrones de producción y consumo. En este contexto, la Educación Ambiental asume un papel fundamental en la sensibilización para el uso equilibrado de los recursos naturales. Así, la sostenibilidad ambiental debe ser abordada de forma interdisciplinaria y sistémica en las Instituciones de Educación Superior, articulando docencia, investigación y extensión. Partiendo de estas premisas, este estudio tuvo como objetivo analizar las prácticas de educación ambiental y sostenibilidad en el Instituto Federal de Sergipe (IFS), examinando su integración en los Proyectos Pedagógicos de los cursos de grado, el diálogo de las acciones socioambientales con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y los enfoques temáticos, metodológicos y pedagógicos presentes en las tesis de maestría en Turismo y Educación. La investigación presenta un carácter innovador al analizar, de forma integrada, el trípode docencia-investigación-extensión en articulación con los ODS en el contexto del IFS, cubriendo la falta de análisis sistemáticos sobre la incorporación de la Educación Ambiental en los proyectos pedagógicos de los cursos de grado y en las prácticas institucionales. A ello se suma el análisis bibliométrico de tesis, que evidencia vacíos temáticos aún poco explorados en la literatura regional. En formato multipaper, la investigación fue estructurada en tres artículos, correspondientes a los objetivos específicos del estudio. El primer artículo analizó la integración de la educación ambiental y la sostenibilidad en los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) y en los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) del IFS, evidenciando avances en la incorporación de temáticas socioambientales, especialmente en los cursos de Biología y Química, y vacíos en los cursos de Matemáticas y Física. Los resultados indicaron que la presencia de la Educación Ambiental en los currículos aún ocurre de forma desigual, señalando la necesidad de fortalecer la interdisciplinariedad, la formación continua del profesorado y la articulación sistémica entre docencia, investigación y extensión. El segundo artículo examinó las prácticas socioambientales desarrolladas por el IFS a la luz de los ODS, identificando una alineación institucional principalmente con el ODS 4 (meta 4.7), el ODS 12 (meta 12.5), el ODS 16 (meta 16.7) y el ODS 17 (meta 17.7). Los resultados mostraron una mayor incidencia de estas prácticas en las dimensiones de docencia e investigación, mientras que la extensión aún enfrenta desafíos para su efectiva integración en los currículos. Se destacan iniciativas como huertos pedagógicos, proyectos socioambientales y la implementación de plantas fotovoltaicas, que evidencian el compromiso institucional con la sostenibilidad, aunque persisten asimetrías entre cursos y campus. El tercer artículo analizó tesis de los programas de posgrado en Turismo y Educación del IFS, revelando enfoques diferenciados de la educación ambiental y la sostenibilidad. Los resultados señalaron que en el Programa de Posgrado en Turismo se observa una fuerte centralidad de estas temáticas, articuladas al ecoturismo, al turismo sostenible y a acciones educativas orientadas al desarrollo regional. En el Programa de Posgrado en Educación Profesional y Tecnológica, aunque con menor recurrencia cuantitativa,

las tesis enfatizan la formación humana, las prácticas pedagógicas y la sensibilización crítica, evidenciando una concepción interdisciplinaria y transformadora de la educación ambiental. No obstante, se señala la necesidad de ampliar y sistematizar estos enfoques, especialmente en lo referente a la gestión sostenible, la reutilización de recursos y la integración entre docencia, investigación, extensión y políticas institucionales. Como producto final de la tesis, se elaboró un libro electrónico titulado *Glosario de Términos y Entradas Socioambientales*, disponible en acceso abierto a través de la Editorial del IFS (EDIFS), contribuyendo a la socialización del conocimiento producido. En conclusión, el estudio demostró que la integración de la educación ambiental y la sostenibilidad en el trípode docencia-investigación-extensión del IFS constituye un camino viable y necesario para el fortalecimiento de una formación ciudadana, crítica e interdisciplinaria en la educación superior, contribuyendo al debate académico e institucional sobre el papel de las Instituciones de Educación Superior en la promoción de la sostenibilidad y la transformación socioambiental.

Palabras clave: interdisciplinariedad; objetivos de desarrollo sostenible; políticas educativas; responsabilidad socioambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Temática que compõem os artigos da tese.	58
Figura 2 – Principal referencial teórico utilizado na pesquisa.....	61
Figura 3 – Técnicas e instrumentos utilizados na pesquisa	62
Figura 4 – Localização dos <i>Campi</i> do IFS que oferecem Ensino Superior.	65
Figura 5 – QR-code do Glossário de Ternos e Verbetes Socioambientais.....	152
Figura 6 – Hortas Pedagógicas no campus Poço Redondo	153
Figura 7 – Disponibilidade de vagas para pessoas trans, refugiadas e imigrantes	153
Figura 8 – Projeto que traz a importância da rede de esgoto.....	154
Figura 9 – Participação do IFS em evento sobre reaproveitamento da água.....	154
Figura 10 – IFS monta usinas fotovoltaicas	155
Figura 11 – IFS faz acordo de Cooperação Técnica.....	155
Figura 12 – IFS oferta curso de Português como Língua Adicional	156
Figura 13 – Portaria cria Memorial do IFS.....	156
Figura 14 – IFS promove Semana do Meio Ambiente	157
Figura 15 – IFS ofertará Especialização a Distância.....	157
Figura 16 – IFS lança Cartilha Digital para assistir estudantes	158
Figura 17 – IFS faz chamada pública para aquisição de alimentos PNAE	158
Figura 18 – IFS lança Projeto Vida Nova.....	159
Figura 19 – Projeto Visibilizando as Diferenças no IFS.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização dos artigos da Tese.....	31
Quadro 2 – Dimensões da Sustentabilidade e seus contextos.	37
Quadro 3 – Dimensões e objetivos dos ODS.	45
Quadro 4 – Estudos de sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior	48
Quadro 5 – Articulações entre o tripé ensino-pesquisa-extensão e ações de sustentabilidade nas IES – (1972-2021)	49
Quadro 6 – Ações diretas e indiretas de Sustentabilidade no contexto do Ensino, Pesquisa e Extensão do IFS e os ODS.....	54
Quadro 7 – Localização/Região dos Campi do IFS com seus respectivos perfis.....	63
Quadro 8 – Cursos Superiores ofertados pelo IFS.	66
Quadro 9 – Áreas de atuação acadêmica e Eixos Tecnológicos do IFS.	67
Quadro 10 – Áreas de atuação acadêmica e Eixos Licenciatura.	68
Quadro 11 – Áreas de atuação acadêmica e Eixos Bacharelado do IFS.	68

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AASHE	Associação para o Avanço da Sustentabilidade em Educação Superior;
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CEFET-SE	Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DIREX	Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade
DG	Direção Geral
EA	Educação Ambiental
EAFSC	Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
FIC	Formação Inicial e Continuada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
GADM	Gerência de Administração e Manutenção
GEN	Gerência de Ensino
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federais
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IN	Instrução Normativa
INBS	Instituto Brasileiro de Sustentabilidade
IUCN	<i>International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources</i>
MEC	Ministério da Educação
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PLS	Planos de Gestão de Logística Sustentável
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNES	Programa Nacional de Escolas Sustentáveis

PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPMTUR	Programa de Pós-Graduação em Turismo
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA/EJA	Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RGSA	Revista de Gestão Social e Ambiental
SGA	Sistemas de Gestão Ambiental
STARS	Sustainability Tracking, Assessment & Rating System
TCU	Tribunal de Contas da União
UNCHE	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	19
1.1 PRIMEIROS PASSOS: MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA.....	19
1.2 INEDITISMO DA PESQUISA	21
1.3 FORMATO DA PESQUISA	21
2 INTRODUÇÃO GERAL	23
2.1 PROBLEMA DE PESQUISA	28
2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	29
2.2.1 Objetivo Geral	29
2.2.2 Objetivos Específicos	29
2.3 ESTRUTURA DA TESE	30
2.4 PRODUTO DA TESE	32
3 REVISÃO DE LITERATURA	33
3.1 PENSAR O MEIO AMBIENTE: CONTEXTOS E CONCEITOS.....	33
3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	37
3.3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	42
3.4 OS ODS E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	44
3.5 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E AS IES	47
4 METODOLOGIA.....	58
4.1 FORMATO DA PESQUISA	58
4.2 TIPOLOGIA E MÉTODOS DA PESQUISA	59
4.3 ETAPAS DA PESQUISA	60
4.4 AMBIENTE DA PESQUISA	64
REFERÊNCIAS.....	69
ARTIGO 1	82
PERCURSOS SUSTENTÁVEIS NO ENSINO: UMA JORNADA PELA INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)	83
1 INTRODUÇÃO.....	85
2 APORTE TEÓRICO.....	86
2.1 SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BREVE HISTÓRICO E CONCEITOS.....	86

2.2 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DIÁLOGO IMPRESCINDÍVEL ..	88
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA: PROJETOS PEDAGÓGICOS E INTERDISCIPLINARIDADE	90
2.4 INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: POLÍTICA AMBIENTAL, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	92
3 METODOLOGIA.....	93
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	93
5 CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS	98
ARTIGO 2	102
TRILHANDO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	103
1 INTRODUÇÃO.....	106
2 REFERENCIAL TEÓRICO	107
2.1 SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	107
2.2 AGENDA 2030 E ENSINO SUPERIOR	108
2.3 INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE SUSTENTABILIDADE	110
3 METODOLOGIA.....	112
3.1 O AMBIENTE DO ESTUDO	112
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	113
5 CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS	120
ARTIGO 3	124
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM TURISMO E EDUCAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	125
1 INTRODUÇÃO.....	127
2 REFERENCIAL TEÓRICO	129
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	129
2.2 TURISMO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO.....	132
3 METODOLOGIA.....	133

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	134
4.1 UNIDADES DE REGISTRO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO (PPMTUR)	135
4.2 UNIDADES DE REGISTRO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFEPT .	137
4.3 ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL	139
5 CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
6.1 RETOMANDO OS RESULTADOS APRESENTADOS NOS ARTIGOS	145
6.2 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	148
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO DE TERMOS E VERBETES SOCIOAMBIENTAIS ..	151
ANEXO A – AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PROMOVIDAS PELO IFS.....	153
ANEXO B – CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFS.....	160
ANEXO C – POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO IFS.....	170

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Todo percurso tem desafios e obstáculos a serem vencidos. Nessa trajetória de pesquisa, cresce-se, aprende-se e difunde-se saberes adquiridos. A pesquisa científica busca encontrar respostas para questões relevantes para a sociedade ou para um campo específico, a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas, quando sua natureza é aplicada. Conforme Oliveira (2002, p. 62), “a pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento”.

Como não se pode fugir às regras naturais, toda pesquisa tem seu começo (pergunta/lacuna), meio (coleta e análise de dados) e um fim (apresentação dos resultados). Assim, apresenta-se esta pesquisa, que se fez a muitas mãos, com entrelaces e rupturas, mas que não deixou de seguir o fluxo natural na construção de saberes.

1.1 PRIMEIROS PASSOS: MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA

A infância no bucólico povoado de Teotônio, localizado em Rio Real, na Bahia, marcou profundamente minha relação com a natureza. Ali, convivi com práticas agrícolas tradicionais, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados, embora também observasse contradições, como a captura de aves silvestres para cativeiro – uma ambivalência que me levou, desde cedo, a refletir sobre o equilíbrio entre ser humano e meio ambiente.

Ao cursar Administração, aproximei-me dos Sistemas de Gestão Ambiental, interesse que se consolidou em minha atuação como professor no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Nesse contexto, desenvolvi atividades com estudantes voltadas à economia de recursos naturais, à reciclagem e à adoção de práticas ecológicas cotidianas, experiência que evidenciou o potencial transformador da educação aplicada.

No Instituto Federal de Sergipe (IFS), onde atuo, ampliei esse engajamento ao participar de comissões e iniciativas institucionais, como ações de reutilização de materiais e conservação do patrimônio público. Essa vivência fortaleceu minha compreensão da sustentabilidade socioambiental como dimensão indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão. O mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente aprofundou essa trajetória e impulsionou minha continuidade no doutorado na mesma área.

Esse percurso fundamenta a presente tese, intitulada “Educação Ambiental e Sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe: uma análise das práticas ambientais à luz da

Agenda 2030”. O estudo ganha relevância ao mapear práticas institucionais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), contribuindo, no contexto brasileiro, para o fortalecimento de políticas educacionais e do papel da Rede Federal na formação cidadã e sustentável.

Minha atuação na Rede Federal levou-me a reconhecer a centralidade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no enfrentamento dos desafios socioambientais. A observação de práticas e documentos institucionais, bem como da inserção da educação ambiental nos cursos superiores, motivou a investigação sobre como essa integração pode contribuir para a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade.

Nesse sentido, a pesquisa concentra-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), considerando a articulação de suas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o ODS 4. Parte-se da compreensão de que a educação superior deve promover uma formação integral, que ultrapasse a lógica estritamente mercadológica e considere a relação indissociável entre sociedade e natureza como elemento central para a promoção da sustentabilidade.

Dessa forma, defendendo que a integração entre ensino, pesquisa e extensão é essencial para evitar a fragmentação das práticas institucionais e potencializar ações voltadas à sustentabilidade ambiental. Essa articulação é imprescindível, pois sua ausência pode comprometer o processo institucional. Nesse sentido, o diálogo entre essas dimensões deve ocorrer de forma harmoniosa e sinérgica, a fim de potencializar o desenvolvimento institucional como um todo.

A escolha do tema também se justifica pela presença recorrente da sustentabilidade nas ações do IFS, evidenciada em projetos de extensão, pesquisas aplicadas e iniciativas institucionais. Nesse aspecto, destacam-se o Projeto Ecotech, desenvolvido no *campus* Estância, que recebeu o Selo ODS de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Cruz, 2024), bem como em pesquisas aplicadas relacionadas à gestão de resíduos, como o estudo de Bezerra e Rodrigues (2017)¹ e o trabalho apresentado por Goes *et al.* (2025)².

Ademais, o interesse se consolidou em razão da institucionalização da Rede Federal e da minha atuação como professor coparticipante na difusão dessa temática dentro da instituição.

¹ BEZERRA, A. S. S.; RODRIGUES, A. F. Gerenciamento dos resíduos sólidos na produção têxtil e de confecções em Tobias Barreto/SE. **Revista Expressão Científica (REC)**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 53–60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/REC/article/view/548>. Acesso em: 29 jan. 2026.

² GOES, A. *et al.* A gestão dos resíduos sólidos da construção civil em Tobias Barreto(SE). In: Feira de Ciências e Tecnologia do IFS campus Tobias Barreto, 18 e 19 de novembro de 2025. **Anais [...]**. Tobias Barreto, 2025. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/1443564.pdf?v=639040418860678591>. Acesso em: 20 jan. 2026.

O recorte temporal adotado – de 2020 a 2025 – corresponde ao período de implementação da maior parte dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) do IFS e à intensificação das ações relacionadas aos ODS, permitindo uma análise mais consistente desse processo.

Por fim, a tese, estruturada na forma de artigos científicos, busca contribuir para a socialização do conhecimento e para o fortalecimento do debate sobre educação ambiental e sustentabilidade. Além da dimensão educacional, enfatiza-se também a dimensão institucional, com atenção aos ODS 12, 16 e 17, relacionados ao consumo e à produção responsáveis, à promoção de sociedades justas e inclusivas e ao fortalecimento de parcerias, evidenciando a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica e ambiental.

1.2 INEDITISMO DA PESQUISA

Este estudo é inédito por abordar de forma integrada o tripé ensino, pesquisa e extensão e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto específico do IFS, onde existe ausência de análises sistemáticas sobre a incorporação da Educação Ambiental nos projetos Pedagógicos de Cursos Superiores (PPCs) e nas práticas institucionais alinhadas aos ODS. A pesquisa analisou os documentos do IFS (2020–2025), mapeando a presença dos ODS 4, 12, 16 e 17 nos PPCs e identificando lacunas na articulação entre extensão e pesquisa.

Inédita também é a análise bibliométrica de dissertações locais em Educação e Turismo, que revela redes temáticas ainda ausentes na literatura regional. A imersão nos PPCs, combinada à abordagem integrada do tripé ensino-pesquisa-extensão e suas conexões concretas com os ODS, proporciona uma compreensão aprofundada da realidade institucional.

Os produtos resultantes – três artigos classificados como A2 e A3 no sistema QUALIS da CAPES e o *Glossário de Termos e Verbetes Socioambientais* (EDIFS, de acesso aberto) – oferecem ferramentas concretas para acadêmicos, servidores do IFS e extensionistas, promovendo inovação local e reforçando a relevância prática do estudo.

1.3 FORMATO DA PESQUISA

Para Severino (2013), a tese de doutorado representa o formato mais representativo do trabalho científico monográfico, pois consiste na exploração aprofundada de um tema que demanda uma investigação original na “[...] área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos”, podendo ser “[...] teórica, de campo, documental, experimental,

histórica ou filosófica, mas sempre versando sobre um tema único, específico, delimitado e restrito” (Severino, 2013, p. 194).

Um texto acadêmico pode ter diversos formatos, entretanto, geralmente ele se apresenta como um texto monográfico ou tradicional, tendo uma estrutura definida que, frequentemente, se compõe de introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e discussão e considerações finais. Nesse sentido, Mutti e Klübber (2018, p. 3) explicam que

Por outro lado, existem estudos nacionais e internacionais, como os realizados por Garnica (2011), Costa (2014), Barbosa (2015), Duck e Beck (1999), Paltrifge (2002) e Badley (2009), que chamam a atenção da comunidade acadêmica sobre as possibilidades que emergem da construção de dissertações e teses no formato *Multipaper*, destacando, inclusive, argumentos favoráveis à sua adoção no contexto das pesquisas qualitativas [...]

Assim, esta tese se configura como um trabalho acadêmico em formato *Multipaper*, pois rompe “[...] com a representação tradicional da pesquisa educacional nestas modalidades de trabalho acadêmico” (Barbosa, 2015, p. 350). Um estudo *Multipaper*, “[...] refere-se à apresentação de uma dissertação ou tese como uma coletânea de artigos publicáveis, acompanhados, ou não, de um capítulo introdutório e de considerações finais” (Mutti; Klübber (2018, p. 3). Nesse sentido, foram três os artigos publicados: o primeiro na *Revista de Gestão Social e Ambiental*³, o segundo na *Revista Caderno Pedagógico*⁴, e o terceiro da *Revista De Geopolítica*⁵.

³ COSTA, J. S. F. *et al.* Sustainable Pathways in Education: a Journey Towards the Integration of Environmental Education Into Pedagogical Projects of the Instituto Federal de Sergipe (IFS). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 11, p. e09492, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n11-159. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/9492>. Acesso em: 28 nov. 2024.

⁴ COSTA, J. S. F. *et al.* Trilhando caminhos sustentáveis: uma análise das práticas do Instituto Federal de Sergipe à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 22, n. 6, p. e15567, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n6-148. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/15567>. Acesso em: 3 jun. 2025.

⁵ COSTA, J. S. F. *et al.* Educação Ambiental para a sustentabilidade: uma análise das dissertações de mestrado em Turismo e Educação do Instituto Federal de Sergipe. **Revista de Geopolítica**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. e1213, 2026. DOI: 10.56238/revgeov17n1-007. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/1213>. Acesso em: 28 jan. 2026.

2 INTRODUÇÃO GERAL

A Educação Ambiental (EA) e o desenvolvimento sustentável são conceitos cujos posicionamentos têm vistas à mudança de comportamento da sociedade quanto ao uso consciente dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei n.º 9.795/1999, alterada pela Lei n.º 14.926, de 17 de julho de 2024) – incentiva a sociedade e as instituições de ensino de todos os níveis a participarem de “ações de prevenção, de mitigação e adaptação relacionadas às mudanças do clima”, além da contenção da perda de biodiversidade e da educação sobre “riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais” (Brasil, 2024, art. 5º, inciso VIII, p. 1).

Essa lei, portanto, deixa claro o propósito de alcançar os mais diversos segmentos do ensino e da sociedade, para criar uma conexão social voltada à temática da sustentabilidade. Seu art. 10º, § 4º, assegura a “inserção de temas relacionados às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade, aos riscos e emergências socioambientais e a outros aspectos referentes à questão ambiental nos projetos institucionais e pedagógicos da educação básica e da educação superior [...]” (Brasil, 2024, p. 1).

Nesse viés, os projetos de ensino, pesquisa e extensão, aliados à inovação, devem estar voltados às questões ambientais com vivo interesse em produzir mudanças ativas da realidade e das condições de vida por intermédio de ações educativas que visem o desenvolvimento sustentável, para garantir um meio ambiente saudável agora e no futuro.

Vale destacar que o ensino, a pesquisa e a extensão são as três atividades indissociáveis, conforme o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012) e visam formar profissionais qualificados, realizar pesquisas científicas e tecnológicas, e prestar serviços à sociedade, podendo contribuir para a sustentabilidade ambiental de muitas formas. A Lei n.º 13.005/2014, meta 13, estratégia 7, prevê o fomento da

[...] formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão; [...] (Brasil, 2014, 13.7).

O ensino pode ser usado para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais e desenvolver as habilidades para enfrentá-las. A pesquisa pode ser usada para desenvolver novas tecnologias que ajudem a proteger o ambiente. E a extensão pode ser utilizada para disseminar conhecimentos e tecnologias geradas pelo ensino e pela pesquisa para a sociedade, além de

aumentar a consciência ambiental e incentivar a adoção de práticas sustentáveis. De tal modo, a indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão possibilita novas formas pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, efetivando a interdisciplinaridade, pois envolve questões de ensino-aprendizagem, de construção social do estudante e de envolvimento ativo da comunidade externa (Puhl; Dresh, 2016). Nesse prisma, Bortoli e Castaman (2021) argumentam que atividades realizadas pelos discentes propiciaram o contato com questões sociais, contribuindo significativamente para a formação integral e profissional, assim como para o desenvolvimento de ações extensionistas na comunidade. Assim, projetos de extensão são considerados um processo educativo, cultural, social, científico e interativo.

Neste sentido, é vital que as IES, sobretudo as públicas, tenham projetos bem alinhados com ações que envolvam esse tripé de forma uníssona e consolidada para obtenção de resultados eficientes e eficazes em prol de uma sustentabilidade socioambiental fortalecida. Portanto, é imprescindível a sintonia entre todas as áreas dessas instituições e a inserção da temática sustentabilidade em suas atividades (interdisciplinaridade), visando minimizar os impactos negativos e/ou uso sustentável das ações que envolvam: água, gestão de resíduos sólidos, energia elétrica e renovável, reaproveitamento de água, uso do solo, resíduos químicos, utilização de papel sulfite, compostagem, descartáveis, entre outros.

A preocupação com a sustentabilidade tem provocado transformações nos contextos econômico e social. Nesse sentido, Rohrich e Takahashi (2019) destacam que algumas instituições de ensino superior (IES) brasileiras têm se tornado referência na pesquisa sobre práticas ambientalmente sustentáveis no eixo acadêmico, como a Universidade de São Paulo (USP)⁶, a Universidade de Caxias do Sul (UCS)⁷ e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁸. Essas instituições vêm contribuindo para a formação dos seus acadêmicos e para o desenvolvimento sustentável, na medida em que têm na sustentabilidade uma diretriz para gerir os *campi* das instituições.

Corroborando com essa afirmação, Oliveira, Oliveira e Rohrich (2016, p. 2) inferem que a conscientização ecológica “[...] é a principal ferramenta para assegurar que se cumpram novas práticas sustentáveis”, e as IES desempenham um papel imprescindível, pois contribuem “[...] com seus estudos e implementações de ações ambientais em seus campi”.

⁶ Estudo no esverdeamento da sua cultura organizacional. com foco na gestão de resíduos sólidos (Pereira *et al.*, 2014 *apud* Rohrich; Takahashi (2019)).

⁷ Proposta para o gerenciamento da água dos laboratórios na Universidade de Caxias do Sul para reduzir o desperdício (Carlli *et al.*, 2013 *apud* Rohrich; Takahashi, 2019).

⁸ Proposta de uma sistematização de procedimentos integrados. O enfoque foi nos resíduos como responsabilidade compartilhada, envolvendo a comunidade universitária no planejamento e na gestão dos resíduos (Juliatto *et al.*, 2011 *apud* Rohrich; Takahashi (2019)).

Nesse contexto, as IES, reconhecidas como espaços de formação crítica e de transformação social, precisam adotar uma postura proativa na compreensão, disseminação e incentivo aos valores do desenvolvimento sustentável (Gazzoni *et al.* 2018). Essa responsabilidade deve abranger as esferas social, econômica e ambiental, integrando-se de forma transversal aos processos educativos, de pesquisa, extensão e gestão universitária.

Assim, a sustentabilidade nas IES brasileiras tem se consolidado como um eixo fundamental para a formação de profissionais conscientes e para a promoção de práticas que minimizem os impactos ambientais, sociais e econômicos das atividades acadêmicas. Por exemplo, Bacci e Silva (2020) desenvolveram um estudo sobre as potencialidades e os desafios para a construção da cultura da sustentabilidade no âmbito formal da educação, especificamente no contexto interno da Universidade de São Paulo. Para as autoras, a cultura da sustentabilidade deve ser integrada a todos os processos educativos, especialmente na formação inicial dos estudantes de graduação, e as universidades precisam incorporar essa abordagem não apenas no ensino, mas também nas atividades de pesquisa, extensão e gestão institucional.

Desse modo, as IES têm buscado integrar práticas de sustentabilidade em sua gestão e em suas atividades acadêmicas, e, nesse contexto, a Associação para o Avanço da Sustentabilidade em Educação Superior (AASHE, na sigla em inglês) destaca-se como um importante agente de fomento e disseminação dessas iniciativas. Fundada com o propósito de apoiar universidades e faculdades na incorporação dos ODS em suas operações, a AASHE promove conferências, oferece recursos educacionais e desenvolve ferramentas de avaliação que auxiliam as instituições a monitorar e aprimorar seu desempenho socioambiental. Essa conferência anual⁹, ocorrida em outubro de 2025 em Minneapolis, estado de Minnesota, nos Estados Unidos (EUA), representa uma oportunidade estratégica para o compartilhamento de boas práticas e o avanço colaborativo na agenda da sustentabilidade acadêmica (AASHE, 2025).

No âmbito dos programas de certificação ambiental, o EcoCampus surgiu na Espanha, em 1997, como uma iniciativa da *Universidad Autónoma de Madrid*, voltada à implementação de sistemas de gestão ambiental em instituições de ensino superior. Trata-se de um sistema de gerenciamento ambiental que reconhece faculdades e universidades por suas práticas de sustentabilidade. O programa está aberto a todas as instituições comprometidas com a melhoria contínua na área ambiental e busca promover a integração dos princípios da sustentabilidade

⁹ A conferência anual da AASHE (*Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education*) ocorre em diferentes cidades dos EUA a cada ano, promovendo práticas sustentáveis no ensino superior. Disponível em: <https://environment.upenn.edu/news-events/news/aashe-conference-2025>. Acesso em: 10 jan. 2026.

nos processos administrativos e acadêmicos, incentivando a participação ativa de toda a comunidade universitária (Tauchen; Brandli, 2006, p. 507). A implementação de programas EcoCampus contribui para a criação de ambientes educacionais mais sustentáveis ao estabelecer metas e indicadores de desempenho ambiental nas universidades, relacionados, entre outros aspectos, à eficiência energética, ao uso de fontes de energia renovável e à qualidade do ar; à gestão de recursos e de resíduos; à conservação da água e à gestão de efluentes; à alimentação e aos serviços de alimentação; à gestão dos espaços verdes; bem como à formação ambiental e à participação da comunidade acadêmica (Costa e Silva, 2020, p. 32).

Outro marco fundamental para a gestão ambiental em instituições de ensino é a norma ISO 14000, que estabelece diretrizes para Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). A adoção da ISO 14000 nas universidades permite a padronização de processos voltados à prevenção da poluição, conformidade legal e melhoria contínua do desempenho ambiental. Para Costa e Lima (2021), a implementação dessa norma nas IES não apenas contribui para a sustentabilidade operacional, mas fortalece a imagem institucional e promove uma cultura organizacional comprometida com a responsabilidade socioambiental. A ISO 14000, portanto, é um instrumento estratégico que apoia as universidades na sistematização de suas práticas sustentáveis, alinhando-as a padrões internacionais reconhecidos.

O conceito de “*Greening Campus*” tem ganhado destaque como uma abordagem abrangente para a transformação dos espaços universitários em ambientes sustentáveis. Essa estratégia envolve ações que vão desde a eficiência energética e gestão de resíduos até a promoção de mobilidade sustentável e a criação de áreas verdes. De acordo com Martins et al. (2023), o Greening Campus representa uma mudança cultural nas instituições, estimulando a participação dos estudantes, professores e funcionários na construção de um ambiente acadêmico mais saudável e ecologicamente equilibrado. Essa abordagem integrada contribui para a formação de cidadãos mais sensíveis e para o fortalecimento do compromisso das IES com a sustentabilidade.

Por fim, o *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System* (STARS), desenvolvido pela AASHE, constitui uma das ferramentas mais completas para avaliação do desempenho sustentável das instituições de ensino superior. O STARS oferece um sistema de pontuação que abrange diversas dimensões, incluindo ensino, pesquisa, operações, planejamento e engajamento público. Conforme analisado por Rodrigues e Almeida (2024), a utilização do STARS permite às universidades identificar pontos fortes e áreas de melhoria, incentivando a transparência e a prestação de contas em relação às suas práticas sustentáveis. Essa ferramenta tem sido adotada mundialmente como referência para a promoção da

sustentabilidade no ensino superior, alinhando-se aos compromissos globais da Agenda 2030.

Nesse aspecto, para gerir ações de planejamento, organização, direcionamento e controle das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de educação em prol de práticas assertivas, visando minimizar e/ou mitigar impactos negativos ao meio ambiente, uma das possibilidades é ter ferramentas de gestão que instrumentalizem e embasem tanto o setor educacional quanto o administrativo dessas instituições, a fim de criar metodologias que intencionem ações eficazes e efetivas de sustentabilidade ambiental. Destaca-se o 5W2H, que significa: *What* (O que será feito?), *Where* (Onde?), *Why* (Por quê?), *Who* (Quem?), *When* (Quando?), *How* (Como?), *How much* (Quanto?), para planejar e ordenar a execução das atividades (Silveira; Martelli; Oliveira, 2016).

Entre as ações presentes nas IES, que interferem nas práticas de sustentabilidade – que podem se constituir em desafios/entraves ou em ações positivas –, estão: gestão ambiental, educação ambiental, legislação ambiental, legislação educacional, pedagogia ambiental, formação pedagógica, comunicação organizacional, utilização consciente dos recursos naturais, reutilização, minimização de impactos ambientais, energias renováveis, resíduos sólidos, água entre outras (Leite *et al.*, 2022).

Observa-se, desse modo, que às universidades não basta apenas ensinar, sendo necessário desenvolver ações articuladas entre ensino e administração/gestão, de modo a assegurar coerência entre discurso e práticas institucionais. Nesse sentido, recorrendo a Silva e Almeida (2019), Serafini *et al.* (2021, p. 1352) afirmam que as universidades devem, assim, atuar em múltiplas vertentes, que passam por “[...] atividades/processos sustentáveis no Campus; pesquisas sobre o tema da sustentabilidade; cooperação entre as instituições; extensão à comunidade; currículos sustentáveis e geração de relatórios de sustentabilidade”.

Assim, é importante que a temática sustentabilidade ambiental tenha uma abrangência nos mais diversos segmentos da sociedade, com visão sistêmica e interdisciplinar. A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe a construção coletiva de educação, a integração de temas transversais, como meio ambiente, saúde e cidadania, o uso de metodologias ativas de ensino, e projetos de ação comunitária (Morais; Maia Filho; Gomes, 2022).

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável e EA, não se pode deixar de citar os 17 ODS com suas 169 metas, concebidos pelas Nações Unidas e conhecida como Agenda 2030. Trata-se de um plano global e um compromisso assumido por líderes de 193 países para extinguir a pobreza e promover uma vida digna a todos, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer as próximas gerações, segundo o escritório de representação da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil (2015).

Conforme a ONU Brasil (2022 *apud* Bernardi Zorzo *et al.*, 2022), os ODS representam um apelo global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade e a paz para todos. Esse apelo perpassa por uma educação ambiental eficiente, capaz de mobilizar os saberes e guiar atitudes sustentáveis. Nesse respeito, o Objetivo 4 dos ODS visa, até 2030, “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. O item 4.7 do Objetivo 4 tenciona assegurar que “[...] todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis [...]” (ONU Brasil, 2015).

Nessa perspectiva, a Carta Magna brasileira – Constituição Federal de 1988 – assegura que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Brasil, 1988, art. 255). Desta forma, vale sinalar que o processo de educação para cidadania ambiental é fundamental para sensibilizar a comunidade, com propósito de uma vida saudável e em equilíbrio com o meio biótico e abiótico.

Nesse respeito, o PDI das instituições educacionais, sobretudo dos IF, precisa primar por atividades interdisciplinares que não só aliem o tripé ensino-pesquisa-extensão, mas que também, obrigatoriamente, insira ações práticas com metas factíveis e exequíveis para a EA e o desenvolvimento sustentável, com vistas à replicação destas na comunidade local e na sociedade como um todo.

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa tem como contribuição principal a sensibilização do público interno da instituição – servidores e discentes – acerca da relevância de iniciativas que promovam a sustentabilidade socioambiental. Em relação ao público externo, a instituição, por meio das atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, buscará sensibilizar a sociedade sobre a importância e a seriedade das questões socioambientais contemporâneas.

Logo, este estudo se baseia no seguinte pressuposto: as ações de sustentabilidade ambiental implementadas no IFS, por meio do PDI, devem fortalecer a tríade ensino-pesquisa-extensão, contribuindo para a prática da educação ambiental em todos os níveis, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e alinhado aos objetivos 4, 16 e 17 dos ODS.

2.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema que orienta esta pesquisa pauta-se na seguinte questão: *De que forma a educação ambiental no IFS, manifestada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos superiores, nas*

práticas socioambientais institucionais e nas produções acadêmicas dos mestrados em Turismo e Educação, dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), revelando desafios e caminhos para maior integração sustentável?

Esta tese sustenta que a Educação Ambiental (EA) orientada para a sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe (IFS) é estruturada e promovida de forma integrada, fundamentada em um conjunto consistente de documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Portarias e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), além de práticas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, alinhadas aos ODS¹⁰.

A problematização deste estudo concentra-se em investigar a integração da Educação Ambiental para a sustentabilidade no IFS (2020-2025), examinando sua presença nos projetos pedagógicos de cursos superiores, no diálogo das práticas socioambientais com os ODS e nas tendências temáticas e pedagógicas das dissertações de mestrado em Turismo e Educação. Assim, envolve questões de Educação Profissional e Tecnológica (ensino, pesquisa e extensão), Ciências Ambientais (dimensões ambientais) e Políticas Públicas (Educação Ambiental). Elementos como Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), Projetos de Extensão e Pesquisas Aplicadas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e legislação estão contemplados neste estudo.

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar as práticas de educação ambiental e sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe (IFS), examinando sua integração nos Projetos Pedagógicos de Cursos superiores, o diálogo das ações socioambientais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as abordagens temáticas, metodológicas e pedagógicas nas dissertações dos mestrados em Turismo e Educação.

2.2.2 Objetivos Específicos

Por se tratar de uma tese em formato *Multipaper*, cada objetivo específico corresponde a um dos artigos desenvolvidos neste estudo, a saber:

¹⁰ As informações foram retiradas de dados públicos e pesquisadas no sítio do IFS: <https://www.ifs.edu.br/>.

- Analisar como a Educação Ambiental para a sustentabilidade é abordada e integrada nos projetos pedagógicos dos cursos superiores do IFS, identificando práticas eficazes, desafios e oportunidades para o fortalecimento dessa integração;
- Compreender como as práticas socioambientais desenvolvidas no IFS têm dialogado com as ações sustentáveis à luz dos ODS;
- Investigar como a educação ambiental e a sustentabilidade são abordadas nas dissertações dos mestrados em Turismo e Educação do IFS, identificando tendências temáticas, metodológicas e práticas pedagógicas associadas ao desenvolvimento sustentável.

2.3 ESTRUTURA DA TESE

A pesquisa está estruturada em seções. A primeira apresenta a motivação, a relevância e o ineditismo do estudo; em seguida, a seção introdutória explora o tema e seu recorte, o problema e a tese a ser defendida, os objetivos, bem como a estrutura dos três artigos. A terceira seção é dedicada à revisão de literatura, que aborda os principais conceitos e contextos relacionados ao tema. As seções seguintes correspondem aos artigos que encontram-se atualmente publicados. A última seção apresenta as considerações finais do estudo, incluindo um resumo dos resultados obtidos nos artigos, reflexões, limitações e perspectivas futuras.

Seguindo o formato *multipaper*, os três artigos apresentam conteúdos voltados ao tema da Educação Ambiental e da sustentabilidade no IFS e sua relação com os ODS. São eles:

- **Artigo 1:** Realiza uma análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do IFS no contexto da Educação Ambiental para Sustentabilidade;
- **Artigo 2:** Identifica os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e evidencia, nos documentos internos, possíveis práticas do IFS relacionadas a estes, no período compreendido entre 2020-2025;
- **Artigo 3:** Realiza uma análise sistemática das dissertações de mestrado produzidas nos mestrados em Turismo e em Educação do IFS, com foco na educação ambiental e na sustentabilidade, no período compreendido entre 2017-2024.

O Quadro 1 apresenta a organização dos artigos, exibindo o problema, os objetivos, o método e o produto (como resultado) de cada um deles.

Quadro 1 – Organização dos artigos da Tese.

Seções/artigos/contexto	Problema	Objetivos	Método	Produto
Artigo 1 Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFS no contexto da Educação Ambiental para sustentabilidade. Título: Percursos sustentáveis no ensino: uma jornada pela integração da Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos do IFS. Palavras-chave: ensino superior; educação ambiental; pesquisa documental; integração curricular, sustentabilidade.	Como a Educação Ambiental para a sustentabilidade está integrada nos projetos pedagógicos dos cursos do Instituto Federal de Sergipe (IFS), considerando seus objetivos, estratégias de ensino, avaliação e impactos no desenvolvimento de competências sustentáveis?	Analisar como a Educação Ambiental para a sustentabilidade é abordada e integrada nos PPC do IFS, identificando práticas eficazes, desafios e oportunidades para o fortalecimento dessa integração.	- Pesquisa Bibliográfica; - Pesquisa Documental	- Artigo Científico Publicado em: Qualis A3. Publicado em: 2024
Artigo 2 Identificar as ações efetivadas no Instituto Federal de Sergipe no período 2016-2024 e como elas se conectam com os ODS. Título Trilhando caminhos sustentáveis: uma análise das práticas do Instituto Federal de Sergipe à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Palavras-chave: ensino, pesquisa e extensão; integração curricular; políticas educacionais; ensino superior.	Como as práticas implementadas pelo Instituto Federal de Sergipe contribuem para o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e quais são os principais desafios e oportunidades percebidos nesse contexto?	Analisar as práticas sustentáveis adotadas pelo Instituto Federal de Sergipe à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, identificando contribuições, desafios e oportunidades para o fortalecimento da sustentabilidade institucional.	- Pesquisa Documental; - Pesquisa Bibliográfica	- Artigo Científico Publicado em: Qualis A2. Publicado em: 2025
Artigo 3 Análise das dissertações dos mestrados em Educação e Turismo do IFS relacionadas ao tema Educação Ambiental e Sustentabilidade. Título Educação ambiental para a sustentabilidade: uma análise das dissertações de mestrado em Turismo e Educação do Instituto Federal de Sergipe Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Análise de Conteúdo. Formação Profissional.	Como a educação ambiental e a sustentabilidade têm sido abordadas nas dissertações de mestrado das áreas de Turismo e Educação do (IFS), no período de 2017 a 2024, considerando as tendências temáticas, metodológicas e pedagógicas dessa produção acadêmica?	Investigar como a educação ambiental e a sustentabilidade são abordadas nas dissertações dos mestrados em Turismo e Educação do IFS, identificando tendências temáticas, metodológicas e práticas pedagógicas associadas ao desenvolvimento sustentável.	-Pesquisa documental; - Pesquisa Bibliográfica; -Análise de Conteúdo (Bardin, 2016)	Artigo Científico Publicado em: A2 Qualis Capes 2021-2024 Índice H (Google Acadêmico) = 12 I-10=18 Publicado em: 2026

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2.4 PRODUTO DA TESE

Para Andrade (2025), produtos educacionais constituem ferramentas estratégicas para a melhoria da prática pedagógica e do aprendizado, ao mesmo tempo em que atendem às demandas da sociedade, respeitam os objetivos dos programas acadêmicos, preservam o rigor do método científico e observam os princípios éticos. Os produtos educacionais voltados à sustentabilidade e à educação ambiental podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação e para a promoção de práticas pedagógicas alinhadas à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.

Nessa perspectiva, este estudo busca colaborar tanto com a comunidade acadêmica, por meio da produção e sistematização de dados científicos, quanto com a sociedade em geral, por meio da publicação do *Glossário de Termos e Verbetes Socioambientais* em formato de *e-book* (Apêndice A), disponível por meio de QR-code (abaixo) ou de um *link* de livre acesso¹¹.



O objetivo do Glossário é esclarecer as principais terminologias relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade, promovendo a educação para a sustentabilidade por meio de acesso livre ao material. Além disso, os resultados da pesquisa estão disponíveis com a publicação dos artigos científicos em revistas acessíveis ao público.

¹¹ Link de acesso ao glossário: <https://drive.google.com/file/d/1QF9UdtpviiBXzU0KMHIV-7UaANQPwvas/view>

3 REVISÃO DE LITERATURA

Diante do desenho que se instaurou nas últimas décadas do século XX e início do séc. XXI acerca da preocupação com o uso dos recursos naturais de modo consciente, a comunidade científica identificou a necessidade de novos modelos de desenvolvimento que incluíssem não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ecológicos. Em resultado, as discussões sobre a temática intensificaram-se e surgiram muitos conceitos, como “ecodesenvolvimento”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável”, “educação ambiental” e “escolas sustentáveis”, que entraram na agenda mundial nas conferências sobre o clima e suas mudanças e como enfrentar tais desafios. Mais do que isso, as instituições teriam que se adequar aos novos tempos, e promover ações voltadas à sustentabilidade e ao consumo consciente dos recursos naturais.

Esta seção abordará os conceitos fundamentais relacionados ao tema de ensino superior na promoção da educação ambiental voltada para a sustentabilidade. Será discutida, ainda, a incorporação dos ODS no plano de ação das iniciativas do IFS no estímulo a práticas sustentáveis.

3.1 PENSAR O MEIO AMBIENTE: CONTEXTOS E CONCEITOS

Posteriormente às duas grandes guerras mundiais, ocorridas entre 1914-1918 e 1939-1945, o desenvolvimento econômico passou a demandar um consumo crescente de recursos naturais, intensificado pela expansão industrial, pelo processo de urbanização e pelo consequente aumento populacional. Esse movimento tem raízes no advento da Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XVIII, que gerou um excesso de produtos destinados à comercialização, promovendo a massificação do consumo e transformando a relação do ser humano com o meio ambiente, especialmente em suas duas primeiras fases (Carvalho; Soares; Ferrari, 2025).

O desenvolvimento industrial ao longo dos séculos provocou impactos negativos sobre o equilíbrio ambiental, em particular pelo aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global. Adicionalmente, intensificou as mudanças climáticas, com implicações significativas para a população humana, e agravou a poluição das águas, aumentando a vulnerabilidade hídrica (Mendes; Gomes; Marque, 2020). Por conseguinte, o processo de industrialização encontra-se interligado à urbanização, pois o

primeiro retroalimenta o segundo, dada a crescente demanda por energia e o elevado consumo da população.

Jatobá (2011, p. 142) afirma que “em um mundo que se torna cada vez mais urbano, e de forma acelerada nas regiões mais pobres do planeta, grande parte dos mais significativos impactos ambientais tem sido gerada nas cidades”. O autor acrescenta que isso se deve à agricultura e ao alto consumo de alimentos, além das “emissões provenientes de veículos automotores e de indústrias e o consumo de energia”. O processo de urbanização trouxe outras consequências como a perda das áreas verdes (desmatamento), elevados níveis de poluição (água, ar, solo), produção excessiva de lixo (desperdício e descarte inadequado), dentre outras.

Com respeito ao crescimento populacional, Rebouças (2022) afirma que o mundo levou 121 anos para alcançar 2 bilhões de habitantes, fato registrado em 1925, e, em apenas 35 anos, chegou a 3 bilhões, e desde 1960 cresce em média 1 bilhão a cada 12 anos. O *Department of Economic and Social Affairs* das Nações Unidas realiza, a cada dois anos, projeções para o crescimento populacional futuro, e em “[...] sua última projeção média – o cenário mais provável – é uma população de 10,3 bilhões na década de 2080, dois bilhões a mais do que hoje” (US DESA, 2022, p. ii).

Essas questões constituem-se um desafio constante para os governantes mundiais, sendo uma preocupação legítima, pois interfere diretamente no futuro das próximas gerações, já que “a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas, a poluição, o desmatamento, a escassez de água e alimentos [...]” (Population Matters, 2022) podem ameaçar a vida no planeta Terra. É de consenso na comunidade científica e acadêmica que o impacto negativo ao meio ambiente é produto do consumo global, e é preciso que os líderes mundiais saibam lidar com essas pautas tão urgentes. Por isso, o tema da sustentabilidade faz parte dos mais variados setores da sociedade, visto ser uma inquietação global.

Diante desse cenário preocupante, surgiram diversos movimentos e pesquisas alertando para a necessidade da utilização dos recursos naturais de forma consciente. Nesse sentido, Oliveira (2023, p. 2) entende que a responsabilidade ambiental não pode recair apenas sobre a produção sustentável das indústrias, pois, mesmo que estas adotem práticas ideais, os problemas ambientais persistirão se a sociedade não adotar um comportamento consciente e menos consumista. Isso requer, portanto, um compromisso coletivo, tanto da produção quanto do consumo.

Do mesmo modo, sobre as questões da sustentabilidade, Kohn (2015, p. 10) afirma que “[...] a sustentabilidade é um atributo do ambiente que consiste em sua capacidade e na de seus

ecossistemas componentes de manter e desenvolver as relações ambientais entre seus fatores constituintes (ar, água, solo, flora, fauna e homem)”.

Elkington (1994) realizou um estudo pioneiro sobre o conceito-chave de desenvolvimento sustentável, o chamado “*triple bottom line*”. Segundo esse conceito, a sustentabilidade é o resultado das interrelações entre as dimensões econômica, social e ambiental. Só quando estes três pilares funcionarem de forma harmoniosa, abrangente e sincronizada, o desenvolvimento sustentável será possível. O simples isolamento não conta como ação sustentável quando se considera a verdadeira natureza dessa filosofia. Para Moura e Silva (2023 p. 222), “a busca pela sustentabilidade é uma necessidade e prioridade universal, não se tratando apenas de uma questão ética, filosófica ou moral”, e isso envolve a conservação dos recursos naturais e a manutenção da qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

Dessa maneira, o tripé da sustentabilidade previa um modelo de desenvolvimento socioeconômico que levasse em consideração a justiça social e a harmonia com os sistemas de suporte da vida no planeta Terra, quer dizer, que atendesse às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de fazer o mesmo. Isso exigiria construir uma nova relação entre o ser humano e o meio ambiente.

Nessa perspectiva, a temática “Educação Ambiental” (EA) foi introduzida no cenário mundial visando sensibilizar a sociedade quanto ao uso consciente dos recursos naturais. Tal conceito foi iniciado por Rachel Carson, em 1962, em sua obra intitulada “Primavera Silenciosa”, e reiterado pela Declaração de Estocolmo, de 1972, que destacou a importância de um ambiente sadio tanto para gerações presentes como futuras. Nesse viés, o conceito de desenvolvimento ecológico, proposto por Strong, em junho de 1973, definiu uma abordagem de desenvolvimento adequada às zonas rurais do Terceiro Mundo, baseada na utilização criteriosa dos recursos locais sem comprometer o esgotamento da natureza, com o objetivo de evitar o plágio do fordismo (Layrargues, 1997).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), em defesa de uma EA continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Em 1977, foi destacado na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros (Tbilisi, CEI, de 14 a 26 de outubro) que a “[...] educação ambiental deve dirigir-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais” (Brasil, 2024, p. 1). Por tratar de questões globais que impactam a todos, a EA deve ser disseminada entre diversos setores da sociedade, incluindo a população, o governo e outras instituições, com o objetivo de promover engajamento e incentivar práticas sustentáveis de proteção ao meio

ambiente (Neves; Moraes; Araújo, 2023). Logo, ela é multifatorial. Nesse sentido, a sustentabilidade pressupõe interdependência social, política e ecológica com o desenvolvimento econômico.

Ainda referente a ações de sustentabilidade, as Nações Unidas continuam envolvidas na “Proteção do Ambiente e na Utilização Eficiente dos Recursos no Contexto do Desenvolvimento Sustentável”. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) se articula com diversas instituições governamentais e não governamentais, públicas e privadas, para propor estratégias para abordar e/ou minimizar os problemas que afetam o planeta. As suas principais áreas temáticas são “Mudanças Climáticas, Gestão de Ecossistemas e Biodiversidade, Uso Eficiente de Recursos e Consumo e Produção Sustentável, e Governança Ambiental” (ONU Brasil, 2020).

No Brasil, com os apelos globais para uma sociedade sustentável, foi lançado em 2010 o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis (PNES) que vem dialogar com a EA de uma forma ampla e transversal. O Manual Escolas Sustentáveis, embasado na Resolução n.º 18 do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE), de 21 de maio de 2013, define “escolas sustentáveis” como:

[...] aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo (Brasil, 2013, p. 2).

Dessa forma, as “escolas sustentáveis” configuram-se como espaços voltados à educação ambiental, promovidos pelo poder público, por organizações e pela sociedade, que se preocupam com a forma como as questões socioambientais são abordadas no cotidiano escolar (Evangelista; Santos, 2024). Com esse novo cenário, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) têm passado por aprimoramentos direcionados à educação para a sustentabilidade, incorporando discussões sobre as dimensões social, econômica, ambiental, cultural, afetiva e religiosa (Dourado; Belizário; Paulino, 2016). De acordo com Beraldo *et al.* (2022, p. 151), “a implantação da educação ambiental nas escolas pode ser considerada uma das formas mais eficazes de promoção de uma sociedade sustentável”.

Delineados os contextos e conceitos referentes à preservação do meio ambiente, será discutido a seguir como a EA pode e deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, bem como as dimensões da sustentabilidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”. Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. Além disso, também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e à transparência na administração dos problemas socioambientais urbanos pode implicar na reorganização do poder e da autoridade.

Para Brando e Martins (2021, p. 16), a educação que visa à sustentabilidade é oportuna por tratar questões “[...] ambientais e humanas de forma integrada, objetivando o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade por apresentar uma abordagem ambiental inter-relacionada com aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos”.

A aplicação do desenvolvimento sustentável está na identificação das oportunidades a serem aproveitadas, pois o perigo hoje está claro: crescimento rápido da população, com rápido esgotamento dos recursos naturais, juntamente com mais urbanização e industrialização. Segundo Sachs (1993), para melhor entender as concepções da sustentabilidade, deve-se olhar para o processo de desenvolvimento a partir de dimensões diferenciadas, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões da Sustentabilidade e seus contextos.

Dimensão Ambiental	Dimensão Social	Dimensão Econômica	Dimensão Institucional
Educação ambiental	Valorização Direitos Humanos	Competitividade de mercado	Orientação política
Conservação dos recursos naturais	Envolvimento comunitário	Transparência	Esforços despendidos por governos
Redução do desperdício	Valorização do bem-estar social	Prosperidade econômica	Conselho de meio ambiente
Uso de energia limpa e renovável	Bases éticas	Criar laços de respeito com funcionários, fornecedores e sociedade	Incentivos fiscais
Biodiversidade	Investimento em políticas públicas e de inclusão social	Estratégias de crescimento com base na preservação ambiental e bem-estar social	Parcerias institucionais
Eliminar impactos ambientais	Equidade de Gênero	Inovação verde	Gestão ambiental

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Rodrigues, Alves e Rodrigues (2024).

A análise do quadro revela uma estrutura multidimensional da sustentabilidade, na qual a *Dimensão Ambiental* – com ênfases em conservação de recursos naturais, uso de energia limpa e renovável, preservação da biodiversidade, eliminação de impactos ambientais, inovação

verde e gestão ambiental – dialoga intrinsecamente com as esferas social, econômica e institucional. Socialmente, destaca-se a valorização dos direitos humanos, o bem-estar coletivo, bases éticas sólidas, criação de laços respeitosos com funcionários, fornecedores e comunidades, equidade de gênero e investimento em políticas de inclusão; economicamente, sobressaem a competitividade de mercado, prosperidade via estratégias de crescimento sustentável, redução de desperdício e incentivos fiscais; enquanto a *Dimensão Institucional* reforça a orientação política, transparência, esforços governamentais, conselho de meio ambiente e parcerias estratégicas. Essa interconexão evidencia que a educação ambiental não é isolada, mas um eixo articulador que impulsiona ações integradas, promovendo um desenvolvimento equilibrado e resiliente, especialmente em contextos públicos como o educacional.

Segundo Ferreira (2021), a educação (abarcada na *Dimensão Ambiental*) é essencial para o desenvolvimento sustentável. Isso significa que o projeto deve ir além das próprias agências das Nações Unidas e instituições nacionais, responsáveis pela sua implementação em políticas, programas e planos, revelando a sua transversalidade. Para Oliveira, Genovese e Araújo (2023, p. 347), a Educação Ambiental deve ser “[...] política, crítica, emancipatória e transformadora da realidade, que vise uma prática educativa formadora da consciência ambiental e planetária e que impulsione a quebra de paradigmas pela sociedade”. Ou seja, sem educação, não há processos de transformação socioambiental.

Mudanças comportamentais frente às questões ambientais demandam uma educação crítica e participativa (Gomes; Guerra, 2020), caracterizada pelo diálogo franco e horizontal entre todos os atores envolvidos. Essa abordagem reconhece cada indivíduo como sujeito cognoscente, que possa articular saberes plurais em prol de uma sociedade ambientalmente responsável, que compreende criticamente sua função na conservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, o educador Paulo Freire (1979, p. 28) destaca que “o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto”. Portanto, é primordial a Educação Ambiental, visando a participação de todos os segmentos nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A implantação da educação ambiental nas instituições escolares é amplamente reconhecida como um caminho eficaz para a construção de uma sociedade sustentável, conforme destacado por Beraldo *et al.* (2022), que enfatizam seu papel transformador. No entanto, essa inserção deve ser articulada de forma integrada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que, para Nunes (2023), as escolas assumem uma função crucial na formação de cidadãos conscientes e engajados na promoção de um futuro mais justo,

resiliente e ambientalmente equilibrado. Para a autora, não basta apenas incorporar essas temáticas no currículo; é imprescindível que elas se configurem como oportunidades reais para o desenvolvimento de uma nova geração comprometida com a construção coletiva de um amanhã melhor para toda a sociedade.

Corroborando com Nunes (2023), Mainardi *et al.* (2024, p. 9) atestam que “a educação sustentável deve ser encarada como um processo contínuo e abrangente”, a começar pelos primeiros anos de vida, se estendendo a toda a jornada educacional. Para os autores, a educação sustentável trata-se de uma responsabilidade ética e moral que demanda a participação ativa de todos os setores da sociedade. Apenas com um esforço coletivo e coordenado será viável superar os desafios ambientais que põem em risco o planeta e promover um futuro mais justo, equilibrado e sustentável para todos.

Como observado, os esforços devem ser conjuntos e coordenados na busca por um futuro mais sustentável. As instituições públicas federais de educação das regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil têm se destacado em promover ações de sustentabilidade de forma mais incisiva, “embora ainda seja pequena a parcela que vivencia a sustentabilidade no seu dia a dia”; escolas estaduais e municipais também têm se esforçado para incluir em seu cotidiano pedagógico essa temática, “[...] mas não se observaram estudos que mostrassem a vivência sustentável na rotina pedagógica da instituição” (Silva; Lacerda; Radons, 2023, p. 14). Isso mostra que as discussões ambientais vêm ganhando mais visibilidade, com um chamado permanente à ação, objetivando a incorporação do que se aprende no cotidiano. Diante da gravidade dos problemas ambientais, a promoção da educação é imperativa, já que ela tem um componente ambiental fundamentalmente forte e é uma ferramenta importante para mudar a forma como se vive, estando na origem da crise atual (Bursztyn, 2005; Ferrete Sarria, 2005).

No Brasil, a EA ganhou respaldo legal pela publicação da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e estabeleceu que ela deve ser incluída em todos os níveis de ensino. Portanto, a lei ancora esta pesquisa, realizada no âmbito do IFS, o qual oferta cursos superiores na modalidade aplicável aos cursos de graduação em licenciatura e bacharelado.

O objetivo principal da EA é a compreensão ambiental nas mais diversas dimensões – ecológica, econômica, social, cultural, política, ética e tecnológica – visando sensibilizar a coletividade para a defesa do meio ambiente e de todas as formas de vida (Talamoni *et al.*, 2018, p. 61). Em consonância, a Constituição Federal de 1988, cap. VI, art. 225, preconiza que o meio ambiente é: “[...] bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, p. 124).

Destaca-se ainda a Lei n.º 14.926/2024, que deixou claro o propósito de alcançar os mais diversos segmentos do ensino e da sociedade, para criar uma conexão social voltada para a temática da sustentabilidade. Nesse aspecto, seu inciso II-A prevê a criação de ferramentas e metodologias que garantam a eficácia das iniciativas educativas voltadas para a prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e aos desastres socioambientais, além de ações para conter a perda da biodiversidade (Brasil, 2024, p. 1).

Referindo-se ao processo de educação ambiental formal, o art. 9º da mesma Lei estabelece que a temática ambiental deve estar presente nos mais diversos segmentos e modalidades curriculares: educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, especial, de jovens e adultos (Brasil, 1999). A PNEA ainda estabelece, em seu art. 10º, que a EA deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (Brasil, 1999).

Nesse sentido, visando um ensino-aprendizagem efetivo, é importante que os saberes associados às tradições culturais sejam levados em conta no processo da EA. Ou melhor, para que a educação seja realmente integrada, como determina o Art. 10º da PNEA, é importante considerar as questões socioculturais, tanto no ensino formal quanto no não formal. Para tanto, o processo de EA precisa manter a sintonia entre a gestão escolar e a sociedade, construindo uma interrelação entre os diversos públicos da escola para obter resultados somativos.

A EA vem adquirindo um papel estratégico no processo educacional, propiciando a formação de valores e atitudes que se associam com a sustentabilidade ambiental e equidade social. Leff (2002) observa que ela deve ser voltada para a construção de um saber transformador da relação sociedade-natureza, que tem um importante papel da ciência da educação, e que esse saber ambiental não se constitui de um saber homogêneo, cabendo aqui a interdisciplinaridade, com a formulação de novas teorias, disciplinas e técnicas. Assim, a questão ambiental trata de sistemas complexos, reportando-se a Morin (2001), reforçando esse enfoque interdisciplinar.

Para que esses saberes sejam difundidos, é essencial destacar o papel das escolas neste processo formativo, dando destaque aqui, neste estudo, aos Institutos Federais (IF). Sua criação se deu pela Lei n.º 11.892 de 2008, que os definiu como entidades de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, “[...] especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de

conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (Brasil, 2008, art. 2º, p. 1).

Desta forma, está pautada nos planos de desenvolvimento de estratégias que atendam as ações de sustentabilidade ambiental, e, para tanto, o IFS publicou um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) definindo estratégias e objetivos para o quinquênio 2020-2025¹². Dentre os tópicos abordados no PDI, destaca-se o item “Resultados à Sociedade”, que, em seu Objetivo Estratégico 11, infere: “Promover o desenvolvimento sustentável em concomitância com os arranjos produtivos locais” (IFS, 2023, p. 44). O Plano discorre sobre as ações que devem ser implementadas para alcançar esse objetivo, entre as quais: “IE11.1 Implementar planos/ projetos voltados para a sustentabilidade; IE11.2 Implementar o Plano de Combate ao desperdício e uso racional dos recursos” (IFS, 2023, p. 44).

Referindo-se a programas direcionados à sustentabilidade, destaca-se o Programa “IFS Sustentável”, que endossa o compromisso institucional em defesa do meio ambiente, na perspectiva de valores e ações atitudinais que busquem mitigar impactos negativos ao meio ambiente, como desperdício de recursos naturais (água e energia), geração excessiva de resíduos sólidos, consumo não sustentável (cultura do desperdício); degradação no solo e nos ecossistemas locais. No que diz respeito às ações e aos projetos de extensão, estes devem possibilitar “[...] a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades, [...] propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente como patrimônio natural e cultural da humanidade” (IFS, 2019, p. 78).

Conforme menciona a Constituição Federal no seu art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 115). Assim, a EA deve basear-se no pensamento crítico e inovador e promover a transformação e a construção da sociedade em qualquer momento e em qualquer lugar de maneira formal, informal e não formal (Fontes, 2015). Esta se divide em educação individual e educação coletiva, tendo como objetivo formar cidadãos com consciência local e planetária que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania nacional.

Sendo a educação uma prática social, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), infere que os ambientes e processos de aprendizagem formais e informais estão presentes “[...]”

¹² O Anexo A apresenta as principais matérias, portarias e notícias relacionadas às questões socioambientais do IFS no período de 2020 a 2025.

no trabalho, nas mídias, nos espaços de organização coletiva, potencializados pelas tecnologias de comunicação e informação” (Brasil, 2013, p. 40). De forma mais precisa, ela deve estar atrelada às demandas contemporâneas ligadas “[...] ao mundo do trabalho e da produção, assim como ao desenvolvimento científico e tecnológico, aos aspectos de constituição da cultura local, regional, nacional e internacional e à problemática ambiental e da saúde pública no País” (Brasil, 2013, p. 40).

Souza e Braz (2019) inferem que, no percurso da EA no Brasil, pode-se perceber que ocorreram interpretações e práticas que contribuíram para originar uma diversidade de variantes nesse campo, a saber: alfabetização ecológica; ecopedagogia; EA crítica, transformadora e/ou emancipatória; educação no processo de gestão ambiental (Layrargues, 2004), e, mais recentemente, educação para a sustentabilidade, com ênfase no mundo das organizações e não apenas no ensino básico (Jacobi; Raufflet; Arruda, 2011; Munhoz, 2012).

Grassi, Kocourek e Oliveira (2021, p. 10) acrescentam a essas perspectivas a educação socioambiental que “[...] entrecruza natureza e sociedade e rompe com a ideia de conhecimento fragmentado e descontextualizado. Os elementos ambientais e socioculturais interagem, então, de forma complexa, necessária ao entendimento efetivo dos problemas socioambientais”. Seus fundamentos epistemológicos serão discutidos na próxima subseção.

3.3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Falcade-Pereira e Asinelli-Luz (2011) concebem que a Educação Socioambiental dialoga com o *Princípio da Responsabilidade*, proposto por Hans Jonas (2006), segundo o qual o agir humano impacta não apenas o meio natural, mas também as futuras gerações. As autoras destacam que, para Jonas, é necessária uma nova ética baseada na responsabilidade, que considere os efeitos das ações humanas ao longo do tempo e no espaço. Dessa forma, a Educação Socioambiental assume um papel formativo, orientando o agir humano com consciência sobre as consequências das decisões para o ambiente e para a sociedade.

Entende-se, portanto, que à educação “[...] cabe transmitir saberes e saber-fazer numa visão evolutiva e não apenas acumular determinada quantidade de conhecimentos e sentir-se infinitamente completo”, como aduzem Maneia, Cuzzuol e Krohling (2013, p. 2719). Isso implica que a responsabilidade socioambiental exige uma formação contínua, crítica e orientada à ação, e não apenas a acumulação passiva de conhecimentos. Nesse sentido, é essencial que as IES promovam o desenvolvimento da pesquisa socioambiental e a integrem à formação acadêmica em diferentes espaços, como a iniciação científica, o estágio curricular e as

atividades complementares, a fim de fortalecer uma aprendizagem prática e crítica (Maneia; Cuzzuol; Krohling, 2013, p. 2724).

Brito e Oliveira (2014) ampliam esse entendimento por afirmarem que a Educação Socioambiental suplanta questões naturais, como fauna e flora, integrando também dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que fazem parte dos objetivos da sustentabilidade. Para os autores, chama-se Educação Socioambiental porque envolve o sujeito diretamente em todas essas esferas, ultrapassando à dimensão biológica e conectando o aprendizado ao contexto social e ambiental em que ele está inserido. Os autores acrescentam que

[...] a educação tem caminhado, a fim de alcançar mudanças significativas, pautadas nos princípios éticos e morais para sensibilizar e (re)educar o homem, aos seus desejos desenfreados de consumos, sem perceber as consequências que tem gerado, a ele mesmo, à sociedade, às gerações futuras e ao próprio meio ambiente em sua totalidade, sendo este ambiente físico ou social (Brito; Oliveira (2014, pp. 211–212).

Sob essa perspectiva, Luz e Silva (2022, p. 9) definem os fundamentos epistemológicos da Educação Socioambiental da seguinte forma: “[...] a) a relação natureza e sociedade; b) a relação ambiente e patrimônio e c) a relação ambiente e cidadania”, que, por sua vez, estão alicerçados “nas concepções epistemológicas de Complexidade e de Interdisciplinaridade”.

Segundo os autores, a relação *natureza-sociedade* acontece quando há um “[...] diálogo entre os aspectos naturais, sociais, políticos e ideológicos”, sendo este “[...] articulado ao compromisso social e à justiça ambiental em que as desigualdades ambientais e a vulnerabilidade social constituem o novo panorama socioambiental” (Luz; Silva, 2022, p. 10).

Na relação *ambiente-patrimônio*, o ambiente é visto como algo a ser preservado ou conservado, como se fosse uma herança, ou “uma identidade originária”. Isso quer dizer que “[...] patrimônio ambiental envolve os elementos naturais, sociais e culturais que constituem o meio ambiente, em suas múltiplas relações que estruturam os modos de vida das comunidades e sociedades”, sendo, portanto, preciso “[...] educar para a preservação do ambiente e enfatizar o sentido de cuidado e valorização dos recursos naturais (Luz; Silva, 2022, p. 14).

A relação *cidadania-ambiente* na Educação Socioambiental “[...] remete à formação do conceito de ecocidadania, pois envolve a formação de uma nova ética ecológica”, isto é, perpassa pela “formação do cidadão responsável pelas transformações socioambientais” e pelo “[...] fortalecimento do senso de pertencimento do direito e de responsabilidade pelo ambiente” (Luz; Silva, 2022, pp. 19–20).

Nesse sentido, o PNES de 2010 dialoga com a EA e a Educação Socioambiental de uma forma ampla e transversal. As “escolas sustentáveis”, embasadas na Resolução do FNDE, nº 18/2013, são espaços que “[...] mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam

seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2013, p. 2). Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões interrelacionadas: espaço físico, gestão e currículo (Brasil, 2013, p. 2).

Outrossim, para minimizar problemas resultantes da interação entre sociedade e meio ambiente, é imprescindível estabelecer “[...] um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”, reitera o Instituto Brasileiro de Sustentabilidade (InBS, 2017). Essas questões, indubitavelmente, estão atreladas a como a Educação Socioambiental forma cidadãos para o futuro, em outras palavras, formar sujeitos que tenham responsabilidade social, comprometida com a transformação social, e “[...] isso implica reelaboração conceitual e posturas coerentes com as questões ambientais que envolvem a justiça distributiva e posturas políticas na formação da cidadania” (Luz; Silva, 2022, p. 21).

Assim, os fundamentos epistemológicos da Educação Socioambiental traçados por Luz e Silva (2022) – que destacam as relações cruciais entre natureza e sociedade, ambiente e patrimônio, cidadania e ecocidadania – ganham concretude nas escolas sustentáveis do PNDE e em políticas como o PNES/2010. Isso demonstra que formar cidadãos responsáveis transcende as aulas teóricas: trata-se de fomentar atitudes reais, justiça ambiental e cuidado com o patrimônio que herdamos, conforme Ferreira (2021). Graciani *et al.* (2025, p. 17) reforçam essa perspectiva ao afirmar que “[...] a ênfase na formação de indivíduos dinâmicos, atentos ao seu entorno e dispostos à ação, é central para a efetividade da educação ambiental”.

3.4 OS ODS E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade vem se fazendo cada vez mais presente no cotidiano da população mundial, porém ainda não o suficiente para garantir um futuro próspero e plenamente sustentável. Sendo assim, foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Agenda 2030 cujo objetivo é orientar as nações mundiais para trilharem juntas rumo a um mundo melhor (Bernardi Zorzo *et al.*, 2022, p. 160). Tal agenda estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que “[...] são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU Brasil, 2015). Os ODS se constituem de 17 Objetivos e 169 metas que visam integrar e auxiliar o desenvolvimento sustentável, além de

“[...] promover dignidade socioeconômica para todos, dentro dos limites do planeta Terra” (ONU Brasil, 2015).

Os objetivos e metas são integrados e abrangem as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável – ambiental, social, econômica e institucional – e podem ser colocados em prática por governos, sociedade civil, setor privado e por cada cidadão comprometido com as gerações futuras. Cabe destacar os 17 Objetivos dentro dessas dimensões, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Dimensões e objetivos dos ODS.

Dimensão	Objetivos contemplados
Social	1 – Erradicação da pobreza; 2 – Fome zero e agricultura sustentável; 3 – Saúde e bem-estar; 4 – Educação de qualidade; 5 – Igualdade de gênero; 10 – Redução das desigualdades.
Ambiental	6 – Água potável e saneamento; 7 – Energia limpa e acessível; 12 – Consumo e produção responsáveis; 13 – Ação contra a mudança global do clima; 14 – Vida na água; 15 – Vida terrestre.
Econômica	8 – Trabalho decente e crescimento econômico; 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 11 – Cidade e comunidades sustentáveis.
Institucional	16 – Paz, justiça e instituições eficazes; 17 – Parcerias e meios de implementação.

Fonte: Nações Unidas Brasil (2015).

Na *Dimensão Ambiental*, o item 15 estabelece: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (Nações Unidas Brasil, 2015). Esse objetivo reafirma que a preservação dos ecossistemas terrestres é condição essencial para a manutenção da vida no planeta, especialmente diante de processos como desertificação, degradação dos solos e perda de biodiversidade. Nesse contexto, evidencia-se que padrões insustentáveis de produção e consumo comprometem o equilíbrio entre sociedade e natureza, impactando tanto a integridade dos biomas quanto a qualidade de vida das populações.

O ODS 15 também se relaciona com outros objetivos da Agenda 2030, mostrando que as questões ambientais estão interligadas. Ele dialoga com o ODS 6, ao destacar a importância das florestas para a proteção da água; com o ODS 7, ao considerar o papel do meio ambiente na produção de energia; e com os ODS 12 e 13, ao evidenciar como o consumo e a produção

impactam a natureza e o clima. Além disso, conecta-se ao ODS 14, já que a degradação do solo afeta rios, mares e outros ambientes aquáticos.

No entanto, muitas ações humanas ainda prejudicam o equilíbrio entre sociedade e natureza, dificultando a integração desses objetivos. Diante disso, torna-se fundamental investir em processos educativos, na comunicação e em práticas interdisciplinares que dialoguem com diferentes públicos nas instituições de ensino, contribuindo para a conscientização e a redução dos impactos ambientais.

Esse cenário exige que a educação ambiental não seja reduzida a mera transmissão de conteúdos, mas se articule a práticas comunicacionais e interdisciplinares que envolvam estudantes, corpo docente, comunidades locais e gestores. Silva e Silva (2020) destacam que a interdisciplinaridade no ensino de educação ambiental favorece a construção de metodologias mais dinâmicas e contextuais, permitindo que temas como florestas, desertificação e biodiversidade sejam abordados em conexão com realidades sociais e territoriais específicas.

Na *Dimensão Social*, o Objetivo 4, meta 4.7, prevê que:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2015).

Nesse respeito, as IES e demais segmentos educacionais devem promover ações educacionais sustentáveis, que produzam contribuições significativas de combate e conscientização quanto ao uso dos recursos naturais. A educação é a chave para garantir que gerações futuras se desenvolvam economicamente, sem ameaçar a vida no planeta.

Na *Dimensão Econômica*, o Objetivo 8, meta 8.4, prevê a melhora progressiva, até 2030, “[...] da eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental [...]”, enquanto que o Objetivo 9, meta 9.5, prevê o fortalecimento da pesquisa científica e a melhora “das capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países” (Nações Unidas Brasil, 2015). Isso requer que as IES sejam, por sua vez, fortalecidas pelo poder público, uma vez que é delas que saem as soluções inovadoras para o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Na *Dimensão Institucional*, o Objetivo 16, meta 16.7, visa “Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”; já o Objetivo 17, meta 17.17, presume “Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”.

Essas metas estão interligadas e visam a cooperação mútua em busca de um propósito comum: que instituições e sociedade civil possam construir um futuro possível, em que as ações possibilitem o bem-estar de todos no planeta, vencendo injustiças, promovendo a paz e trabalhando com transparência.

3.5 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E AS IES

Como visto na subseção anterior, as práticas de sustentabilidade são essenciais para nortear as IES nas questões relacionadas ao uso responsável dos recursos disponíveis na comunidade. À luz de Tamura (2023, p. 132), “[...] a sustentabilidade está no modo de agir de uma organização, sendo mais ou menos sustentável de acordo com a forma como utiliza os recursos naturais [...]”, orientando práticas organizacionais éticas e socialmente justas.

A partir dessa compreensão, a sustentabilidade nas IES envolve a preservação dos recursos naturais e a adoção de tecnologias que reduzam impactos ambientais, priorizando o uso de fontes renováveis, a diminuição dos combustíveis fósseis e a redução de resíduos e poluição. Alternativas como energias solar e eólica, biocombustíveis e materiais reciclados contribuem para esse objetivo.

Segundo Rohrich e Takahashi (2019, p. 1), as IES estão se tornando referência “[...] em práticas ambientalmente sustentáveis, contribuindo assim para a formação dos seus acadêmicos e para o desenvolvimento sustentável, na medida em que têm na sustentabilidade uma diretriz para gerir os *campi* das instituições. Essa diretriz se manifesta nas três esferas das IES: no ensino, pela incorporação da sustentabilidade nos currículos e práticas pedagógicas; na pesquisa, pela produção de conhecimento voltado à solução de problemas socioambientais; e na extensão, pelo desenvolvimento de ações que dialogam com a comunidade e promovem práticas sustentáveis no território.

Ao longo das décadas, no Brasil e no mundo, as IES vêm buscando reduzir seu impacto ambiental por meio da produção e difusão de estudos sobre sustentabilidade. O Quadro 4 apresenta um resumo desses estudos.

Quadro 4 – Estudos de sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior

Ano	Evento / Instituição	País	Formalizando EA em IES
1990	Declaração de Talloires	França / Internacional	Primeiro compromisso formal de mais de 350 reitores de universidades em 40 países para incorporar a sustentabilidade no ensino superior. https://engemasp.submissao.com.br/22/arquivos/266.pdf
1991	Declaração de Halifax	Canadá / Internacional	Reconhecimento das universidades como agentes fundamentais na construção de políticas e ações sustentáveis https://sustentabilidades.com.br/index.php/pt/artigos/a-sustentabilidade-no-ensino-superior
1993	Declaração de Swansea	País de Gales / Internacional	Enfatizou a participação social ampla para soluções eficazes em sustentabilidade https://sustentabilidades.com.br/index.php/pt/artigos/a-sustentabilidade-no-ensino-superior
1995	Fundação da Organização Internacional de Universidades para Desenvolvimento Sustentável	Costa Rica / Internacional	Criação de entidade para promover a sustentabilidade e meio ambiente nas universidades https://sustentabilidades.com.br/index.php/pt/artigos/a-sustentabilidade-no-ensino-superior
2014	Estudo sobre planos integrados de sustentabilidade em <i>campi</i> universitários	EUA / IES norte-americanas	White (2014) analisou a implementação de planos integrados para sustentabilidade nos <i>campi</i> https://engemasp.submissao.com.br/22/arquivos/266.pdf
2014	Pesquisa sobre práticas de gestão ambiental na USP	Brasil / Universidade de São Paulo	Pereira <i>et al.</i> (2014) investigaram práticas ambientais em um campus da USP https://engemasp.submissao.com.br/22/arquivos/266.pdf
2024	Estudo de caso sobre inserção da sustentabilidade em IES públicas	Brasil / Instituição pública não especificada	Identificação da inclusão da sustentabilidade em ementas e projetos, com práticas ainda limitadas no campus https://engemasp.submissao.com.br/22/arquivos/266.pdf

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Rohrich e Takahashi (2019).

A pesquisa de Pereira *et al.* (2014) identificou que algumas IES brasileiras se destacam pela adoção de práticas sustentáveis que influenciam tanto a formação acadêmica quanto a gestão dos *campi*. Por meio de uma análise bibliométrica da produção científica sobre sustentabilidade, os autores mapearam 27 artigos publicados em 15 periódicos, escritos por 89 autores – nenhum deles em autoria individual. Constatou-se que, embora não houvesse publicação específica sobre o tema, os estudos vêm amadurecendo, acumulando conceitos e resultados que contribuem para o avanço do conhecimento na área.

Articular o tripé ensino-pesquisa-extensão às ações de sustentabilidade nas IES representa uma abordagem integrada e transformadora, capaz de promover a formação acadêmica, o avanço do conhecimento e a responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, a sustentabilidade deixa de ser um tema isolado e passa a constituir um eixo estruturante das práticas institucionais (Maneia; Cuzzuol; Krohling, 2013).

No âmbito do IFS, a extensão assume papel estratégico nessa articulação, ao promover o diálogo entre a instituição e a sociedade por meio de ações voltadas às demandas socioambientais. Compreendida como um processo educativo, cultural e científico, a extensão contribui para a formação crítica e cidadã, especialmente quando orientada por práticas sustentáveis que impactam diretamente os contextos locais. A Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade (DIREX), vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, é responsável por planejar, coordenar e fomentar essas ações, estabelecendo parcerias, promovendo projetos e ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com foco na qualificação profissional e no desenvolvimento sustentável.

De forma integrada, a pesquisa aplicada no IFS integra-se ao ensino e à extensão ao desenvolver investigações voltadas a problemas reais, incluindo questões ambientais, sociais e econômicas. Essas atividades envolvem servidores e estudantes na produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e inovadores, alinhados às demandas regionais. Assim, a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação fortalece práticas sustentáveis no contexto institucional, favorecendo a construção e a socialização de saberes de maneira crítica, contextualizada e comprometida com a transformação socioambiental. Nesse prisma, Maneia, Cuzzuol e Krohling (2013, p. 2725) afirmam que “[...] as Instituições de Ensino Superior, enquanto organizações voltadas para a formação dos mais variados perfis profissionais, precisam criar meios e recursos para cumprir sua responsabilidade socioambiental”.

O Quadro 5 apresenta uma breve linha do tempo que mostra a conexão entre esse tripé e as IES, bem como as ações nelas desenvolvidas que estão em consonância com resoluções mundiais e nacionais acerca da temática da sustentabilidade.

Quadro 5 – Articulações entre o tripé ensino-pesquisa-extensão e ações de sustentabilidade nas IES – (1972-2021)

Ano	Descrição	Conexões entre Ensino, Pesquisa e Extensão	Institucional
1972	A Conferência de Estocolmo destaca a importância da educação ambiental, influenciando a integração entre ensino e extensão.	Articulações iniciais entre ensino e extensão, promovendo a conscientização ambiental nas IES.	Início do reconhecimento da educação ambiental como parte integrante da IES.
1996	A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) estabelece diretrizes para a articulação	O SINAES enfatiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como uma classificação de avaliação das IES.	As IES deverão incluir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em seus PDI.

Ano	Descrição	Conexões entre Ensino, Pesquisa e Extensão	Institucional
	das atividades universitárias.		
2005	Lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável pela UNESCO, promovendo práticas integradas nas IES.	Incentivo à integração de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a sustentabilidade e desenvolvimento local.	Diretrizes internacionais que influenciam as políticas educacionais das IES em todo o mundo.
2018	A Resolução n.º 7/2018 do CNE estabelece diretrizes para a curricularização da extensão nas IES brasileiras.	A inclusão obrigatória de atividades de extensão nos currículos reforça a conexão entre ensino, pesquisa e extensão.	As IES têm até o final de 2022 para implementar as diretrizes, promovendo uma formação integral dos estudantes.
2021	Seminários e <i>workshops</i> discutem boas práticas para integrar extensão ao currículo, fortalecendo o compromisso social da IES.	Projetos interdisciplinares que envolvem alunos em atividades práticas, conectando teoria e prática em diversas áreas do conhecimento.	Fortalecimento das políticas institucionais que incentivam a participação ativa dos alunos em projetos sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Moita e Andrade (2009), Felipe *et al.* (2013) e Fatec (2021).

Como pôde-se perceber no Quadro 5, o percurso da integração entre ensino, pesquisa e extensão nas IES internacionais e brasileiras revela um processo progressivo de normatização e fortalecimento da educação ambiental e da sustentabilidade. A Conferência de Estocolmo, em 1972, marcou o reconhecimento inicial da educação ambiental como componente essencial das IES, promovendo as primeiras articulações entre ensino e extensão voltadas à conscientização socioambiental (Xavier Júnior, 2024).

No Brasil, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 1996, consolidou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, exigindo que as instituições incorporassem essa integração em seus PDI (Brasil, 1996). Nessa concepção, Santos *et al.* (2022), citando Tauchen (2009), destacam que essa questão não é apenas conceitual ou legislativa, “[...] mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação”.

Em 2005, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), instituída pela Unesco, impulsionou a implementação de práticas integradas voltadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento local, influenciando as políticas educacionais globalmente. Bastos e Lemes (2017, p. 171), destacam que os objetivos e fundamentos da DEDS visam integrar os valores do desenvolvimento sustentável na aprendizagem,

promovendo mudanças de comportamento que contribuam para uma sociedade mais justa, sustentável e consciente dos impactos socioeconômicos, ambientais e culturais, exigindo compatibilizar “[...] capacidades intelectuais, morais e culturais frente às responsabilidades impostas para com todos os seres vivos e para com a natureza como um todo”.

No cenário brasileiro, a Resolução n.º 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu a curricularização da extensão como componente obrigatório dos cursos superiores, reforçando a conexão entre as três atividades acadêmicas e promovendo uma formação integral dos estudantes (Brasil, 2018). Entretanto, de acordo com Fontenele (2024, p. 2), “os prazos para as adequações e os respectivos processos de construção foram atravessados por uma série de questões, a exemplo da pandemia, de modo especial, que acabou por prejudicar o aprofundamento e o debate sobre a temática e, nesse sentido, há que se enfrentar esse desafio”.

No entanto, Fontenele (2024, p. 4) elucida que essa resolução se “[...] constitui um marco importante quando o conceito de extensão é definido, bem como os princípios norteadores das ações extensionistas no Brasil, articuladas à formação profissional e ao compromisso com a sociedade, em áreas de maior demanda social”. Apesar das melhorias advindas da resolução, a autora aponta que ainda persistem desafios “[...] de ordem política, pedagógica, conceitual e do debate acadêmico, de gestão, normativos e operacionais” (Fontenele, 2024, p. 6) para a valorização das IES públicas no país.

Por fim, desde 2021, começaram a fomentar a adoção de boas práticas para a integração da extensão ao currículo, por meio de projetos interdisciplinares que articulam teoria e prática, consolidando o compromisso social das IES e fortalecendo as políticas institucionais que incentivam a participação ativa dos alunos em ações sociais. Para Oliveira e Portas (2024, p. 28), essas “novas propostas defendem uma extensão universitária engajada, participativa e emancipadora”, na qual “o conhecimento científico se entrelaça com os saberes populares, em um processo contínuo de aprendizado mútuo”.

Esse movimento evidencia a institucionalização entre ensino, pesquisa e extensão como vetor central da formação acadêmica e da responsabilidade social das instituições, uma vez que, conforme os autores, “essa articulação gera um ciclo virtuoso; a pesquisa alimenta a extensão que, por sua vez, enriquece o ensino e a pesquisa, criando um vínculo frutífero entre a universidade e a sociedade” (Oliveira; Portas, 2024, p. 28). Assim, a extensão consolida-se como um espaço formativo de construção coletiva do conhecimento, promovendo autonomia, aprendizagem contínua e transformação social e individual.

Para além do campo formativo e acadêmico, essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão projeta-se também sobre a gestão institucional das IES, especialmente no que se refere

à incorporação de princípios de sustentabilidade nas práticas administrativas. No contexto brasileiro, essa orientação tem sido progressivamente formalizada por meio de normativas e instrumentos legais que buscam induzir a adoção de ações sustentáveis no âmbito da Administração Pública. Por exemplo, o Acórdão n.º 1.752/2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), é um “[...] marco na promoção de ações de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais no Brasil”, visto que determinou a adoção de medidas pela Administração Pública Federal para a redução do consumo de papel, energia elétrica e água” (CNJ, 2011).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), atualmente incorporado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, estabeleceu a Instrução Normativa (IN) n.º 10, de 12 de novembro de 2012, que trata dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes. Essa IN considerou em seu art. 2:

- I – logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- II – critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;
- III – práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública (Brasil, 2012).

Como pôde-se perceber, o art. 2 da norma estabelece diretrizes para a **gestão sustentável** na administração pública federal, promovendo o uso eficiente de recursos naturais e redução de impactos ambientais. Isso afeta diretamente as ações das IES, que deverão incluir em seus PDI políticas de sustentabilidade, como reduzir o consumo de papel, promover a eficiência energética em prédios e laboratórios, implementar a coleta seletiva e compostagem, e promover práticas sustentáveis entre estudantes e servidores. Consequentemente, essas ações contribuirão para a diminuição do impacto ecológico, redução de gastos públicos, formação de cidadãos conscientes sobre sustentabilidade, bem como trará benefícios às comunidades próximas, incentivando mudanças culturais.

Entre as iniciativas no contexto da sustentabilidade desenvolvidas no IFS, destacam-se programas de formação acadêmica em parceria com outras instituições, como o MINTER PRODEMA UFPB–IFS, realizado em 2015 (IFS, 2015), que ofertou vagas de mestrado em Gerenciamento Ambiental para servidores do IFS, e o DINTER PRODEMA UFPB–IFS/UFRN, firmado em 2022 (IFS, 2022), que instituiu o Doutorado Interinstitucional em Desenvolvimento e Meio Ambiente para docentes da instituição. No âmbito das ações

extensionistas e de reconhecimento institucional, o *Campus Estância* certificou, em 2024, nove projetos pelo Selo ODS Educação, marcando a atuação do IFS em iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (Cruz, 2024).

Em 2024, o *Campus Aracaju* registrou ações voltadas à sustentabilidade socioambiental, como o Projeto Reutilização de Banners em Lona na Confecção de Produtos Sustentáveis, que promove a reutilização de materiais, recebendo o Selo no Prêmio Movimento Nacional ODS por ações alinhadas à Agenda 2030 da ONU (Bastos, 2024)¹³. Ainda em 2022, o *Campus Aracaju* recebeu um ecoponto para o descarte correto de papel, papelão, garrafas de plástico e latas de bebidas, ação em parceria entre a Direção-geral, por meio do Projeto Tecnologia a favor da Ressignificação da Sustentabilidade (TARS), e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) (Bastos, 2022). Por fim, o *Campus Lagarto* desenvolve ações sustentáveis por meio do reaproveitamento de embalagens de sacos de cimento na produção de artesanatos (Santos, Vieira; Oliveira, 2022).

As IES podem incorporar os ODS ao currículo (PPC), promover a educação para a cidadania e incentivar abordagens integradas por meio da interdisciplinaridade, vinculando-se diretamente ao Objetivo 4 (Educação de Qualidade). Nessa direção, recorrendo a Leal Filho *et al.* (2019), Christ e Piffer (2022, p. 7) destacam que “[...] a introdução dos ODS no ensino pode criar um catalisador para inspirar o engajamento dos alunos com os conceitos de sustentabilidade nas IES”. Tribeck e Stefani (2024, p. 17), enriquecem esse pensamento por afirmarem que

Quanto mais envolvente, interdisciplinar, transdisciplinar e extrapolar os muros institucionais, as atividades que envolvam a Agenda 2030, maior riqueza de estudos e ampliação do conhecimento acadêmico e também uma mudança de percepção dos envolvidos, quanto ao cumprimento das metas propostas pelos ODS.

No contexto da pesquisa as IES devem desenvolver estudos e inovações voltados à busca de soluções para os desafios da Agenda 2030, estabelecer parcerias interinstitucionais e acompanhar de que forma os resultados das pesquisas contribuem para os ODS, especialmente para o Objetivo 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e o Objetivo 17 (Parcerias e Meios de Implementação), promovendo impactos positivos na sociedade e no meio ambiente. Sob ótica, Tribeck e Stefani (2024, p. 4), citando a concepção de Leal Filho *et al.* (2018), reafirmam a responsabilidade das IES na produção e disseminação de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável, como “um movimento de destaque para a formulação de políticas

¹³ Registro da premiação em: <https://www.instagram.com/p/C9ATAvVMqEa/>. Acesso em: 10 maio 2025.

públicas”, tanto no contexto educacional quanto em outros contextos, estando alinhadas à Agenda 2030.

Já na *extensão*, as IES podem promover a aplicação prática do conhecimento ao desenvolver projetos que atendam às demandas das comunidades, coordenar campanhas, oficinas e eventos de conscientização sobre sustentabilidade e fomentar ações conjuntas com a sociedade civil. Essas iniciativas dialogam diretamente com o Objetivo 4 (Educação de Qualidade), ao ampliar processos formativos; com o Objetivo 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao fortalecer a participação social e a cidadania; e com o Objetivo 17 (Parcerias e Meios de Implementação), ao estimular a cooperação entre instituições e atores sociais. Nesse respeito, citando Tribeck (2022), Tribeck e Stefani (2024, p. 4) concebem que

[...] é tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico e a comunidades. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação.

Concernente às *ações de sustentabilidade* do IFS, o Quadro 6 apresenta em que áreas os ODS estão sendo aplicados no contexto do Instituto.

Quadro 6 – Ações diretas e indiretas de Sustentabilidade no contexto do Ensino, Pesquisa e Extensão do IFS e os ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Termos/Temas	Ensino	Pesquisa	Extensão
1 - Erradicação da pobreza	- Auxílio permanência; - Política de Assistência Estudantil; Fonte: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/CS_37_-_Aprova_a_Pol%C3%ADtica_de_Assistencia_Estudantil_do_IFS_com_Normas_Anezas.pdf	x		x
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	- Compra de alimentos da agricultura Familiar (distribuição de lanches no IFS); - Hortas pedagógicas; Fonte: https://www.instagram.com/p/CtH3OxoOU1T/	x	x	x
3 - Saúde e bem-estar	- Projeto Vida Nova; - Projeto visibilizando as diferenças no IFS; Fonte: https://www.ifs.edu.br/guia-do-servidor/315-hot-site-progep/10777-projeto-vida-nova			x
4 - Educação de qualidade 4.3 - Igualdade de acesso à educação técnica e superior:	- A missão do IFS visa garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa; - Programa PIALAB; Fonte:	x	x	x

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Termos/Temas	Ensino	Pesquisa	Extensão
	https://www.ifs.edu.br/images/propex/Editais/2024/20/FAQ_PIALAB_2024_-_EDITAL_20_2024.pdf			
5 - Igualdade de gênero	- Empoderamento das mulheres; Fonte: http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/11855-ifs-promove-encontro-sergipano-do-mulheres-mil.html Mulher na Ciência https://www.ifs.edu.br/editais-propex/2024/11684-edital-22-2024-dpp-propex-ifs-2.html Programa Mulheres Mil https://www.ifs.edu.br/diretoria-de-extensao-e-articulacao-com-a-sociedade-direx/mulheres-mil.html	x	x	x
6 - Água limpa e saneamento	- Rede de esgoto, redução do consumo de água; Fonte: http://ifs.edu.br/ultimas-noticias/9235-projeto-sensibiliza-sobre-importancia-da-ligacao-com-rede-de-esgoto			x
7 - Energia limpa e acessível	- Usinas fotovoltaicas nos <i>Campi</i> do IFS; Fonte: https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/9083-ifs-inicia-montagem-de-22-usinas-fotovoltaicas-em-seis-campi.html	x	x	
8 - Trabalho decente e crescimento econômico 8.9 - Promover o turismo sustentável:	- Promover Projetos em comunidades de Ecoturismo e Turismo Sustentável; Fonte: http://www.ifs.edu.br/projetos-de-pesquisa-mestrado-turismo.html		x	
9 - Indústria, inovação e infraestrutura 9.5 - Fortalecimento das capacidades tecnológicas e de investigação 17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil, eficazes a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	- IFS assina acordo de cooperação técnica com Receita Federal; Fonte: http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10838-ifs-assina-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-receita-federal		x	x
10 - Redução das desigualdades 10.7 Facilitar a migração e mobilidade ordenada	- Oferta de Curso de Português, inglês, espanhol como língua adicional; Fonte: http://www.ifs.edu.br/noticias-e-ad/11543-ifs-oferta-20-vagas-em-curso-de-portugues-como-lingua-adicional.html	x		x

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Termos/Temas	Ensino	Pesquisa	Extensão
11 - Cidades e comunidades sustentáveis 11.4 - Proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural	- Memorial do Instituto Federal de Sergipe. http://ifs.edu.br/equipe-memorial-do-ifs	x	x	x
12 - Consumo e produção responsáveis	- Semana do Meio Ambiente no <i>Campus</i> Aracaju http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10143-ifs-por-meio-da-propex-abre-inscricoes-para-a-semana-de-meio-ambiente			x
17 - Parcerias e meios de implementação em prol das metas.	- Parceria com a UFS para oferta de curso em Especialização em EPT https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/194-reitoria/11522-parceria-firmada-com-a-ufs-permitira-acoes-conjuntas-em-educacao-e-gestao.html	x	x	x

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como mostra o Quadro 6, as iniciativas de sustentabilidade do IFS perpassam múltiplos ODS, promovendo engajamento em defesa do meio ambiente e mobilizando saberes locais, algo observado na prática durante a coleta de dados. Essa atuação demonstra que o instituto vai além do discurso ambiental, alinhando-se efetivamente à Agenda 2030 e aos ODS, impactando a comunidade acadêmica e seu entorno.

A indissociabilidade entre *ensino*, *pesquisa* e *extensão* no IFS permite desenvolver a formação integral dos educandos, articulando conhecimento técnico-científico com as demandas sociais e produtivas do país. Essa tríade contribui para a construção de soluções inovadoras e sustentáveis para desafios globais e locais.

No *ensino*, a base da formação cidadã e profissional está alinhada ao ODS 4 (Educação de Qualidade), incorporando temas como sustentabilidade, equidade e inovação nos currículos e preparando profissionais para atuar com responsabilidade socioambiental. A *pesquisa aplicada* para o desenvolvimento sustentável dialoga com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), gerando soluções concretas para a sociedade, desenvolvendo novas tecnologias e processos sustentáveis. Por sua vez, a *extensão* articula a academia à comunidade, contemplando os ODS 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), permitindo que o conhecimento gerado no IFS alcance a sociedade, promovendo educação ambiental, economia circular, entre outras ações benéficas a curto e longo prazos.

Dessa forma, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão garante que o conhecimento acadêmico não se restrinja à sala de aula, mas seja aplicado de forma prática para

enfrentar desafios socioambientais contemporâneos. Essa articulação fortalece a formação integral dos estudantes, conecta o conhecimento técnico às demandas sociais do Nordeste e assegura que a sustentabilidade não fique apenas no papel, promovendo qualidade educacional, engajamento comunitário e cidadania ativa.

4 METODOLOGIA

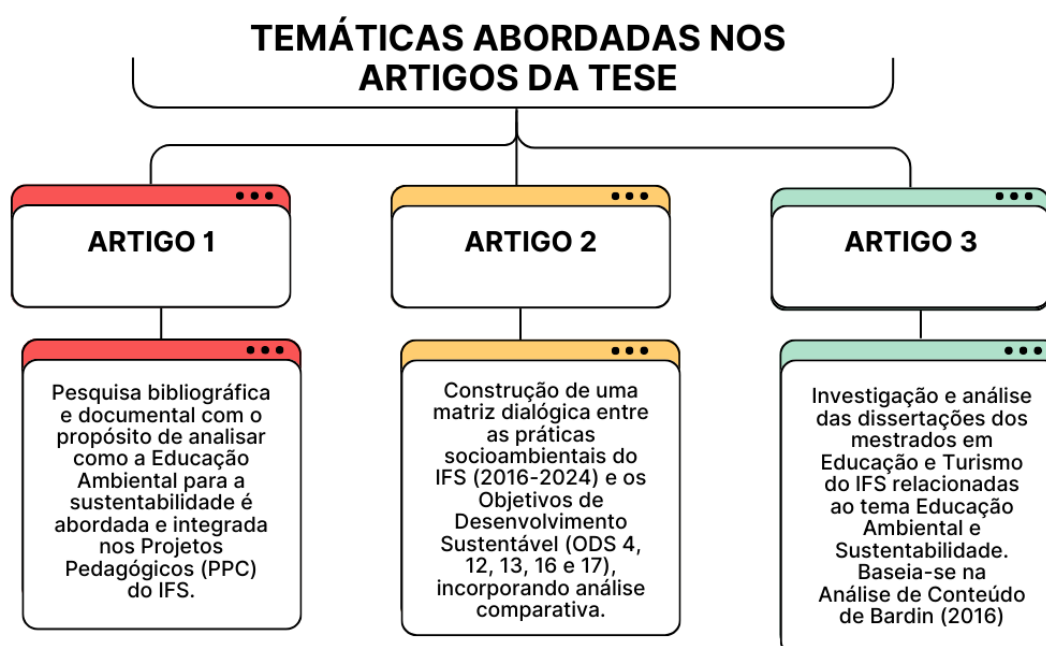
Nesta seção, são descritos os procedimentos metodológicos da tese, incluindo o tipo de estudo, as etapas de investigação e o método utilizado, permitindo compreender como os dados foram coletados e analisados.

4.1 FORMATO DA PESQUISA

A presente pesquisa é constituída por artigos científicos independentes, cada um com delineamento metodológico próprio, alinhado aos objetivos específicos deste estudo. O primeiro artigo realizou uma análise categorial dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), identificando integrações curriculares por meio de codificação temática manual. O segundo elaborou uma matriz dialógica entre as práticas socioambientais do IFS e os ODS 4, 12, 13, 16 e 17, considerando os demais ODS de forma indireta, com base em análise comparativa. O terceiro artigo investigou dissertações dos programas de mestrado em Educação e Turismo do IFS, com foco na abordagem da educação ambiental e da sustentabilidade.

A Figura 1 sintetiza as temáticas que compõem os artigos desta tese.

Figura 1 – Temática que compõem os artigos da tese



Fonte: Elaboração própria (2026).

O formato *multipaper* permitiu abordar a temática da sustentabilidade de maneira abrangente, explorando diferentes dimensões do objeto de estudo, enquanto mantém a consistência metodológica e a conexão com os objetivos gerais da tese.

Neste estudo, foram utilizadas três técnicas principais de análise documental e qualitativa. Inicialmente, a análise bibliográfica e documental permitiu levantar termos socioambientais, como “sustentabilidade”, em documentos institucionais do IFS (PDI, PPCs e Portarias). Em seguida, verificou-se como os ODS se evidenciam nesses documentos e nas práticas do instituto no período de 2020 a 2025. Por fim, a análise bibliométrica qualitativa, realizada a partir da análise de conteúdo de Bardin (2016), examinou redes temáticas e a coocorrência de palavras-chave em dissertações de mestrado em Educação e Turismo do IFS, com padrões de pesquisa aplicada e produção relacionados à sustentabilidade.

4.2 TIPOLOGIA E MÉTODOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de natureza **aplicada**, pois busca produzir conhecimentos que possam ser utilizados de forma prática (Marconi; Lakatos, 2017) para compreender e aprimorar as ações de sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe (IFS). Seu foco está em orientar possíveis tomadas de decisão institucional, oferecendo subsídios para a ampliação da integração da tríade ensino-pesquisa-extensão e o alinhamento às metas da Agenda 2030.

Esta pesquisa adota uma abordagem **qualitativa**, a qual se “[...] concentra em símbolos, crenças, valores e relações humanas de determinado grupo social” (Guerra *et al.*, 2024, p. 4). Nesse contexto, busca-se compreender e interpretar as ações do IFS em seu ambiente natural, valorizando os significados atribuídos aos fenômenos relacionados à sustentabilidade e aos ODS. Essa abordagem possibilita uma análise aprofundada das práticas institucionais, sem interferência direta do pesquisador, permitindo captar as nuances, sentidos e motivações que permeiam o objeto de estudo.

Quanto ao método, a pesquisa fundamenta-se no **método indutivo**, uma vez que “[...] a partir da análise de dados individuais se obtêm conclusões gerais sobre determinado fenômeno” (Tamaso; Horvath Júnior, 2023, p. 15). Tal abordagem é sustentada por referenciais teóricos da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável, valendo-se da análise de dados documentais para a compreensão de um caso institucional específico.

Quanto aos objetivos, classifica-se como descritivo-exploratórios. É uma pesquisa **descritiva**, visto que tem como propósito registrar, analisar e interpretar as práticas sustentáveis adotadas pelo IFS, segundo preconizado por Rodrigues (2006). Também é **exploratória**, uma

vez que visa esclarecer e delimitar o problema, contribuindo para a construção de hipóteses e o aprofundamento do conhecimento (Robaina *et al.*, 2021) sobre a integração da sustentabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão do IFS.

Esta pesquisa adota o **estudo de caso** qualitativo, combinado com a análise documental e de conteúdo de Bardin (2016), pois se dedicou a “[...] um único caso com o propósito de tirar conclusões acerca de uma classe maior de casos” (Tamaso; Horvath Júnior, 2023, p. 10). Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Assim, essa abordagem permitiu investigar de forma aprofundada e contextualizada as práticas sustentáveis no IFS, tratando a instituição como unidade analítica única e representativa da educação profissional nordestina. Diferentemente de abordagens generalistas, o estudo de caso possibilita **triangular evidências** provenientes de documentos institucionais (PDI, portarias e PPCs), das práticas socioambientais em diálogo com os ODS e da produção acadêmica local, revelando tanto a presença dos ODS 4, 12, 16 e 17 quanto lacunas na articulação extensionista.

Referente aos procedimentos técnicos, a pesquisa utilizou-se de **bibliográfica e documental**. Documental porque baseia-se na análise sistemática de documentos institucionais oficiais do IFS, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e Portarias – materiais públicos e disponíveis no sítio da instituição e que não tiveram tratamento analítico, sendo fontes primárias (Tamaso; Horvath Júnior, 2023). É bibliográfica porque envolve a revisão crítica de literatura especializada para fundamentar teoricamente o estudo e situar os dados documentais no contexto acadêmico contemporâneo.

A pesquisa abrangeu um recorte transversal de seis anos (2020 a 2025), considerando a implementação dos ODS e o a PDI da instituição, com o intuito de verificar a presença de ações sustentáveis ambientais integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio da análise da base de dados do IFS/SE, dos PPC, do PDI, bem como dos projetos de extensão e pesquisas aplicadas desenvolvidas até dezembro de 2025.

4.3 ETAPAS DA PESQUISA

Primeira etapa. Como técnicas de pesquisa, a abordagem do problema realizou-se por meio do levantamento de informações e da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos cursos superiores do IFS, sendo um estudo bibliográfico e documental. Essa etapa teve como objetivo identificar de que forma a educação ambiental e a sustentabilidade são abordadas

e incorporadas nos PPCs, por meio da identificação, seleção e análise das evidências mais relevantes para a pesquisa. Buscou-se, assim, construir um panorama abrangente sobre a temática investigada, contribuindo para a resposta ao problema de pesquisa.

A Figura 2 apresenta parte do referencial teórico utilizado neste estudo.

Figura 2 – Principal referencial teórico utilizado na pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

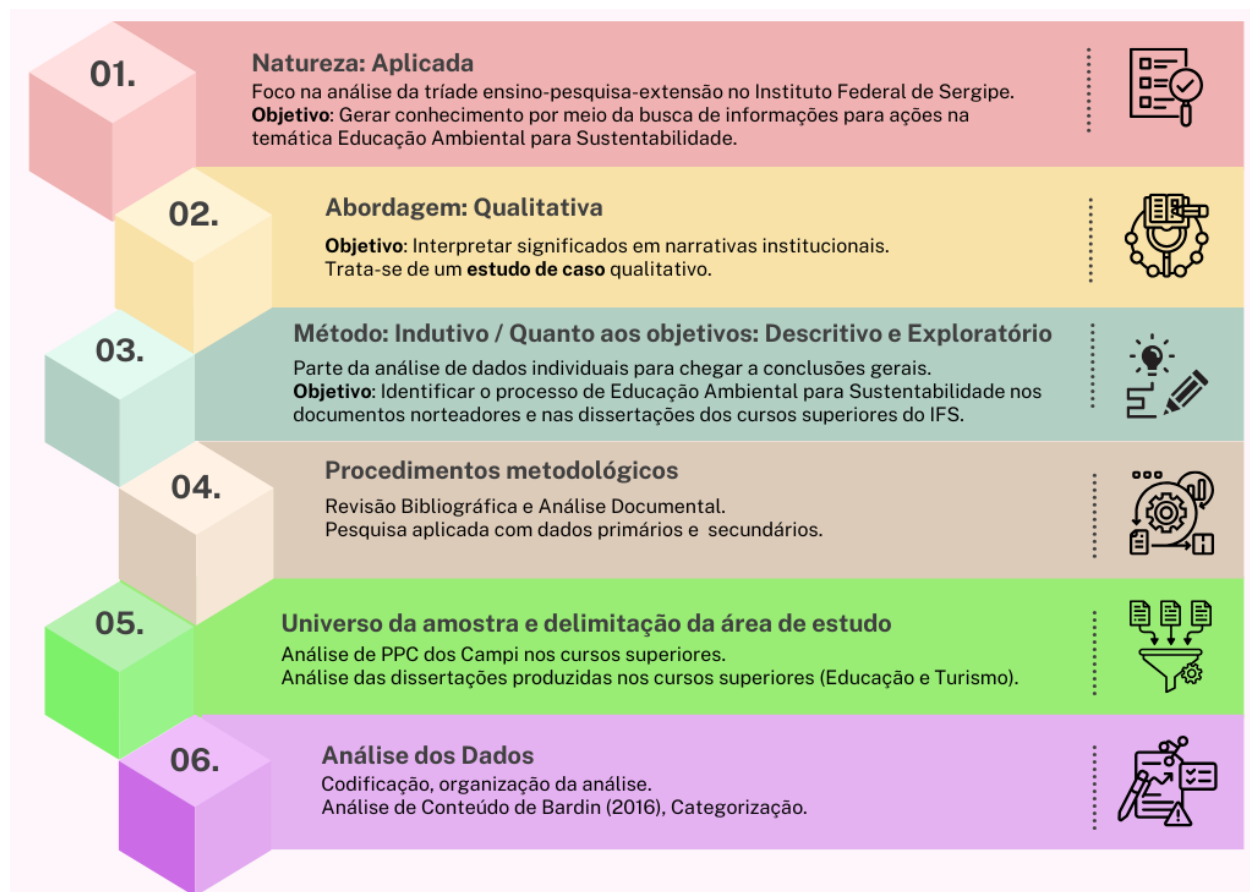
Segunda etapa. Com base na perspectiva metodológica de Bardin (2016), a segunda etapa do estudo consistiu na coleta e seleção criteriosa dos dados relevantes para a pesquisa. Inicialmente, foram reunidos os materiais que abordavam diretamente os temas centrais, tais como educação ambiental, sustentabilidade, Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a tríade ensino-pesquisa-extensão. Em seguida, procedeu-se à categorização desses estudos, organizando-os conforme sua relação com o objeto investigado, de modo a possibilitar uma análise sistemática e aprofundada.

Terceira etapa. Análise das informações coletadas por meio da organização e categorização dos dados obtidos, embasada na análise de conteúdo de Bardin (2016), que

apresenta três fases: 1. Pré-análise (leitura e preparação do material a ser analisado); 2. Exploração do material (codificação e categorização dos dados); 3. Tratamento dos resultados, inferências e interpretações (análise comparativa por meio das categorias definidas, a partir do referencial teórico); a inferência e a interpretação (Bardin, 2016, p. 132).

A Figura 3 sintetiza o desenho da pesquisa.

Figura 3 – Técnicas e instrumentos utilizados na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Figura 3 resume o desenho desta pesquisa, que é de natureza aplicada e de abordagem qualitativa, buscando gerar conhecimento sobre Educação Ambiental para sustentabilidade por meio da análise de documentos institucionais do IFS. Com objetivos exploratórios e descritivos, têm como procedimentos metodológicos a Revisão Bibliográfica e a Análise Documental, utilizando dados secundários. A pesquisa analisa os PPCs dos cursos superiores ofertados nos sete *campi* do IFS, contemplando Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos, e examina dissertações *stricto sensu* nas áreas de Educação e Turismo, com foco nas interfaces entre Sustentabilidade e Educação Ambiental.

A análise dos dados segue a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), com processos de codificação, organização e categorização, permitindo identificar como a Educação Ambiental para sustentabilidade está inserida nos documentos norteadores da instituição.

Os PPC analisados se referem aos cursos superiores no seguintes *campi*: Aracaju, Lagarto, Estância, Nossa Senhora da Glória, Itabaiana, Propriá e São Cristóvão. A seguir os cursos ofertados pelo instituto:

- **Licenciaturas:** Matemática, Química, Física e Ciências Biológicas.
- **Bacharelados:** Engenharia Civil, Sistemas de informação, Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Ciência da Computação.
- **Tecnologia:** Gestão de Turismo, Saneamento Ambiental, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Laticínios, Logística, Automação Industrial, Alimentos, Agroecologia, Tecnologia da Informação.

O Quadro 7 apresenta a localização dos *campi* do instituto sergipano.

Quadro 7 – Localização/Região dos Campi do IFS com seus respectivos perfis

CAMPUS	REGIÃO TERRITORIAL	CURSOS OFERTADAS	PERFIL
Aracaju	Capital/urbano	Tecnologia em Gestão de Turismo, Saneamento, Análise e Desenvolvimento de Sistemas Licenciatura em Matemática e Química Bacharelado em Engenharia Civil	Polo dinâmico e diversificado, voltado para inovação urbana e formação técnica superior, atendendo demandas metropolitanas com ênfase em infraestrutura e educação.
Estância	Sul do estado	Bacharelado em Engenharia Civil.	Foco em engenharia aplicada ao desenvolvimento regional, fortalecendo a construção civil .
Itabaiana	Agreste	Bacharelado Ciência da Computação	Ênfase em computação e tecnologia, preparando profissionais para o polo tecnológico emergente no Agreste, com raízes em demandas locais de inovação digital.
Lagarto	Agreste	Bacharelado em Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo. Tecnologia em Automação Industrial Licenciatura em Física	Centro de excelência em engenharias e automação, integrando formação superior e técnica ao contexto agroindustrial do Agreste.
Nossa Senhora da Glória	Alto sertão/semiárido	Tecnologia em Laticínios	Especializado em agroindústria láctea, respondendo às vocações do Semiárido com tecnologias adaptadas à realidade seca e à economia familiar rural
Propriá	Baixo São Francisco	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	Orientado para TI e gestão digital, atendendo o Vale do São

			Francisco com soluções inovadoras para o comércio e a agricultura local.
São Cristóvão	Região metropolitana	Tecnologia em Alimentos Tecnologia em Agroecologia Licenciatura em Ciências Biológicas	Destaque em Biotecnologia e Ecologia, promovendo a segurança alimentar e práticas sustentáveis na região próxima à capital, com ênfase na formação docente em Ciências Biológicas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 7 evidencia que os *campi* de São Cristóvão, Aracaju e Lagarto apresentam uma trajetória institucional mais consolidada, possivelmente devido ao maior tempo de funcionamento e integração às dinâmicas acadêmicas e administrativas. Em contrapartida, os *campi* de Nossa Senhora da Glória, Estância, Itabaiana e Propriá, por serem mais recentes, encontram-se em processo de estruturação e amadurecimento de suas práticas pedagógicas e administrativas, o que pode influenciar na oferta de cursos e na consolidação de projetos de extensão e pesquisa. Vale destacar que os indicadores institucionais podem ser impactados diretamente pela diferença temporal entre os *campi*, demonstrando a importância de considerar o contexto histórico de cada unidade para uma análise comparativa mais assertiva.

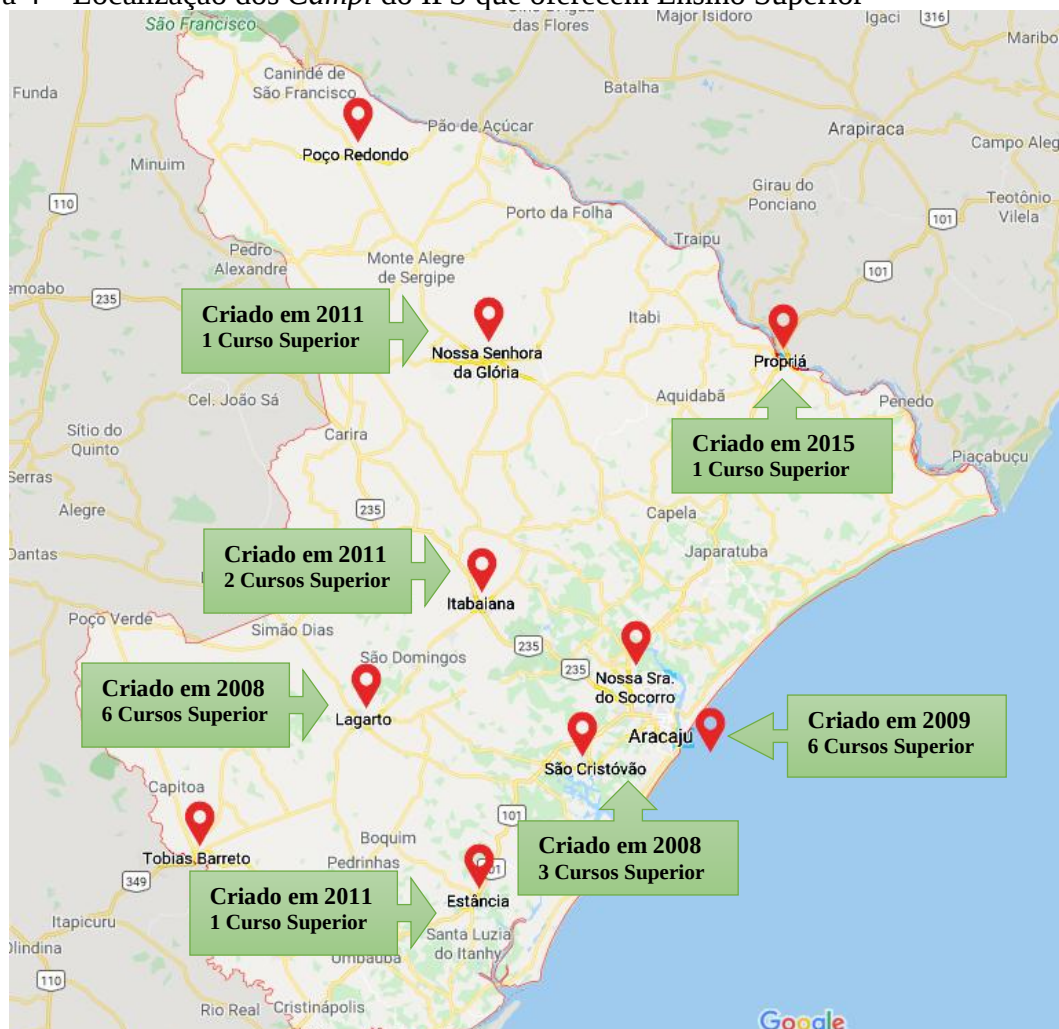
4.4 AMBIENTE DA PESQUISA

O IFS, instituição *multicampi*, criada nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi composto pela integração de duas autarquias federais: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE), que possuía a sede em Aracaju e uma unidade descentralizada em Lagarto, SE, e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC).

O IFS está vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e tem natureza jurídica de autarquia, possuindo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (IFS, 2008). Com base na Lei n.º 11.892/2008, o IFS pode ofertar cursos de nível médio e superior, incluindo cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Cada *campi* é composto por uma equipe diretiva representada por: Direção Geral (DG), Gerência de Administração e Manutenção (GADM), Gerência de Ensino (GEN). Estas gerências possuem diversas coordenações subordinadas.

Nesta pesquisa, foram incluídos todos os *campi* que ofertam cursos superiores, isto é, Aracaju, Estância, Nossa Senhora da Glória, Itabaiana, Lagarto, Propriá e São Cristóvão (Figura 4), pelo fato de estes participarem de projetos e comissões.

Figura 4 – Localização dos *Campi* do IFS que oferecem Ensino Superior



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Linha do Tempo do IFS (2017) com o apoio do *Google Maps* (2026).

Para situar o contexto socioeconômico e ambiental dos *campi* estudados, é válido dizer que as cidades sergipanas apresentam realidades diversas. Segundo o Atlas Brasil (2025), Aracaju possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado (0,770), concentrando grande parte da população. Entretanto, enfrenta desigualdades sociais e problemas ambientais na Zona de Expansão Urbana. Lagarto, Estância e Itabaiana baseiam suas economias na agricultura, no comércio e na indústria, tendo desafios na infraestrutura e na preservação dos recursos naturais. Nossa Senhora da Glória e Propriá possuem os indicadores sociais mais baixos, com vulnerabilidades relacionadas ao uso do solo e à proximidade do Rio São Francisco. São Cristóvão, por sua vez, sofre pressões ambientais vindas da expansão de Aracaju, apesar de seu potencial turístico e histórico. Esses cenários distintos exigem políticas públicas que considerem os contextos de cada território para promover um desenvolvimento sustentável em Sergipe.

A escolha do Instituto Federal de Sergipe (IFS) como *locus* da pesquisa justifica-se por seu histórico e ampla atuação em diferentes segmentos da educação, bem como pela diversidade de áreas e cursos superiores ofertados. A pesquisa fundamenta-se, ainda, na relevância de analisar as práticas de sustentabilidade ambiental desenvolvidas no âmbito institucional, considerando o Projeto Político-Pedagógico (PPP), os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e os projetos de extensão vinculados a pesquisas aplicadas sobre a temática. Nesse sentido, o estudo examina se a tríade ensino, pesquisa e extensão contempla as práticas de sustentabilidade ambiental previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no período de 2020 a 2025. Ademais, o pesquisador está inserido na instituição estudada, e os resultados obtidos apresentam potencial para subsidiar o planejamento de ações concretas e a consolidação de boas práticas em educação ambiental e sustentabilidade no contexto institucional.

O Quadro 8 apresenta o quantitativo de Cursos Superiores do IFS (Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura) e os *campi* correspondentes.

Quadro 8 – Cursos Superiores ofertados pelo IFS

Campus	Curso de Tecnologia	Curso de Licenciatura	Curso de Bacharelado
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo	Licenciatura em Matemática	Engenharia Civil
	Tecnologia em Saneamento Ambiental	Licenciatura em Química	-
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-
Estância	-	-	Engenharia Civil
Itabaiana	Tecnologia em Logística	-	Ciência da Computação
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial	Licenciatura em Física	Sistemas de Informação
			Sistemas de Informação
			Engenharia Elétrica
			Arquitetura e Urbanismo
N. Sra. da Glória	Tecnologia em Laticínios	-	-
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	-	-
São Cristóvão	Tecnologia em Alimentos	-	-
	Tecnologia em Agroecologia	Licenciatura em Ciências Biológicas	-
7 Campi	9	4	7

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI 2020-2025 (IFS, 2023).

O Quadro 8 evidencia a diversidade dos cursos superiores ofertados pelo IFS, abrangendo distintas áreas do conhecimento e modalidades de ensino. Tal diversidade expressa o alinhamento institucional às demandas regionais por formação qualificada, ao mesmo tempo em que contribui para a democratização do acesso ao ensino superior público em Sergipe.

Campi como Aracaju e Lagarto concentram ofertas nas áreas de engenharia e sistemas de informação, atendendo às demandas urbanas por competências técnicas voltadas à infraestrutura e à inovação digital, enquanto Estância e Nossa Senhora da Glória investem em tecnologias específicas, como Engenharia Civil e Laticínios, refletindo as vocações agropecuárias e industriais do interior sergipano. Observa-se, ainda, que os cursos voltados às licenciaturas apresentam menor representatividade no conjunto das ofertas analisadas.

Desse modo, a distribuição dos cursos entre os campi reforça o papel estratégico do Instituto no desenvolvimento educacional e socioeconômico do estado.

A Lei nº 11.892/2008, em seu art. 8º, estabelece a distribuição mínima da oferta educacional nos Institutos Federais (Brasil, 2008), determinando que, no mínimo, 50% das vagas sejam destinadas aos cursos técnicos, preferencialmente na forma integrada, 20% às licenciaturas, 10% à Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional (PROEJA/EJA) e até 20% às demais modalidades, incluindo cursos superiores. Nesse contexto, torna-se premente conferir maior ênfase estratégica aos cursos superiores de licenciatura, cuja oferta atual se mostra insuficiente, demandando ampliação urgente do número de programas a fim de atender às exigências legais e às necessidades regionais.

O Quadro 9 expõe as áreas de atuação acadêmica e Eixos Tecnológicos dos Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pelo IFS.

Quadro 9 – Áreas de atuação acadêmica e Eixos Tecnológicos do IFS

Campus	Curso	Eixos Tecnológicos
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo	Hospitalidade e Lazer
	Tecnologia em Saneamento Ambiental	Ambiente, Saúde
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informação e Comunicação
Glória	Tecnologia em Laticínios	Produção Alimentícia
Itabaiana	Tecnologia em Logística	Gestão e Negócios
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial	Controle e Processos Industriais
São Cristóvão	Tecnologia em Alimentos	Produção Alimentícia
	Tecnologia em Agroecologia	Recursos Naturais
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	Informação e Comunicação

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI 2020-2025 (IFS, 2023).

O Quadro 9 demonstra a amplitude das áreas de atuação acadêmica e dos eixos tecnológicos contemplados pelo IFS, confirmando uma proposta curricular alinhada às demandas contemporâneas do setor produtivo e às necessidades regionais. A distribuição dos cursos entre diferentes eixos tecnológicos mostra o esforço institucional em promover uma formação interdisciplinar, capaz de articular conhecimentos teóricos e práticos, além de favorecer a inserção dos egressos em múltiplos segmentos do mercado de trabalho.

O Quadro 10 exibe as áreas de atuação acadêmica e os Eixos Tecnológicos dos Cursos Superiores de Licenciatura ofertados pelo IFS.

Quadro 10 – Áreas de atuação acadêmica e Eixos Licenciatura.

Campus	Curso	Eixos Tecnológicos
Aracaju	Licenciatura em Matemática	Matemática
	Licenciatura em Química	Química
Lagarto	Licenciatura em Física	Física
São Cristóvão	Licenciatura em Ciências Biológicas	Recursos Naturais

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI 2020-2025 (IFS, 2023).

O Quadro 11 apresenta as áreas de atuação acadêmica e Eixos Tecnológicos dos Cursos Superiores de Bacharelado ofertados pelo IFS.

Quadro 11 – Áreas de atuação acadêmica e Eixos Bacharelado do IFS.

Campus	Curso	Eixos Tecnológicos
Aracaju	Engenharia Civil	Construção Civil
Lagarto	Sistemas de informação	Informação e Comunicação
	Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais
	Arquitetura e Urbanismo	Construção Civil
Estância	Engenharia Civil	Construção Civil
Itabaiana	Ciência da Computação	Informação e Comunicação

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI 2020-2025 (IFS, 2023).

Diante dos Quadros 9 a 11, nota-se que os Cursos de Tecnologia compreendem um total de 9, com destaque para o *Campus* Aracaju com 3 cursos, seguido do *Campus* São Cristóvão, com 2 cursos, os demais *campi*, Itabaiana, Lagarto, Propriá, estão representados com 1 curso superior na modalidade apresentada. Nos Cursos de Licenciatura, o IFS conta com 4 no total, sendo 2 em Aracaju, 1 em Lagarto e 1 em São Cristóvão. Quanto à oferta do Curso de Bacharelado, o IFS possui 6 ao todo, 1 em Aracaju, 1 Estância e 1 Itabaiana, e 3 em Lagarto.

Cabe esclarecer que a problematização específica da educação ambiental no âmbito dos cursos de licenciatura não constitui o foco analítico desta seção metodológica. Essa discussão será desenvolvida de forma sistemática no Artigo 1, já publicado e integrante desta tese. Esta subseção concentrou-se na caracterização do ambiente institucional da pesquisa, apresentando a distribuição dos cursos superiores que compõem o IFS, de modo a preservar a coerência do recorte investigativo e evitar sobreposições analíticas.

Após esta seção e a apresentação das referências, a tese é composta por três artigos, já publicados, cada um vinculado a um objetivo específico da pesquisa. Em conjunto, esses artigos desenvolvem e aprofundam as análises aqui propostas. Ao final, serão apresentadas as considerações finais, nas quais se articulam os principais resultados e contribuições do estudo.

REFERÊNCIAS

AASHE. AASHE 2025 Conference & Expo. 2025. Disponível em: <https://www.aashe.org/conference/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de. Mestrado profissional e a importância dos produtos educacionais. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [s. l.], v. 7, n. 6, p. 01–12, 2025. DOI: 10.56579/rei.v7i6.2447. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/2447>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ATLAS BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fundação João Pinheiro (FJP). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília, DF: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BACCI, D. de L. C.; SILVA, R. L. F. **A cultura da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior. Educar para a sustentabilidade**: visões de presente e futuro. Tradução. São Paulo: IEE-USP, 2020. p. 34-54. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786588109021>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BARBOSA, J. C. Formatos insubordinados de dissertações e teses na educação matemática. In: D'AMBRÓSIO, B. S.; LOPES, C. E. (org.). **Vertentes da subversão na produção científica em educação matemática**. 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2015. 1. v. p. 347-367.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, A. M.; LEMES, S. de S. A educação para o desenvolvimento sustentável no contexto curricular da rede pública de ensino do governo do estado de São Paulo: uma breve reflexão pela perspectiva da década da educação para o desenvolvimento sustentável da UNESCO (2005-2014). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 19, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v0i19.9382. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9382>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BASTOS, M. B. Projeto ambiental traz Ecoponto para área do campus. **Instituto Federal de Sergipe**, Aracaju, 4 nov. 2022. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/199-aracaju/10478-projeto-ambiental-traz-ecoponto-para-area-do-campus>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BASTOS, M. B. Projeto de reutilização de banners recebe Selo ODS. **Instituto Federal de Sergipe**, Aracaju, 4 jul. 2024. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/199-aracaju/11499-projeto-de-reutilizacao-de-banners-recebe-selo-ods.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BEDIN, É. P.; FARIA, L. C. Evolução da sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES). **Revista Gestão & Sustentabilidade**, Brasil, v. 3, n. 1, p. 26–46, 2023. DOI: 10.36661/2596-142X.2021v3n1.12360. Disponível

em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RGES/article/view/12360>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BERALDO, D. F. A.; SILVA, L. O.; RODRIGUES, T. E.; VALE, T. do; VESTENA, S. Educação ambiental em instituições públicas de ensino como estratégia para a sustentabilidade. **Revista Insignare Scientia - RIS**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 151–168, 2022. DOI: 10.36661/2595-4520.2022v5n1.12315. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12315>.

BERNARDI ZORZO, F.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A.; FERRO DE GUIMARÃES, J. C. Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 160–182, 2022. DOI: 10.25112/rgd.v19i2.3114. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BEURON, T. A.; GARLET, V.; MADRUGA, L. R. da R. G.; BALSAN, L. A. G. Estratégias sustentáveis nas universidades: um estudo de caso. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 10, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/adminrr/>. DOI: 10.18227/2237-8057rarr.v10i0.6217. Acesso em: 10 maio 2025.

BEZERRA, A. S. S.; RODRIGUES, A. F. Gerenciamento dos resíduos sólidos na produção têxtil e de confecções em Tobias Barreto/SE. **Revista Expressão Científica (REC)**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 53–60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/REC/article/view/548>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BORTOLI, L. Â. de; CASTAMAN, A. S. Educação ambiental em projeto de extensão: contribuição na formação de bolsistas no contexto da educação profissional e tecnológica. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 1–23, 2021. DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v.17.16909.017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514166114017/html/>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BRANDO, F. da R.; MARTINS, G. A. **Educação para sustentabilidade: diálogos interdisciplinares**. In: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588082027> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/679 . Acesso em 2 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. **Portal de Compras do Governo Federal**, Brasília, 12 nov. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2014**: Conferência Nacional de Educação: documento - referência. Brasília: MEC/Fórum Nacional de Educação, [2014]. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/doc_referencia_conae2014.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Recomendações de Tbilisi. **Portal de Notícias do MMA**, Brasília, DF, [2024b]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/8065-recomenda%C3%A7%C3%B5es-de-tbilisi.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013**. Orientações operacionais para apoiar a implementação da Resolução CD/FNDE no 18, de 21 de maio de 2013, que destina recursos financeiros, nos moldes operacionais do PDDE, a escolas públicas municipais [...]. Brasília, DF: MEC/CD, 2013. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2013/PDF/resolucao_cd_18_2013.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão TCU 1752/2011 – Plenário**. Processo 017.517/2010-9. Relato da Auditoria (RA). Avaliação das ações adotadas pela administração pública federal acerca do uso racional e sustentável de recursos naturais. Pertinência, atualidade e relevância do tema. Determinações. Recomendações. Relator: André de Carvalho, Ata n. 25/2011, Sessão de 29/06/2011. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/acordao-tcu-17522011-plenario/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRITO, R. A. de; OLIVEIRA, G. F. de. A prática dialógica - argumentativa nas aulas de educação socioambiental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 191–205, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/4733>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CAGNIN, C. H. **Fatores relevantes na implementação de um sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30360016.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.

CARVALHO, R. P. de. SOARES, S. R. ; FERRARI, M. P. S. de. Educação ambiental em livros didáticos. **Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 22, n. 10, p. e19331, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n10-233. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/19331> Acesso em: 17 jan. 2026.

CHRIST, G. D.; PIFFER, M. Rumo à sustentabilidade: uma análise da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em Instituições de Ensino Superior. *In: Encontro da ANPAD – EnANPAD 2022*, 46., 21–23 set. 2022. **Anais [...]**, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/7e6ff0205749bc6025b51155e26f6ced.pdf> . Acesso em: 30 jan. 2026.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Guia de Comunicação e Sustentabilidade**. [S. l.]: CEBDS, 2009. Disponível em: <https://cebds.org/publicacoes/guia-de-comunicacao-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, A. P.; LIMA, J. S. A norma ISO 14000 e a sustentabilidade nas instituições de ensino superior. **Gestão & Sustentabilidade**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 112-128, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/95dxqvXqmwD3csMx9HmZXdw/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

COSTA E SILVA, C. M. da. **Educação Ambiental: Práticas Sustentáveis na Gestão de Resíduos de um Eco-Campus**: O caso da Universidade Estadual do Maranhão. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2020. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/954144ad-3bb1-4ea3-abd8-f247762e4b07/content>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CRUZ, C. F. da. Campus Estância certifica 9 projetos pelo Selo ODS Educação. **Instituto Federal de Sergipe**, Estância, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/201-estancia/11826-campus-estancia-certifica-9-projetos-pelo-selo-ods-educacao.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CRUZ, C. F. da. CompostIFS recebe Selo ODS pelo compromisso com desenvolvimento sustentável da ONU. **Instituto Federal de Sergipe**, Aracaju, 30 maio 2024. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/279-destaque/11194-compostifs-recebe-selo-ods-pelo-compromisso-com-desenvolvimento-sustentavel-da-onu.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DIAS, A. C.; TORRES, R. S. Gestão ambiental nas Instituições de Ensino Superior: análise da Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista de Administração do CESMAC**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/administracao/article/download/796/669/2679>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DOURADO, J.; BELIZÁRIO, F.; PAULINO, A. **Escolas sustentáveis**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

ELKINGTON, J. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. **Australian CPA**, Melbourne, v. 69, n. 10, p. 75, nov. 1994. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=7ef4b115-f046-435a-ae0e-d2cf1ab2ca8f>. Acesso em: 2 ago. 2023.

EVANGELISTA, E. P.; SANTOS, T. T. dos. Escolas Sustentáveis e com Vida: Levantamento e Discussões das Práticas Ecopedagógicas Implementadas em Três Escolas Brasileiras. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 667–675, 2024. DOI: 10.17921/2447-8733.2023v24n4p667-675. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/10121>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA. **Programa de articulação entre pesquisa, ensino, extensão e responsabilidade institucional – PAPEERI**. [recurso eletrônico]. 1. ed. Manaus: Fatec, 2021. Disponível em: <https://fatecamazonia.com.br/storage/2021/08/programa-de-articulao-entre-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

FALCADE-PEREIRA, I. A.; ASINELLI-LUZ, A. A educação socioambiental e o princípio da responsabilidade para estudantes privados de liberdade. **Olhar de Professor**, Curitiba, v. 14, n. 2, , p. 273–283, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68422128004.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2026.

FELIPPE, W. C. Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. In: **Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições Comunitárias**, 20., FOREX, 2013. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2585.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

FERREIRA, J. F. de C. **Desenvolvimento sustentável**: apontamentos sobre o conceito. Maringá: Uniedusul, 2021.

FERRETE SARRIA, C. F. **La ética ecológica como ética aplicada**: un enfoque desde la ética discursiva. 2005. Tesis (Doctorado en Filosofía, Sociología y Comunicación Audiovisual y Publicidad) – Universitat Jaume I de Castellón, Castellón, 2005. Disponível em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/10454#page=2>. Acesso em: 12 set. 2023.

FONTES, J. Educação formal, não formal, informal e incidental. **Medium**, [s. l.], 14 maio 2015. Disponível em: <https://medium.com/nossa-coletividade/educa%C3%A7%C3%A3o-formal-n%C3%A3o-formal-informal-e-incidental-69d1426776c0>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. E-book. 1. impr. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2012 (Coleção Extensão Universitária). Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024. DOI: 10.1590/1982-0259.2024.e97067. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gFvkWgJTdRjdrJfyNqF3LPt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FOUTO, D. O papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento sustentável. [s. l.], 2002. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=66242. Acesso em: 3 jun. 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAZZONI, F. *et al.* O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 48–67, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p48>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GOES, A. *et al.* A gestão dos resíduos sólidos da construção civil em Tobias Barreto(SE). In: Feira de Ciências e Tecnologia do IFS campus Tobias Barreto, 18 e 19 de novembro de 2025. **Anais [...]**. Tobias Barreto, 2025. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/1443564.pdf?v=639040418860678591>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GOMES, S. F. G.; GUERRA, M. das G. G. V. Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 4–15, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/52847/30286/245678>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GRASSI, D. K.; KOCOUREK, S.; OLIVEIRA, J. da L. Educação ambiental em instituição pública de ensino superior: o caso da UFSM. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 430–456, 2021. DOI: 10.14295/ambeduc.v25i3.11246. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11246>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GUERRA, A. de L. e R. *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 4 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SUSTENTABILIDADE. O que é desenvolvimento sustentável? **InBS**, São Paulo, 5 dez. 2017. Disponível em: <https://inbs.com.br/o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Histórico. **IFS**, [s. l.], 11 dez. 2017. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/historico-memorial>. Acesso em: 1 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/ IFS Nº 206, de 13 de julho de 2023**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) para o quinquênio 2020-2024. Aracaju: MEC/IFS, 2019. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_206.2023_Aprova_a_revis%C3%A3o_do_PDI_2020-2024-24.07.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **MINTER PRODEMA UFPB-IFS** (Programa de Mestrado Interinstitucional em Desenvolvimento e Meio Ambiente). IFS, Aracaju, 10 fev. 2015. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/3264-minter-prodema-ufpb-ifs.html>. Acesso em: 2 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **IFS e UFRN firmam convênio para realização de Doutorado Interinstitucional** (DINTER PRODEMA UFPB-IFS/UFRN). IFS, Aracaju, 11 mai. 2022. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10067-ifs-e-ufrn-firmam-convenio-para-realizacao-de-doutorado-interinstitucional>. Acesso em: 2 fev. 2026.

IPIRANGA, A. S. R.; GODOY, A. S.; BRUNSTEIN, J. Introdução. **RAM.Revista Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-4, maio-jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300002>. Acesso em: 25 jun. 2023.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM.Revista Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 21-50, maio-jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300003>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JATOBÁ, S. U. S. Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental do Ipea**, [s. l.], n. 5, jun. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

KOHN, R. **Ambiente e sustentabilidade**: metodologias para gestão. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 5-10, fev. 1997.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEITE, A. P. R. de H.; MENDONÇA, C. J. de M.; LACERDA, C. S.; ALVES, M. de A.; CARVALHO JÚNIOR, A. M. de; SANTOS, C. F. O. dos; ROMÃO, E. G. de. Educação ambiental na gestão de resíduos sólidos em instituição de ensino superior. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 9, n. 22, p. 561–568, 2022. DOI:

10.21438/rbgas(2022)092202. Disponível em:
<https://revista.ecogestaobrasil.net/v9n22/v09n22a02.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2026.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUZ, P. C. S. da; SILVA, M. de F. V. da. Fundamentos epistemológicos da educação socioambiental. **REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, Cuiabá, v. 10, n. 1, p. e22008, 2022. DOI: 10.26571/reamec.v10i1.12178. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/12178>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MAINARDI, F. H. B.; MENDES, I.; SILVA, S. D. da; MARSOLI, G. F.; PEREIRA, J. A. B. F. G. A relevância da educação sustentável para o futuro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], 10, n. 4, p. 1964-1973, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i4.13589>. Acesso em: 2 out. 2024.

MANEIA, A.; CUZZUOL, V.; KROHLING, A. Educação ambiental e a responsabilidade socioambiental nas práticas ambientais em instituições de ensino superior no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (REGT)**, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 13, n. 13, p. 2716–2726, ago. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/223611708786>. Acesso em: 6 mar. 2026.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDES, G. P.; GOMES, I. M.; MARQUES, R. F. de P. V. Interferência industrial nas mudanças climáticas e seu impacto econômico no uso da água. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 133–143, 2020. DOI: 10.48075/ijerrs.v2i2.26447. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/26447>. Acesso em: 29 jan. 2026.

MOITA, F. M. G. da S. C.; ANDRADE, F. C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgkz6qr/>. Acesso em: 20 out. 2024.

MORAIS, R. P. de; MAIA FILHO, O. N.; GOMES, V. C. A interdisciplinaridade no Ensino Médio Integrado: mediações com a proposta pedagógica da reforma do Ensino Médio. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 556–573, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i1.46146. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/46146>. Acesso em: 29 jan. 2026.

MORIN, E. **Os sete saberes básico necessário à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, E. A. da C.; SILVA, R. L. N. da (coord.). **Direitos sociais e políticas públicas I**. Florianópolis: CONPEDI, 2023. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgq8v/2s0lvo1a/9QgiYS4O17SrTT6f.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

MUNHOZ, D. Educação para a sustentabilidade: estratégia para empresas do século XXI. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 48-77, jan.-abr. 2012. Disponível em: https://issuu.com/sescbrasil/docs/revista_sinais_sociais_18. Acesso em: 21 jun. 2023.

MUTTI, G. de. S. L.; KLÜBER, T. E. Formato multipaper nos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros das áreas de educação e ensino: um panorama. In: **Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 5., 30 de maio a 1 de junho, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://sepq.org.br/eventos/vsipeq/documentos/02858929912/11#:~:text=O%20formato%20M%20multipaper%2C%20por%20sua,introdu%C3%B3rio%20e%20de%20considera%C3%A7%C3%B5es%20finais>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. A ONU e o meio ambiente. **Nações Unidas Brasil**, [s. l.], 16 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 8 set. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Nações Unidas Brasil**, [s. l.], 15 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 10 set. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

NEVES, E. S. das; MORAES, R. T. P.; ARAÚJO, L. M. de. Educação Ambiental e Consciência Ecológica Baseadas na Conferência de Tbilisi. **Revista Multidisciplinar em Educação e Meio Ambiente**, v. 4, n. 1, 2023. DOI: 10.51189/ii-eonline/12586. Disponível em: <https://ime.events/ii-eonline/pdf/12586>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NUNES, L. C. Educação Ambiental para sustentabilidade: objetivos de desenvolvimento sustentável nas escolas. **Revista Científica FESA**, [s. l.], v. 3, n. 12, p. 91–103, 2023. DOI: 10.56069/2676-0428.2023.355. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/355>. Acesso em: 3 dez. 2024.

OLIVEIRA, S. L. de. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OLIVEIRA, G. N. de; GENOVESE, C. L. de C. R.; ARAÚJO, M. P. M. Educação ambiental e sustentabilidade: uma leitura crítica da influência da mídia sob a ótica da indústria cultural. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 345–364, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/13976/10444/61424>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OLIVEIRA, A.; PORTAS, R. Cidadania em diálogo: o papel transformador da extensão universitária. In: NOGUEIRA, A. B.; SILVA, A. W. C.; PLACIDO, V. L. dos S. (org.). **A prática da extensão universitária na formação e no impacto dos agentes envolvidos**. Campinas, SP: Editora Splendet PUC-Campinas, 2024. p. 27–41. *E-book*. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/vreep/download/Ebook%20FOREXT%202024.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

POPULATION MATTERS. Population: the Numbers. [2022]. Disponível em: <https://populationmatters.org/the-facts-numbers/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PUHL, M. J.; DRESCH, O. I. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o conhecimento. **Revista Di@logus**, online, ISSN 2316-4034, v. 5, n. 1, p. 39-55, 2016. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/dialogus/article/download/156/89/488>. Acesso em: 10 out. 2023.

REBOUÇAS, J. de P. Oito bilhões, e agora? Especialistas discutem sobre a superpopulação e o crescimento demográfico no mundo. **Portal da UFRN**, Natal, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/65727/oito-bilhoes-e-agora>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ROBAINA, J. V. L.; FENNER, R. dos S.; MARTINS, L. A. M.; BARBOSA, R. de A.; SOARES, J. R. (org.) **Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação em ciências**. 1. ed. Curitiba, PR: Bagai, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585938/2/Editora%20BAGAI%20-%20Fundamentos%20Tericos%20e%20Metodologicos.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia científica**: completo e essencial para a vida universitária. Indianópolis, SP: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, C. M.; ALMEIDA, D. F. Avaliação da sustentabilidade nas universidades por meio do STARS. **Journal of Higher Education Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 33-50, 2024.

RODRIGUES, N. de S.; ALVES, C. L. B.; RODRIGUES, A. da S. Dimensão institucional do desenvolvimento sustentável: uma análise para as regiões imediatas do Ceará. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento - RBPD**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 136-169, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/download/16464/10035>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior: um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, [s. l.], v. 26, n. 2, e2861, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530X2861-19>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 214-216, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/qMFkZKMK3QrKBVGkyLwtMmQ/>. Acesso em: 12 set. 2023.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Estúdio Nobel, 1993.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, A. F. dos; ANDRADE, A. O. de; CAMPOS, M. C. C.; FERNANDES, F. S., CUNHA, J. M. da. A questão ambiental e a sustentabilidade. **Revista Educação em Ação**, [s.

l.], v. 16, n. 62, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2995>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, L. S. O.; VIEIRA, A. C. P.; OLIVEIRA, G. F. de. Reaproveitamento de embalagens de sacos de cimento na produção de artesanatos. *In: Anais do Simpósio de Arquitetura e Urbanismo do IFS*, [s. l.], v. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/arqurb/article/view/1657>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SANTOS, M. de F.; SOUZA, G. de. Sustentabilidade ambiental em instituições de ensino superior: um estudo sobre a Universidade Federal do Piauí (UFPI). **Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 48–67, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n1p48>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SANTOS, L. dos; PINHEIRO, A. de L. R.; TRINDADE, W. M.; SILVA, F. P. da. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). *In: Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas e Sociais: produções científicas multidisciplinares do século XXI*. [S. l.: s. n.], 2022. 3. v. Cap. 33. p. 525–553. DOI: 10.55232/108400203. Disponível em: <https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/10/capitulo-livro-humanas-vol3-33.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SERAFINI, P. G. *et al.* Avanços e desafios da sustentabilidade ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 8, n. 20, p. 1349–1370, 2021. DOI: 10.21438/rbgas(2021)082006. Disponível em: <https://revista.ecogestaobrasil.net/v8n20/v08n20a06.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. [recurso eletrônico]. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

SILVA, C. C.; SILVA, F. P. da. Uma abordagem sobre a importância da interdisciplinaridade no ensino da educação ambiental na escola. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 57–67, 2020. Disponível em: <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/534/253>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SILVA FILHO, J. C. G.; SICZÚ, A. B. Produção mais limpa: uma ferramenta da Gestão Ambiental aplicada às empresas nacionais. *In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 23., Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 outubro, Ouro Preto, 2003. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2003_TR1005_0001.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

SILVA, M. B. de D. C. da; LACERDA, C. C.; RADONS, M. L. de C. Sustentabilidade ambiental em instituições de ensino brasileiras: estudos realizados de 2015 a 2021. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 10, p. 1-20, 2023. DOI: 10.47401/revisea.v10.18694. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/18694>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SILVEIRA, H. E.; MARTELLI, R.; OLIVEIRA, V. V. A implantação da ferramenta 5W2H como auxiliar no controle da gestão da empresa agropecuária São José. **Revista de Administração do Sul do Pará**, Belém, v. 3, n. 2, p. 68-80, 2016.

SNYDER, G. **The practice of the wild**. San Francisco: North Point Press, 1990.

SOUSA, M. G. B.; CARNIELLO, M. F.; ARAUJO, E. A. S. O papel das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento sustentável. *In: Encontro Latino-Americano De Iniciação Científica*, 15., 2011; *Encontro Latino-Americano De Pós-Graduação*, 11., 2011. **Anais [...]**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2011. p. 1-10. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0857_01.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

SOUSA, R. O. de. O IFS: Assessoria de Relações Internacionais (ASSRI). **Instituto Federal de Sergipe**, Aracaju, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/licitacoes-usuario/517-assri>

SOUZA, M. de F. de; BRAZ, R. de F. dos S. **Escolas sustentáveis: reflexões e ações**. Natal, RN: EDUFRRN, 2019. 1. v.

TAMURA, Natália de Campos. Reflexões sobre o uso dos termos Sustentabilidade e ESG em relatórios anuais e a efetividade da tratativa da Agenda 2030 neles. **Comunicação & Sociedade**, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 111–137, 2024. DOI: 10.15603/2176-0985/cs.v45n3p111-137. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/401>. Acesso em: 2 fev. 2026.

TALAMONI, A. C. B. *et al.* Histórico da educação ambiental e sua relevância à preservação dos manguezais brasileiros. *In: PINHEIRO, M. A. A.; TALAMONI, A. C. B. (orgs.). Educação Ambiental sobre Manguezais*. São Vicente: UNESP/Instituto de Biociências, 2018. Cap. 2.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, São Carlos, SP, v. 13, n. 3, pp. 503-515, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300012>. Acesso em: 1 ago. 2023.

TAMASO, M. F. C. .; HORVATH JÚNIOR, M. . Ciência e pesquisa: distinção entre ciência, metodologia e métodos. Metodologia e cientificidade. **Revista Foco**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. e1233, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n3-017. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1233>. Acesso em: 4 fev. 2026.

TRIBECK, P. M. de A.; STEFANI, S. R. ODS nas instituições de ensino superior: revisão sistemática utilizando o método PRISMA. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1–21, e2422112, 2024. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.24.2422112.017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 2 fev. 2026

UN DESA. **World Population Prospects 2022: summary of results**. *E-book*. New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

XAVIER JÚNIOR, J. R. B. **Ambientalização da gestão universitária**: um olhar sobre a Universidade Federal da Paraíba. 2024. 165 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33906>. Acesso em: 1 fev. 2026.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: http://maratavarepsictics.pbworks.com/w/file/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

ARTIGO 1

Dados da Publicação:

COSTA, J. S. F.; SOUSA, I. F. de; SANTOS, M. E. F. dos; CAVALCANTI, M. C. de S.; FONTES, M. M.; ALCÂNTARA, A. P. Sustainable Pathways in Education: a Journey Towards the Integration of Environmental Education Into Pedagogical Projects of the Instituto Federal de Sergipe (IFS). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 11, p. e09492, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n11-159. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/9492>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Título:

PERCURSOS SUSTENTÁVEIS NO ENSINO: UMA JORNADA PELA INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)

SUSTAINABLE PATHWAYS IN EDUCATION: A JOURNEY TOWARDS THE INTEGRATION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION INTO PEDAGOGICAL PROJECTS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF SERGIPE (IFS)

Autores:

José Sérgio Filgueiras Costa
Inajá Francisco de Sousa
Márcio Eric Figueira dos Santos
Maralysa Correia de Souza Cavalcanti
Millena Moreira Fontes
Amanda Pastana Alcântara

Periódico:

Revista de Gestão Social e Ambiental – Qualis A3
(<https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/about>)

Etapa da tese:

O presente artigo analisa os Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFS no contexto da Educação Ambiental para sustentabilidade.

Apresentação de acordo com norma exigida pelo PRODEMA/IFS:

Redação e apresentação nas normas da revista, selecionada para submissão (A1, A2 ou A3) segundo Qualis CAPES da Área de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Idioma: Língua Portuguesa.

Ano: 2024.

PERCURSOS SUSTENTÁVEIS NO ENSINO: UMA JORNADA PELA INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)

José Sérgio Filgueiras Costa ¹

Inajá Francisco de Sousa ²

Márcio Eric Figueira dos Santos ³

Maralysa Correia de Souza Cavalcanti ⁴

Millena Moreira Fontes ⁵

Amanda Pastana Alcântara ⁶

RESUMO

Objetivo: Analisar como a Educação Ambiental para a sustentabilidade é abordada e integrada nos projetos pedagógicos dos cursos do Instituto Federal de Sergipe (IFS), identificando práticas eficazes, desafios e oportunidades para o fortalecimento dessa integração.

Referencial Teórico: Apresenta os principais conceitos que fundamentam a temática da sustentabilidade e da Educação Ambiental, bem como a legislação e os documentos oficiais que os alicerçam. Discute como os Projetos Políticos Pedagógicos e a Interdisciplinaridade nos Institutos Federais contribuem para a inserção de valores na vivência humana, visando mudanças em relação ao meio ambiente pela comunidade acadêmica.

Método: Trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e de abordagem qualitativa. Abrange pesquisa bibliográfica e documental com o propósito de analisar como a Educação Ambiental para a sustentabilidade é abordada e integrada nos Projetos Pedagógicos (PPC) do IFS.

Resultados e Discussão: Os resultados obtidos revelaram que a análise dos PPC, sobre as temáticas relacionadas às questões da sustentabilidade ambiental, constatou haver métricas com enfoque das práticas ambientais.

Implicações da Pesquisa: Futuras pesquisas têm o potencial de enriquecer significativamente a sociedade ao explorar o ensino, a extensão e a pesquisa para ações e efetividade na dimensão educacional para o processo da sustentabilidade ambiental.

Originalidade/Valor: Este estudo contribui para a literatura ao apresentar à comunidade científica e à sociedade em geral a importância de os Projetos Pedagógicos estarem uníssomos no processo interdisciplinar para as práticas educacionais focadas na sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Educação Ambiental; Institutos Federais; Interdisciplinaridade.

SUSTAINABLE PATHWAYS IN EDUCATION: A JOURNEY TOWARDS THE INTEGRATION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION INTO PEDAGOGICAL PROJECTS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF SERGIPE (IFS)

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: sergiocostaconsultor@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5928-5560> (79) 99971-1289

² Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: inajafrancisco@hotmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6732-0963> (79) 99169-4585.

³ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: marciosantos.eagroecologandobr@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7768-535X> (79) 99888-3656.

⁴ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: maralysas@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7261-8244> (79) 99989-4545.

⁵ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: millena.fontes@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4713-4175> (79) 99815-8855.

⁶ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: amandapalcantara@outlook.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2563-7788> (79) 99158-1606.

ABSTRACT

Objective: To analyze how Environmental Education for sustainability is approached and integrated into the pedagogical projects of courses at the Federal Institute of Sergipe (IFS), identifying effective practices, challenges and opportunities to strengthen this integration.

Theoretical Framework: It presents the main concepts that underpin the theme of sustainability and Environmental Education, as well as the legislation and official documents that support them. Discusses how Pedagogical Political Projects and Interdisciplinarity in Federal Institutes contribute to the insertion of values into human experience, aiming for changes in relation to the environment by academic communities.

Method: This is an applied, descriptive study with a qualitative approach. It covers bibliographic and documentary research, with the purpose of analyzing how Environmental Education for sustainability is approached and integrated into IFS Course Pedagogical Project (PPC).

Results and Discussion: The results obtained revealed that the analysis of the PPC, on themes related to environmental sustainability issues, found that there were metrics focusing on environmental practices.

Research Implications: Future research has the potential to significantly enrich society by exploring teaching, extension and research for actions and effectiveness in the educational dimension for the process of environmental sustainability.

Originality/Value: This study contributes to the literature by presenting to the scientific community and society in general the importance of Pedagogical Projects being in unison in the interdisciplinary process for educational practices focused on environmental sustainability.

Keywords: Sustainability; Environmental Education; Federal Institutes; Interdisciplinarity.

CAMINOS SOSTENIBLES EN EDUCACIÓN: UN VIAJE HACIA LA INTEGRACIÓN DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LOS PROYECTOS PEDAGÓGICOS DEL INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)

RESUMEN

Objetivo: Analizar cómo la Educación Ambiental para la sostenibilidad es abordada e integrada en los proyectos pedagógicos de las carreras del Instituto Federal de Sergipe, identificando prácticas efectivas, desafíos y oportunidades para fortalecer esa integración.

Marco Teórico: Presenta los principales conceptos que subyacen en el tema de la sostenibilidad y la Educación Ambiental, así como la legislación y documentos oficiales que los sustentan. Discute cómo los Proyectos Políticos Pedagógicos y la Interdisciplinariedad en los Institutos Federales contribuyen para la inserción de valores en la experiencia humana, buscando cambios en relación al medio ambiente por parte de las comunidades académicas.

Método: Se trata de una investigación descriptiva aplicada con enfoque cualitativo. Abarca una investigación bibliográfica y documental con el propósito de analizar cómo se aborda e integra la Educación Ambiental para la sostenibilidad en los Proyectos Pedagógicos del Curso (PPC) del IFS.

Resultados y Discusión: Los resultados obtenidos revelaron que el análisis del PPC, sobre temas relacionados a temas de sustentabilidad ambiental, encontró que existían métricas enfocadas a las prácticas ambientales.

Implicaciones de la Investigación: Las investigaciones futuras tienen el potencial de enriquecer significativamente a la sociedad al explorar la docencia, la extensión y la investigación para acciones y efectividad en la dimensión educativa para el proceso de sostenibilidad ambiental.

Originalidad/Valor: Este estudio contribuye a la literatura al presentar a la comunidad científica y a la sociedad en general la importancia de que los Proyectos Pedagógicos estén al unísono en el proceso interdisciplinario de las prácticas educativas enfocadas en la sostenibilidad ambiental.

Palabras clave: Sostenibilidad; Educación Ambiental; Institutos Federales; Interdisciplinariedad.

RGSA adota a Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).



1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX vivenciou uma crescente urbanização e industrialização que culminaram em impactos negativos ao meio ambiente. Em contrapartida, esse cenário também despertou uma consciência ambiental, que inclui a adoção de práticas sustentáveis para a manutenção da vida no planeta.

É nessa conjuntura que emerge a Educação Ambiental (EA), que objetiva a formação de cidadãos conscientes e ativos na busca por preservar o meio ambiente e gerar soluções e/ou alternativas criativas e inovadoras para conter e/ou minimizar os impactos sobre ele. Entretanto, essa formação envolve mais do que compreender criticamente as interações humanas e o meio ambiente, mas pressupõe estimular atitudes e comportamentos sustentáveis. Com isso, surge também a necessidade de uma “Educação Socioambiental”, onde os “[...] elementos ambientais e socioculturais interagem, então, de forma complexa, necessária ao entendimento efetivo dos problemas socioambientais” (Luz e Silva, 2022, p. 10).

Nessa ótica, tanto universidades quanto institutos federais têm o papel de incentivar os estudantes a não só refletirem sobre a temática, mas também serem agentes transformadores em desenvolver soluções sustentáveis para a questão ambiental. Consequentemente, seus Projetos Pedagógicos devem integrar essa pauta nas diferentes disciplinas ministradas nos cursos que ofertam, tendo como aspecto central a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Além disso, as atividades voltadas à Educação Ambiental e Sustentabilidade devem abranger o tripé ensino-pesquisa-extensão.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) atua como incentivador da preservação ambiental, contando com o Programa Socioambiental, que tem por premissa “[...] contribuir para o desenvolvimento de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica”, e por objetivo “[...] [contribuir] para a redução do uso de recursos naturais, financeiros e minimizar os impactos ao meio ambiente provocados pelas diversas atividades do IFS” (Kreme, 2019).

Posto isso, o objetivo deste artigo é analisar como a Educação Ambiental para a sustentabilidade é abordada e integrada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do Instituto Federal de Sergipe(IFS).

A questão ambiental é urgente e exige ações eficientes e eficazes, visto os diversos desastres naturais influenciados pelas mudanças climáticas que impactam a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, tendo como consequências perdas de vidas (humana, animal e vegetal), prejuízos econômicos e fuga populacional para lugares mais seguros, que, por sua vez, geram outros problemas graves. Portanto, a discussão neste artigo se justifica e propõe reflexões no âmbito acadêmico e de como os PPC do IFS contribuem para formar cidadãos conscientes da sua corresponsabilidade socioambiental.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BREVE HISTÓRICO E CONCEITOS

Independentemente das questões socioeconômicas e políticas, a questão ambiental diz respeito a todos os indivíduos e extrapolam as fronteiras territoriais, visto que as consequências da não conservação ambiental em um determinado local tem efeito em diversas regiões do mundo. Basta pensar um pouco sobre os devastadores efeitos recentes das mudanças climáticas sobre o planeta. Foi pensando nesses impactos que o termo “sustentabilidade” surgiu na cena mundial e ganhou cada vez mais ênfase nos contextos educacional, empresarial, político, acadêmico e nos mais diversos segmentos socioeconômicos e ambientais.

O termo “sustentabilidade” (do latim *sustentare*), segundo o Dicionário de Sustentabilidade, refere-se à “capacidade de uso consciente dos recursos naturais, que não comprometam o bem-estar das gerações futuras, encontrando um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental” (Notícia Sustentável, s.d.). Esse conceito começou a ser desenhado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo (1972), e nomeado pela norueguesa Gro Harlem Brundtland no seu Relatório “Nosso Futuro Comum” (1987) (Rufino e Crispim, 2015).

Com a iminente ameaça à sobrevivência de gerações futuras devido aos efeitos negativos que o crescimento econômico e industrial desencadeou sobre o meio ambiente, um marco importante nessa discussão foi o livro “Primavera silenciosa” (1962), de Rachel Carson, que trouxe “[...] os primeiros alertas mundiais do agravamento dos impactos ambientais, do uso de pesticidas e poluentes químicos e suas consequências na perda de qualidade de vida dos ecossistemas e da população” (Rufino e Crispim, 2015). Nesse sentido, um conceito que entrou na agenda de combate à crise ambiental foi o da Educação Ambiental (EA), e, com isso, a

Conferência de Tbilisi (1977) instituiu o Programa Internacional de Educação Ambiental.

Muitas conferências e convenções foram realizadas para discutir o futuro do planeta e da humanidade. A Figura 1 apresenta os principais marcos históricos nas discussões e tentativas de estabelecer ações significativas na conservação do meio ambiente.

Figura 1

Principais marcos nas discussões ambientais.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Info Sustentável (2020).

Como se pode observar, a pauta da preservação ambiental é fruto de encontros e discussões de distintos grupos ao redor do mundo. Esses marcos definiram políticas e ações para combater/reduzir os avanços referentes à destruição do meio ambiente, que perpassam não só por questões ambientais, mas principalmente por questões econômicas, políticas e sociais. É bom refletir que contextos ambientais futuros dependerão de “um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e suas transformações tecnológicas através da participação social na gestão de seus recursos ambientais” (Leff, 2007, p. 111).

O conceito de EA é amplo e complexo, pois envolve diversos fatores que estão interligados. Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), art. 1,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) definem a EA como

[...] uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Para Layrargues (2002, p. 169), a EA é

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

Pelas definições e conceitos explicitados, pode-se entender que a EA é uma construção coletiva, para o bem comum, visando benefícios a longo prazo. Fica evidente também que as instituições de ensino têm papel imprescindível nessa construção, pois é nesse espaço que o conhecimento é produzido e difundido; é lá que os estudantes desenvolvem habilidades e atitudes voltadas à conservação do meio ambiente e formam seu caráter social e a sua consciência ambiental para o exercício da cidadania e a busca por melhores condições de vida.

2.2 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DIÁLOGO IMPRESCINDÍVEL

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1975, criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), em defesa de uma EA continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais (Dias, 2002). Em 1977, foi destacado na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros (Tbilisi, CEI, de 14 a 26 de outubro) que a “[...] educação ambiental deve dirigir-se a todos os grupos de idade e categorias profissionais” (MMA, 2024).

Consonante com as tendências mundiais acerca da preservação ambiental, a Constituição brasileira de 1988 (art. 225, § IV), prevê que “Todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]”, ficando à cargo do Poder Público defender o meio ambiente “para as presentes e futuras gerações”. Ainda, seu § VI, define que a EA deve ser promovida “[...] em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Entre os documentos oficiais de incentivo e difusão da EA, está o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado em 1992, durante o Fórum Global da Eco-92, ocorrido em paralelo à 2ª Conferência Rio-92. Esse documento contou com a participação de educadoras e educadores de adultos, jovens e crianças de oito regiões do mundo – América Latina e do Norte, Caribe, Europa, Ásia, Estados Árabes, África e Pacífico Sul. Entre as diretrizes estabelecidas pelo Tratado, estão:

[Item 5]: Incentivar a produção de conhecimento, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal, não formal, para todas as faixas etárias;

[Item 19]: Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e à criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente [...] (Neiman, 2023).

Em acréscimo, foi criado em 1994 o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em função dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio-92 e do que determina a Carta Magna brasileira (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023). O ProNEA destina suas ações a

[...] assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições a longo prazo (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024).

Nessa seara, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), foi criada para promover a EA em todos os seguimentos e modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, especial, educação de jovens e adultos, bem como em atividades não formais de educação e conscientização pública. Entre os princípios básicos da EA, pautados nesse documento, estão:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade (Lei nº 9.795/1999, art. 4).

Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que, em seu Objetivo 4, prevê a “Educação de qualidade”. A meta 4.7 determina que, até 2030, todos os alunos

[...] adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Fica claro que a legislação brasileira tem diálogo permanente com os fundamentos da EA, amparadas por diretrizes internacionais. Estas se refletem diretamente na educação formal, sobretudo as de nível superior e os institutos federais, que devem, por sua vez, desenvolver e implementar, em suas políticas internas, como os projetos pedagógicos, ações e estratégias de incentivo quanto à preservação do meio ambiente e ao uso consciente dos recursos naturais na comunidade acadêmica.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA: PROJETOS PEDAGÓGICOS E INTERDISCIPLINARIDADE

Segundo Libâneo (2013), Projeto Político Pedagógico (PPP) “[...] é um documento que deve expressar a identidade da escola, suas finalidades e sua proposta pedagógica, sendo elaborado de forma coletiva”. Ou seja, o PPP estabelece o que fazer, como fazer, quando fazer e o porquê fazer no espaço escolar por meio de um plano de ação. Saviani (2013) ressalta que o PPP “[...] é a articulação entre a teoria e a prática, que busca dar sentido e direcionalidade ao trabalho educacional da escola”. Veiga (2001, p. 110) destaca que o PPP “[...] harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela [...], o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos”, sendo elaborado “participativa e democraticamente”.

Semelhantemente ao PPP, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve estar voltado para a estrutura, os objetivos e o planejamento de um curso de graduação ou técnico da instituição

de ensino. O PPC visa garantir que o curso atenda aos requisitos legais e às diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos reguladores. Dentre suas tratativas estão as políticas de sustentabilidade, a partir de uma visão interdisciplinar que apresente uma educação contextualizada e significativa.

A interdisciplinaridade pressupõe a construção coletiva de educação, a integração de temas transversais, como meio ambiente, saúde e cidadania, o uso de metodologias ativas de ensino, e projetos de ação comunitária. Nesse viés, ela “[...] envolve a articulação de diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma visão integrada e holística dos problemas” (Oliveira, 2006). Uma abordagem interdisciplinar enriquece o aprendizado e desenvolve habilidades críticas e analíticas, preparando os estudantes para investigar problemas ambientais e propor soluções eficazes, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Uma abordagem interdisciplinar enriquece o aprendizado e desenvolve habilidades críticas e analíticas, preparando os estudantes para investigar problemas ambientais e propor soluções eficazes, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Agregar ao PPC a interdisciplinaridade significa que temas atuais e de preocupação global devem estar entre os assuntos discutidos, abordados e trabalhados em todas as esferas do conhecimento, que não pode ser engavetado, ou seja, pensado como blocos independentes. Nessa perspectiva, as questões ambientais/climáticas devem ganhar pauta por intermédio da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

A EDS é um conceito que visa integrar questões de sustentabilidade no ensino e na aprendizagem, promovendo uma mudança significativa na forma como a educação é praticada. Dessa forma, objetiva preparar cidadãos conscientes e ativos em relação às questões ambientais, sociais e econômicas. Ela vai além da educação ambiental convencional, pois integra dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais da sustentabilidade. Seus princípios fundamentais incluem a interdisciplinaridade; o pensamento crítico; a participação social; a responsabilidade individual e coletiva; a justiça social; e a precaução (Lei nº 11.892/2008).

Para Nunes (2023), na EDS é fundamental que se integre os ODS de maneira prática no currículo, pois é preciso fomentar na comunidade escolar atitudes e práticas que promovam a sustentabilidade. “A implantação da educação ambiental nas escolas pode ser considerada uma das formas mais eficazes para a conquista de uma sociedade sustentável” (Beraldo et al., 2022, p. 151). Isso quer dizer que EDS tem um efeito multiplicador, pois os estudantes tendem a compartilhar o conhecimento adquirido com suas famílias e comunidades, gerando um impacto intergeracional poderoso.

Nesse respeito, os Institutos Federais podem construir seus PPP e PPC de maneira interdisciplinar e integrada por meio de diversas ações, tais como: realizar um diagnóstico local para contextualizar a EA e a conectar às diferentes disciplinas; trabalhar com eixos temáticos como sustentabilidade, biodiversidade, consumo consciente e mudanças climáticas, relacionando-os às disciplinas e aos cursos ofertados; desenvolver projetos interdisciplinares que promovam práticas coletivas envolvendo sustentabilidade e conservação ambiental; estabelecer parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas privadas e órgãos governamentais. E tudo isso deve estar presente no tripé ensino-pesquisa-extensão.

2.4 INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: POLÍTICA AMBIENTAL, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Os Institutos Federais (IF) foram criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que os definiu como entidades de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, “[...] especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”. O item IX do art. 6º menciona o desenvolvimento de tecnologia para preservação do meio ambiente como algo que deve compor as diretrizes dos institutos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) está pautado nos planos de desenvolvimento estratégico que atendam as ações de sustentabilidade ambiental. Para tanto, publicou o PDI, definindo estratégias e objetivos para o quinquênio 2020-2025. Dentre os tópicos abordados no PDI, destaca-se o item “Resultados à Sociedade”, no seu Objetivo Estratégico 11, que visa: “Promover o desenvolvimento sustentável em sincronia com os arranjos produtivos locais” (IFS, 2023). O Plano ainda discorre sobre as ações que devem ser implementadas para alcançar esse objetivo, entre as quais: “IE11.1 Implementar planos/projetos voltados para a sustentabilidade; IE11.2 Implementar o Plano de Combate ao desperdício e uso racional dos recursos” (IFS, 2023).

Também desenvolveu o IFS Sustentável, Programa Socioambiental que expressa “compromisso institucional em defesa do meio ambiente, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica com os preceitos de sustentabilidade socioambiental”, sendo o objetivo geral: “Implantar ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais, financeiros e minimizem os impactos ao meio ambiente provocados pelas diversas atividades do Instituto Federal de Sergipe” (IFS, 2014, p. 1).

Ademais, o art. 207 da Constituição de 1988 estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, o qual o IFS está em consonância. As bases desse tripé devem estar em harmonia, com vistas a promover uma formação integral, considerando as esferas social, ambiental e econômica nas suas atividades educacionais. Isso contribui para que os estudantes sejam críticos e conscientes, habilitados a enfrentar os desafios do presente e a atuar em prol da preservação do meio ambiente e do bem-estar social.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza aplicada e descritiva, tendo uma abordagem qualitativa. Dessa forma, abrange pesquisa bibliográfica e documental, com o propósito de analisar como a Educação Ambiental para a sustentabilidade é abordada e integrada nos PPCs do IFS, considerando seus objetivos, estratégias de ensino, avaliação e impactos no desenvolvimento de competências sustentáveis. A pesquisa compreendeu a coleta dos dados em documentos oficiais do IFS (PPCs dos cursos), com um recorte transversal de 06 anos (2020-2025). A escolha pelo IFS se deu pelo histórico e abrangência da instituição com diversos segmentos da área educacional, amplitude de diferentes áreas educacionais como: Licenciatura, Bacharelado e Tecnológicos. O estudo buscou, portanto, analisar práticas de sustentabilidade ambiental contempladas nos PPCs e seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O IFS, instituição *multicampi*, foi criado nos termos da Lei n.º 11.892/2008, podendo ofertar cursos de nível médio e superior, incluindo cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Cada *campi* é composto por uma equipe diretiva representada por: Direção Geral (DG), Gerência de Administração e Manutenção (GADM), Gerência de Ensino (GEN). Nesta pesquisa, foram incluídos todos os *campi* que ofertem cursos superiores: Aracaju, Estância, Glória, Itabaiana, Lagarto, Propriá e São Cristóvão. A Figura 2 apresenta o quantitativo de cursos superiores do IFS (Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura) e os *campi* correspondentes.

Figura 2*Cursos Superiores Ofertados pelo IFS.*

Campus	Curso de Tecnologia	Curso de Licenciatura	Curso de Bacharelado
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo	Licenciatura em Matemática	Engenharia Civil
	Tecnologia em Saneamento Ambiental	Licenciatura em Química	-
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-
Estância	-	-	Engenharia Civil
Nossa Senhora da Glória	Tecnologia em Laticínios	-	-
Itabaiana	Tecnologia em Logística	-	Ciência da Computação
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial	Licenciatura em Física	Sistemas de informação
			Engenharia Elétrica
			Arquitetura e Urbanismo
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	-	-
São Cristóvão	Tecnologia em Alimentos	-	-
	Tecnologia em Agroecologia	Licenciatura em Ciências Biológicas	-
7 Campi	9	4	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Instituto Federal de Sergipe (2018).

O IFS possui um total de 10 *campi*, sendo que 7 (Figura 2) possuem cursos superiores. Os *campi* Poço Redondo, Socorro e Tobias Barreto não contemplam essa oferta. Os cursos estão distribuídos da seguinte forma: 9 em Tecnologia, 4 em Licenciatura, 6 em Bacharelado, totalizando 19 cursos superiores. Ressalta-se que o *campus* Aracaju e Estância ofertam o mesmo curso de Bacharelado em Engenharia Civil.

Observou-se que, nos PPC dos cursos superiores do IFS, o tema sustentabilidade tem predominância nos cursos de Bacharelado e Tecnologia. Já o tema educação ambiental, evidencia-se em diversas disciplinas dos cursos de Licenciatura.

A Figura 3, abaixo, apresenta os PPC dos cursos de **Bacharelado** e sua relação com o tema sustentabilidade.

Figura 3

PPC dos Cursos de **Bacharelado** com temática “sustentabilidade”.

Campus	Curso	Disciplina	Período	Temática ambiental/Ementa
Aracaju/ Estância	Bacharelado em Engenharia Civil	Gestão ambiental	9º	Introdução à Sustentabilidade ; Sustentabilidade nas edificações.
Lagarto	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Planejamento Urbano e Regional I	6º	Sustentabilidade.
Lagarto	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Estudos Urbanos	Optativa	Sustentabilidade socioambiental.
Lagarto	Bacharelado em Engenharia Elétrica	Saúde, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho	7º	Meio ambiente e Sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Instituto Federal de Sergipe (2018).

Dos 6 cursos de Bacharelado (Figura 2), verifica-se que a temática sustentabilidade está presente nos PPC de 4 cursos, estando a temática nas suas ementas, conforme Figura 3.

A Figura 4, a seguir, expõe os PPC dos cursos de **Tecnologia** e sua relação com o tema sustentabilidade.

Figura 4

PPC dos Cursos de **Tecnologia** com temática relacionadas à “sustentabilidade”.

Campus	Curso	Disciplina	Período	Temática ambiental/Ementa
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo	Gestão Ambiental	6º	Desenvolvimento Sustentável Sistema de Gestão Ambiental.
Itabaiana	Tecnologia em Logística	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	4º	Conceitos de Gestão Ambiental Sustentabilidade.
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Verde e Educação Ambiental	2º	Sustentabilidade.
São Cristóvão	Tecnologia em Agroecologia	Agroecologia	2º	Indicadores de Sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Instituto Federal de Sergipe (2018)

Dos 9 cursos de Tecnologia (Figura 2) ofertados pelos IFS, 4 apresentam a temática sustentabilidade em 4 disciplinas do seu ementário (Figura 4). Pôde-se perceber que o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Ambiental também figuram nas ementas dos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística.

Um destaque vai para o curso Tecnologia em Agroecologia, que tem o eixo temático “Indicadores de Sustentabilidade”. Sua matriz curricular ainda indica “Práticas

interdisciplinares em Agroecologia com atividades de ensino, pesquisa e extensão”, sendo perceptível a conexão entre ensino, pesquisa e extensão nos cursos superiores do IFS.

A Figura 5 exibe os resultados dos PPC dos cursos superiores em Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado do IFS com temática educação ambiental.

Figura 5

*PPC dos cursos superiores em **Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado** do IFS com temática Educação Ambiental.*

Campus	Curso	Disciplina	Período	Temática ambiental/Ementa
Aracaju	Licenciatura em Matemática	Educação, Diversidade e Cidadania	1º	Educação Ambiental
Aracaju	Licenciatura em Química	Educação Ambiental no Ensino de Química	5º	Educação Ambiental: histórico e conceito. Política Nacional de Educação Ambiental - PRONEA. Conceitos fundamentais.
Aracaju	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Educação e Diversidade	6º	Educação ambiental.
Aracaju	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Educação Ambiental	Optativa	Educação Ambiental: histórico e conceito; Política Nacional de Educação Ambiental: Conceitos fundamentais; Metodologias em Educação Ambiental; A Educação Ambiental no contexto contemporâneo; Programas e ações de Educação Ambiental.
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo	Educação Ambiental	2º	Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação ambiental: histórico, concepção, objetivos e finalidades; Educação Ambiental e Turismo.
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo	Gestão do Lazer	4º	Ações de Educação Ambiental e no Lazer.
Aracaju	Tecnologia em Saneamento Ambiental	Educação Ambiental e Cidadania;	3º	Histórico e conceito; Política Nacional de Educação Ambiental: Conceitos fundamentais. Metodologias em Educação Ambiental; Programas e ações de educação ambiental.
Itabaiana	Bacharelado em Ciência da Computação	Filosofia	Optativa	Políticas de Educação Ambiental e lixo eletrônico.
Itabaiana	Bacharelado em Ciência da Computação	Tecnologia e Sociedade	Optativa	Políticas de Educação Ambiental e lixo eletrônico: computação verde, práticas de conscientização, <i>datacenter</i> verde, descarte e reciclagem.
Lagarto	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Cidades Inteligentes e Sustentáveis I	7º	Indicadores de desenvolvimento sustentável; Educação Ambiental.
Lagarto	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Educação e Diversidade	Optativa	Educação Ambiental.

Campus	Curso	Disciplina	Período	Temática ambiental/Ementa
Lagarto	Bacharelado em Engenharia Elétrica	Educação e Diversidade	Optativa	Educação Ambiental.
Lagarto	Licenciatura em Física	Educação, Diversidade e Cidadania	3º	Educação Ambiental.
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial	Educação e Diversidade	6º	Educação Ambiental.
Nossa Senhora da Glória	Tecnologia em Laticínios	Educação e Diversidade	2º	Educação Ambiental.
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Verde e Educação Ambiental	2º	Conceitos básicos da sustentabilidade e histórico de evolução dessa área; Conceito do tripé da sustentabilidade (aspectos sociais, ambientais e econômicos).
São Cristóvão	Tecnologia em Agroecologia Licenciatura em Ciências Biológicas	Ética e Meio Ambiente	3º	Educação Ambiental
		Educação Diversidade e Cidadania	1º	Educação ambiental.
		Projeto de Seminário de Extensão	4º	Educação ambiental.
		Projeto Integrador II	7º	Meio ambiente e consciência ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Instituto Federal de Sergipe (2018).

Na Figura 5, verifica-se que o tema educação ambiental configura-se nas 3 opções de curso superior do IFS – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnológicos. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, apresenta a temática Educação Ambiental na disciplina Projeto de Seminário de Extensão. Ademais, a disciplina Projeto Integrador II assinala na sua ementa: “Atividades e/ou projetos em ensino, pesquisa e extensão, dentro da **temática meio ambiente e consciência ambiental** em níveis globais, regionais e locais”, indicando a integração do tripé ensino-pesquisa-extensão nos cursos superiores do IFS.

Diante da análise apresentada, é possível discutir que o PPC do curso Bacharelado em Engenharia Civil não evidenciou a temática Educação Ambiental; já no curso de Engenharia Elétrica, a Educação Ambiental aparece como disciplina Optativa. Nota-se ainda outra fragilidade, isto é, a ausência do tema “sustentabilidade” nos PPC dos cursos de Licenciatura. Apenas os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e de Agroecologia, ambos do *campus* São Cristóvão, estão atualizados conforme a Resolução CS/IFS nº 170, de 20 de dezembro de 2022, que trata da curricularização da extensão. Nestes dois últimos cursos vem à tona também os temas “projetos integradores e interdisciplinaridade”.

Por fim, percebeu-se que a maioria dos PPC do IFS estão desatualizados, principalmente no que se refere a curricularização da extensão, como prevê a Resolução CS/IFS nº 170/2022. A sugestão é que, quando se realizar a Reformulação dos PPC, as temáticas Educação Ambiental, Sustentabilidade, Interdisciplinaridade, ensino, pesquisa, extensão e Projetos Integradores sejam fortalecidas nas ementas dos cursos superiores do IFS.

5 CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado e dos resultados mensurados, é possível afirmar que as temáticas Sustentabilidade e Educação Ambiental apresentam-se nas ementas nos PPC dos cursos superiores do Instituto Federal de Sergipe (IFS), embora algumas ementas de PPC precisem de atualizações que contemplem um tema tão urgente para a sociedade.

Sugere-se, assim, que o IFS, ao atualizar os PPC dos cursos superiores em licenciatura, bacharelados e tecnológicos, pense na possibilidade de aprimorar suas iniciativas em Educação Ambiental e Sustentabilidade, objetivando enriquecer o debate em diversas esferas, como: social, ambiental, econômica, política, cultural. Tais temas devem ser centrais nas discussões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, promovendo a criação de atividades de ensino, pesquisa e extensão que adotem uma abordagem interdisciplinar.

A pesquisa evidenciou a importância da Educação Ambiental e Sustentabilidade como um componente essencial nos cursos superiores do IFS, destacando a interconexão entre ensino, pesquisa e extensão. A curricularização da extensão, conforme a Resolução CS/IFS nº 170/2022, reforça a necessidade de integrar práticas sustentáveis nas formações acadêmicas.

O estudo conclui que, ao abordar a temática ambiental de forma interdisciplinar, os cursos promovem uma formação integral, não sendo ela apenas um conteúdo, mas uma prática transformadora, capacitando os alunos a se tornarem agentes críticos e conscientes na preservação do meio ambiente e na promoção do bem-estar social.

REFERÊNCIAS

Beraldo, D., Silva, L., Rodrigues, T., Vale, T., & Vestena, S. (2022). Educação ambiental em instituições públicas de ensino como estratégia para a sustentabilidade. *Revista Insignare Scientia - RIS*, 5(1), 151–168.
<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12315>

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Presidência da República.

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Dias, G. F. (2002). *Pegada ecológica e sustentabilidade humana*. Gaia.
- Info Sustentável. (2020, 25 de outubro). *75 anos de história: veja os principais marcos da ONU na agenda ambiental*. <https://infosustentavel.com.br/2020/10/25/75-anos-historia-veja-principais-marcos-onu-agenda-ambiental/>.
- Instituto Federal de Sergipe. (2014). *Programa 'IFS Sustentável': Programa Socioambiental do Instituto Federal de Sergipe (IFS)*.
https://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2014/6-Junho/Saiba_Mais_-_IFS_Sustent%C3%A1vel.pdf
- Instituto Federal de Sergipe. (2018). *Projetos Pedagógicos dos Cursos*.
<http://www.ifs.edu.br/ppc-proen>. Acesso em: 4 ago. 2024.
- Instituto Federal de Sergipe. (2022). *Resolução CS/IFS nº 170/2022*. Referenda com alterações a Resolução CS/IFS nº 122, de 07 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFS.
https://www.ifs.edu.br/images/Hotsites/proen/Documentos/Resoluo_CS-IFS_170.2022_Referenda_com_alteraes_a_Resoluo_122_de__que_Dis.pdf
- Instituto Federal de Sergipe. (2023). *Resolução nº 206/2023/CS/IFS*. Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) para o quinquênio 2020-2024.
https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_206.2023_Aprova_a_revis%C3%A3o_do_PDI_2020-2024-24.07.pdf
- Jesus, E. A. de, Guerra, A. de L. e R., & Pereira, A. R. G. (2024). A interdisciplinaridade como estratégia para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. *Revisão Internacional de Gestão Contemporânea*, 2, e87. <https://doi.org/10.54033/icmr5n2-003>
- Kremer, C. W. (2019, 1 de outubro). *IFS Sustentável*. Recuperado de <https://www.ifs.edu.br/diretoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/ifs-sustentavel>.
- Layrargues, P. P. (2002). A crise ambiental e suas implicações na educação. In: Quintas, J. S. (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. (2ª ed., pp. 159–196). Ibama.
- Leff, E. (2007). *Epistemologia Ambiental*. (S. Valenzuela, Trad.). (4ª ed. rev.). Cortez.
- Lei nº 11.892 de 2008. (2008, 29 de dezembro). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm
- Lei nº 9.795 de 1999. (1999, 27 de abril). Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm.

Libâneo, J. C. (2013). *Didática*. (5ª ed.). Cortez.

Luz, P. C. S. da, & Silva, M. de F. V. da. (2022). Fundamentos epistemológicos da educação socioambiental. *REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, 10(1), e22008. <https://doi.org/10.26571/reamec.v10i1.12178>

Ministério da Educação. (1992). *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*.
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2023). *Educação Ambiental: por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos*. (6ª ed.).
<https://salasverdes.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Pronea-Digital-final.pdf>

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Programa Nacional de Educação Ambiental (ProENA)*. (2024, 18 de agosto). <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/pnea/programa-nacional-de-educacao-ambiental-pronea>

Ministério do Meio Ambiente. *Recomendações de Tbilisi*. (s.d.). Notícia.
<https://antigo.mma.gov.br/informma/item/8065-recomenda%C3%A7%C3%B5es-de-tbilisi.html>.

Neiman, Z. (2023). Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 18.
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15517>

Nunes, L. C. (2023). Educação ambiental para sustentabilidade: Objetivos de desenvolvimento sustentável nas escolas. *Revista Científica FESA*, 3(12), 91–103.
<https://doi.org/10.56069/2676-0428.2023.355>

Oliveira, J. M. R. de. (2006). *Interdisciplinaridade e educação: teoria e prática*. Universidade de São Paulo.

ONU Brasil. (2015, 15 de setembro). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

Resolução nº 2 de 2012. (2012, 15 de julho). Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf.

Rufino, B., & Crispim, C. *Breve resgate histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo*. (2015, 23-25 de novembro). In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre. <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/VII-069.pdf>

Saviani, D. (2013). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras noções* (4ª ed.). Autores Associados.

Sustentabilidade. (s.d.). In: Dicionário Sustentável. *Notícia Sustentável*. Recuperado de <https://www.noticiasustentavel.com.br/dicionario-sustentabilidade/>

Tratado de Educação Ambiental: somos todos aprendizes (2012). In: *Segunda Jornada Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis com Responsabilidade Global 2008-2012*. CNPq. Disponível em: https://estatico.cnpq.br/portal/premios/2018/pjc/assets/pdf/webaulas/web-04/tratado_jornada_por.pdf

Veiga, I. P. A. (Org.). (2001). *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. (16ª ed.). Cortez.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3ª ed.). Bookman.

ARTIGO 2

Dados da Publicação:

COSTA, J. S. F.; SOUSA, I. F. de; SANTOS, M. E. F. dos; FERREIRA, M. M.; SANTOS, P. S. M. dos; FEITOSA, C. C.; CARDOSO, R. M. S.; CAVALCANTI, M. C. de S.; FONTES, M. M. Trilhando caminhos sustentáveis: uma análise das práticas do Instituto Federal de Sergipe à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 22, n. 6, p. e15567, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n6-148. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/15567>. Acesso em: 3 jun. 2025.

Título:

TRILHANDO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TRACING SUSTAINABLE PATHS: AN ANALYSIS OF THE PRACTICES OF THE FEDERAL INSTITUTE OF SERGIPE IN LIGHT OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Autores:

José Sérgio Filgueiras Costa
Inajá Francisco de Sousa
Márcio Eric Figueira dos Santos
Mateus Matos Ferreira
Paulo Sérgio Melo dos Santos
Caciana Costa Feitosa
Ruana Michela Santos Cardoso
Maralysa Correia de Souza Cavalcanti
Millena Moreira Fontes

Periódico:

Revista Caderno Pedagógico (Qualis A2)
(<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped>)

Etapa da tese:

O presente artigo identifica as ações efetivadas no Instituto Federal de Sergipe no período 2016-2024 e como elas se conectam com os ODS.

Apresentação de acordo com norma exigida pelo PRODEMA/IFS:

Redação e apresentação nas normas da revista, selecionada para submissão (A1, A2 ou A3) segundo Qualis CAPES da Área de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Idioma: Língua Portuguesa.

Ano: 2025.

TRILHANDO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tracing sustainable paths: an analysis of the practices of the Federal Institute of Sergipe in light of the Sustainable Development Goals

Recorriendo caminos sostenibles: un análisis de las prácticas del Instituto Federal de Sergipe a la luz de los Objetivos de Desarrollo Sostenible

DOI: 10.54033/cadpedv22n6-148

Originals received: 3/14/2025

Acceptance for publication: 4/7/2025

José Sérgio Filgueiras Costa

Mestre em Desenvolvimento em Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Endereço: São Cristóvão, Sergipe, Brasil
E-mail: sergiocostaconsultor@gmail.com

Inajá Francisco de Sousa

Doutor em Recursos Naturais
Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Endereço: Campina Grande, Paraíba, Brasil
E-mail: inajafrancisco@gmail.com

Márcio Eric Figueira dos Santos

Mestre no Ensino das Ciências Ambientais
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Endereço: São Cristóvão, Sergipe, Brasil
E-mail: marciosantos.eagroecologandobr@gmail.com

Mateus Matos Ferreira

Mestre em Ciências Naturais
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Endereço: Itabaiana, Sergipe, Brasil
E-mail: mateus.biologiaufs@gmail.com

Paulo Sérgio Melo dos Santos

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Endereço: São Cristóvão, Sergipe, Brasil
E-mail: prof.paulosrrgiomelo@gmail.com

Caciana Costa Feitosa

Mestra em Desenvolvimento em Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Endereço: São Cristóvão, Sergipe, Brasil

E-mail: cacionadores@gmail.com

Ruana Michela Santos Cardoso

Mestra em Desenvolvimento em Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Endereço: São Cristóvão, Sergipe, Brasil

E-mail: edfruanacardoso@gmail.com

Maralysa Correia de Souza Cavalcanti

Mestra em Administração

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Endereço: São Cristóvão, Sergipe, Brasil

E-mail: maralysas@gmail.com

Millena Moreira Fontes

Mestra em Sustainable Building Conservation

Instituição: Universidade de Cardiff

Endereço: Cardiff, País de Gales, Reino Unido

E-mail: millena.fontes@gmail.com

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior são agentes importantes na disseminação de práticas sustentáveis alinhadas à Agenda 2030 das Nações Unidas. Este estudo questiona de que maneira as práticas implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) contribuem para o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e quais desafios impedem sua efetiva integração aos currículos acadêmicos. Seu objetivo, portanto, é analisar as práticas sustentáveis adotadas pelo IFS à luz dos ODS, identificando suas contribuições, desafios e possibilidades para o fortalecimento da sustentabilidade institucional. Esta pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, configura-se como um estudo de caso, na qual foram examinadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão expressas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do IFS, além das diretrizes voltadas à sustentabilidade no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os resultados indicaram que, apesar da crescente sensibilização sobre a temática, a integração dos ODS nos currículos ainda é limitada. Cursos como Engenharia Civil, Arquitetura e Engenharia Elétrica se alinham aos ODS 6, 7, 11 e 12. Percebeu-se que a sustentabilidade aparece mais em disciplinas optativas. Aracaju e Lagarto lideram em projetos de pesquisa e extensão sobre o tema, enquanto Propriá tem menor participação. Os ODS 12 e 4 são os mais abordados, enquanto outros, como 3, 5, 10 e 13, recebem menos atenção. Diante disso, recomenda-se ampliar a mobilização para práticas sustentáveis, integrar mais efetivamente os ODS aos currículos, incentivar projetos de pesquisa e extensão, estimular a cooperação entre campi e investir na formação continuada docente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agenda 2030. Currículo. Instituto Federal de Sergipe. Educação Ambiental.

ABSTRACT

Higher Education Institutions are important agents in the dissemination of sustainable practices aligned with the United Nations 2030 Agenda. This study questions how the practices implemented by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sergipe (IFS) contribute to the advancement of the Sustainable Development Goals (SDGs) and what

challenges hinder their effective integration into academic curricula. Its objective, therefore, is to analyze the sustainable practices adopted by IFS in light of the SDGs, identifying their contributions, challenges, and possibilities for strengthening institutional sustainability. This research, of a descriptive and exploratory nature, is structured as a case study, in which institutional policies for teaching, research, and extension expressed in the Pedagogical Course Projects (PPC) of IFS were examined, along with sustainability guidelines in the Institutional Development Plan (PDI). The results indicated that, despite growing awareness of the topic, the integration of SDGs into curricula is still limited. Courses such as Civil Engineering, Architecture, and Electrical Engineering align with SDGs 6, 7, 11, and 12. Sustainability is more often found in elective courses. Aracaju and Lagarto lead in research and extension projects on the topic, while Propriá has less participation. SDGs 12 and 4 are the most addressed, while others, such as 3, 5, 10, and 13, receive less attention. Based on the findings, it is recommended to increase mobilization for sustainable practices, more effectively integrate SDGs into curricula, encourage research and extension projects, stimulate cooperation between campuses, and invest in continuing education for faculty.

Keywords: Sustainability. 2030 Agenda. Curriculum. Federal Institute of Sergipe. Environmental Education.

RESUMEN

Las Instituciones de Educación Superior son agentes importantes en la difusión de prácticas sostenibles alineadas con la Agenda 2030 de las Naciones Unidas. Este estudio cuestiona cómo las prácticas implementadas por el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Sergipe (IFS) contribuyen al avance de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y qué desafíos impiden su efectiva integración en los planes de estudio académicos. Su objetivo, por lo tanto, es analizar las prácticas sostenibles adoptadas por el IFS a la luz de los ODS, identificando sus contribuciones, desafíos y posibilidades para fortalecer la sostenibilidad institucional. Esta investigación, de carácter descriptivo y exploratorio, se configura como un estudio de caso, en el que se examinaron las políticas institucionales de enseñanza, investigación y extensión expresadas en los Proyectos Pedagógicos de los Cursos (PPC) del IFS, además de las directrices orientadas a la sostenibilidad en el Plan de Desarrollo Institucional (PDI). Los resultados indicaron que, a pesar de la creciente sensibilización sobre el tema, la integración de los ODS en los planes de estudio sigue siendo limitada. Carreras como Ingeniería Civil, Arquitectura e Ingeniería Eléctrica se alinean con los ODS 6, 7, 11 y 12. Se observó que la sostenibilidad aparece más en asignaturas optativas. Aracaju y Lagarto lideran los proyectos de investigación y extensión sobre el tema, mientras que Propriá tiene menor participación. Los ODS 12 y 4 son los más abordados, mientras que otros, como el 3, 5, 10 y 13, reciben menos atención. A partir de los hallazgos, se recomienda ampliar la movilización hacia prácticas sostenibles, integrar de manera más efectiva los ODS en los planes de estudio, incentivar proyectos de investigación y extensión, fomentar la cooperación entre campus e invertir en la formación continua del profesorado.

Palabras clave: Sostenibilidad. Agenda 2030. Currículo. Instituto Federal de Sergipe. Educación Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A conexão entre homem e natureza tem sido cada vez mais estudada e debatida para um aprofundamento das questões ambientais. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) são agentes na disseminação de conhecimento e na promoção de ações sustentáveis, devendo alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecidos em 2015 pela Agenda 2030 (ONU, 2015).

Nesse respeito, os Institutos Federais (IF) desempenham um papel fundamental como fomentadores das ações sustentáveis nas suas três dimensões: ensino, pesquisa e extensão. Os IF têm como objetivo não apenas suprir a crescente demanda de mão de obra técnica qualificada, mas também integrar, aos currículos, conhecimentos básicos e técnicos, preparando os discentes para a vida e o exercício da cidadania. Assim, “[...] demonstram em seus documentos ter preocupação com questões ligadas ao desenvolvimento sustentável” (Palma; Alves; Silva, 2013, p. 1).

Com isso, os IF mantêm um diálogo permanente entre gestão estratégica e diretrizes educacionais voltadas à Educação Ambiental (EA) – imprescindível no cenário atual. Dessa forma, seus documentos normativos, como o Plano de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), devem estabelecer um conjunto de princípios, metas e indicadores que visem a gestão de resíduos sólidos, o consumo consciente, a eficiência energética, a integração dos ODS aos currículos, a criação de disciplinas e projetos voltados à sustentabilidade, entre outros, contemplados no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Nesse sentido, o IFS, ao longo dos anos, vem adequando seus valores e suas ações para assegurar o compromisso com a formação cidadã e sustentável. Entretanto, há desafios enfrentados na busca por uma política institucional sustentável, que atenda às metas dos ODS, sobretudo no que diz respeito à integração destas nos currículos da entidade.

Pensando nessas proposições, este artigo parte do seguinte problema: De que maneira as práticas implementadas pelo IFS contribuem para o avanço dos ODS, e quais são os desafios para sua efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão? Integrar os ODS aos currículos é fundamental para formar cidadãos críticos e engajados na causa ambiental, impulsionando a resolução de problemas reais quanto à sustentabilidade e à justiça social, conectando teoria e prática.

Tendo por base a questão de pesquisa, o objetivo deste artigo é analisar as práticas sustentáveis adotadas pelo IFS à luz dos ODS, identificando suas contribuições, desafios e possibilidades para o fortalecimento da sustentabilidade institucional. Trata-se, portanto, de um

estudo de caso descritivo, que busca identificar como a sustentabilidade aparece nos documentos norteadores do IFS. Analisou-se as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão contidas nos PPC e as políticas institucionais voltadas à sustentabilidade no PDI institucional, e se estão alinhadas aos ODS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Segundo Tauchen e Brandli (2006, p. 505), as IES começaram a integrar a temática ambiental na sua gestão nos anos 1960, e na década de 1990 adotaram políticas ambientais de alcance global. Os autores afirmam que, até a Rio-92, as IES tinham pouca participação nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Em períodos mais recentes, diversos setores da sociedade passaram a dar maior atenção à EA nas universidades e instituições de pesquisa. Nesse sentido, alguns documentos internacionais destacaram a importância de as universidades estabelecerem uma EA abrangente, que considere os desafios ambientais, climáticos e sociais (Oliveira, 2016).

Por exemplo, a Declaração de Halifax (1991) destacou o papel das IES na promoção do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental global; a Declaração de Swansea (1993) propôs uma abordagem mais prática para a incorporação da sustentabilidade nas universidades, incluindo políticas institucionais; a Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável (1994) definiu princípios e diretrizes para a implementação da sustentabilidade no ensino superior; a Declaração Tessalônica (1997) ressaltou que abordagem da sustentabilidade nas IES deve ser interdisciplinar, visando a construção de uma consciência ambiental (Sorrentino, 1998).

No Brasil, a Lei nº 9.795/1999 prevê que a EA seja “[...] um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999, cap 1, art. 2). Ou seja, a EA deve ser promovida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, inserida em disciplina no currículo de ensino. Já a Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012, estabelece que “as instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental” (Brasil, 2012).

Nesse viés, a sustentabilidade nas IES pode e deve ser adotada em pelo menos duas

perspectivas. A primeira relaciona-se à gestão administrativa do *campus*, incluindo medidas para reduzir impactos ambientais (Tauchen; Brandli, 2006). Entre essas ações práticas estão: gestão de resíduos sólidos; estabelecimento de eficiência energética; consumo consciente de água; investimento em infraestrutura, mobilidades e realização de licitações sustentáveis; e conscientização da comunidade acadêmica nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão (Santos; Almeida, 2024).

A segunda diz respeito ao papel das IES na formação e produção acadêmica, que devem contribuir para o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade ambientalmente responsável. As principais frentes de ação nesse sentido são: 1) No ensino e currículo, com a inserção de disciplinas sobre sustentabilidade de forma interdisciplinar; 2) Na extensão, com o desenvolvimento de programas e parcerias com comunidades locais para promover práticas sustentáveis; 3) Na pesquisa, com o fomento a estudos e grupos de pesquisa voltados para inovação ambiental, tecnologias limpas e mudanças climáticas (Ortiz; Souza; Silva, 2025).

Bayas Aldaz *et al.* (2020, p. 1) afirmam que a interação entre instituições globais, internacionais (como a ONU), governamentais e educacionais gerou diversas recomendações para promover a sustentabilidade nas IES. Concomitantemente, na esfera acadêmica, destaca-se a importância do papel do ensino superior no processo geral, alinhando suas missões e operações à educação sustentável.

Assim, em consonância com as tratativas internacionais, as IES estão tentando adaptar suas ações à Agenda 2030 e aos seus 17 ODS. Visto que essas instituições são responsáveis por gerar “[...] conhecimento e conteúdo, tendo como premissa o papel de romper as barreiras culturais, educacionais e de acessibilidade” (Ortiz; Souza; Silva, 2025, p. 53) e preparar as futuras gerações, é necessário discutir como as IES se relacionam com esses objetivos.

2.2 AGENDA 2030 E ENSINO SUPERIOR

A Agenda 2030 é um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os esforços da ONU e de seus países-membros em direção à sustentabilidade. Ela resultou em um documento com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com 169 metas, constituindo sua base (Oliveira, 2016). Em suma, os ODS “[...] são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU Brasil, 2022). A Figura 1 resume as principais contribuições dos ODS para a sustentabilidade.

Figura 1. Contribuições dos ODS para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Inteligência Artificial napkin.ai (2025).

A Figura 1 evidencia diversas conexões socioambientais interdependentes para o processo de sustentabilidade. Nesse respeito, as IES têm o importante papel de estabelecer uma conexão entre ensino, pesquisa e extensão para atender a agenda sustentável, principalmente no que se refere à incorporação dos ODS nas suas ações a curto, médio e longo prazos, visando a formação integral dos seus estudantes.

Segundo Ortiz, Souza e Silva (2025, p. 54), as diretrizes da Agenda 2030 estão estreitamente vinculadas à educação, pois atrela “[...] o ensino por meio da inserção de conteúdos e disciplinas que visem a atender essas diretrizes, bem como a pesquisa [que] busca soluções sustentáveis para questões”, como produção de alimentos e mudanças climáticas, enquanto que a extensão universitária aproxima a pesquisa da sociedade, ampliando a acessibilidade.

Com isso, percebe-se que há uma relação direta entre ODS e a educação, sobretudo a superior, que desempenha um papel imprescindível em promover educação de qualidade (ODS 4), pesquisas sobre igualdade de gênero (ODS 5), inovação em energia sustentável (ODS 7), capacitação para o mercado de trabalho (ODS 8), fortalecimento dos valores democráticos e institucionais (ODS 16), e estabelecer parcerias para viabilizar pesquisas, projetos sociais e inovação (ODS 17) (ONU Brasil, 2025). As IES são agentes-chave na formação cidadã e na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Entretanto, a implementação dessas medidas enfrenta alguns desafios, como escassez de recursos para infraestrutura e programas de conscientização, resistência da comunidade

acadêmica a mudanças de atitude, dificuldades na integração da sustentabilidade no currículo e na abordagem do tema da sustentabilidade transversalmente no ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, as políticas institucionais dos IF devem integrar práticas sustentáveis em seus documentos orientativos, tema que será discutido a seguir.

2.3 INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE SUSTENTABILIDADE

Os IF se destacam pela sua atuação em diversas áreas do conhecimento, tendo como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão, que se traduzem na oferta de cursos, projetos e serviços que visam atender às demandas da sociedade e promover o desenvolvimento local e regional, incluindo, dessa forma, políticas institucionais voltadas à sustentabilidade.

Essas políticas constam em documentos como o PDI e os PPC, e devem promover a EA em todas as ações, conforme as diretrizes nacionais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Lei n.º 9.795/1999), que prevê a educação ambiental em todos os níveis de ensino; o Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei n.º 13.005/2014), que visa garantir a sustentabilidade como parte da formação educacional e cidadã; e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) (Lei nº 12.187/2009), que objetiva incluir a educação ambiental no enfrentamento das mudanças climáticas e incentivar práticas sustentáveis.

Nesse sentido, o IFS, consciente de sua responsabilidade social e ambiental, busca seguir as orientativas nacionais e alinhar suas práticas aos ODS da Agenda 2030 por meio de ações como a inclusão de temas relacionados à sustentabilidade em seus currículos, a promoção de projetos de pesquisa e extensão que visam atender às demandas da sociedade, e a adoção de práticas de gestão que visam minimizar os impactos ambientais de suas atividades.

Isso é evidente na missão, na visão e nos valores do IFS, conforme seu PDI: 1) Missão: “Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para a formação integral dos cidadãos”; 2) Visão: “Ser reconhecido pela formação integral dos cidadãos por meio da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação”; 3) Valores: “Ética, integridade, sustentabilidade, comprometimento, compromisso, inovação, transparência e respeito” (IFS, 2023c, p. 34). Cabe ressaltar ainda que o PDI prevê como resultados à sociedade “Promover o desenvolvimento sustentável em sincronia com os arranjos produtivos locais. Descrição: Desenvolver o Programa de sustentabilidade ambiental e socioeconômica” (IFS, 2023c, p. 45).

Além do PDI, o IFS integra a sustentabilidade nos PPC por meio da inserção de disciplinas específicas, implementação de projetos interdisciplinares, utilização de metodologias ativas de ensino, investimento em formação docente contínua e no estabelecimento de parcerias comunitárias. Essa integração objetiva principalmente abordar o consumo consciente (ligado aos ODS 6 e 12), a gestão de resíduos (ligado ao ODS 11) e as mudanças climáticas (ligado ao ODS 13) entre outros temas de igual importância.

Sobre o Regulamento de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFS, a Resolução CS/IFS n.º 122/2022 prevê que, no processo de atualização dos PPCs, o contexto da sustentabilidade com ênfase nos contextos ambientais, sociais, econômicos e institucionais possam ser inseridos nestes, visando o equilíbrio sustentável (IFS, 2022).

Além disso, a Resolução CNE n.º 7/2018, que regulamenta a Extensão Universitária no Brasil, alinha os ODS às IES, estabelecendo princípios como a formação integral dos estudantes, estimulando uma postura crítica e responsável; a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições em diversas áreas, como educação, meio ambiente e direitos humanos; e a produção de conhecimento atualizado, integrados ao desenvolvimento social, equitativo e sustentável (Brasil, 2018, art. 6, incisos I, II, VII). Dessa forma, o IFS está em plena harmonia com o disposto na legislação brasileira e buscando consonância com a Agenda 2030.

Além dos PPC, da pesquisa e extensão, o IFS também desenvolve diversas ações e/ou articulações com ênfase nas questões socioambientais e primando pela sustentabilidade. Alguns exemplos disso são:

- 1) Projeto Horta Pedagógica, implantado no *Campus* de Poço Redondo e em escolas do município, sendo um “[...] espaço que proporciona a alunos e professores estudar e aprender através do plantio e do cuidado com o solo e com as plantas”, com o *objetivo de “[...] despertar na comunidade estudantil hábitos de alimentação saudável”* (IFS, 2023a);
- 2) Implantação de Usinas Fotovoltaicas, em que se “[...] iniciou a montagem estrutural de 22 usinas fotovoltaicas em seis dos seus nove campi com o objetivo de produzir energia limpa, reduzir gastos públicos e contribuir com o meio ambiente” (IFS, 2020);
- 3) Aquisição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que prevê a compra direta de produtos alimentícios de pequenos produtores rurais, cooperativas e associações, incentivando a produção local e garantindo alimentos de qualidade para os alunos do IFS (IFS, 2023b).

Como visto, essa é uma amostra de ações realizadas pelo IFS com o objetivo de promover, sensibilizar e equilibrar, destacando iniciativas voltadas para boas práticas da sociedade em relação ao meio ambiente.

3 METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo e articula pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou teoricamente o estudo e a análise documental examinou projetos de pesquisa e extensão, currículos dos cursos e ações de gestão do IFS, identificando ações de sustentabilidade e ODS.

Caracteriza-se como um estudo de caso, já que visou identificar como a sustentabilidade está presente nos documentos norteadores do IFS. Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

Quanto aos objetivos, o estudo tem caráter descritivo, pois buscou “[...] observar, registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (Cervo; Bervian; Silva, 2007, p. 61). Também é de caráter exploratório, em que se utilizou como pré-requisito uma revisão da literatura (Silva; Oliveira; Silva, 2021), a partir de bases indexadas digitais.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental, pois examinou materiais que não receberam tratamento analítico prévio, sendo considerados fontes primárias (Lakatos; Marconi, 2003). Foram analisados os PPC e o PDI do IFS, todos de domínio público e disponíveis no sítio institucional, verificando se estão em consonância com os ODS.

3.1 O AMBIENTE DO ESTUDO

Atualmente, o Instituto Federal de Sergipe (IFS) oferece uma variedade de cursos superiores distribuídos por sete campi (Figura 2).

Figura 2. Localização dos Campi do IFS com Curso Superior



Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Canva (2025)⁷.

Como retrata a Figura 2, em Aracaju são disponibilizados 3 cursos de Tecnologia, 2 de Licenciatura e 1 Bacharelado. O *campus* de Estância oferece 1 Bacharelado, enquanto em Itabaiana há 1 curso Tecnológico e 1 Bacharelado. No *campus* de Lagarto, são oferecidos 1 curso de Tecnologia, 1 de Licenciatura e 3 Bacharelados. Nossa Senhora da Glória disponibiliza 1 curso Tecnológico, Propriá oferece 1 curso de Tecnologia, e São Cristóvão tem 2 cursos de Tecnologia e 1 de Licenciatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 apresenta uma análise dos PPC dos Cursos de Bacharelado do IFS com destaque para o ementário e sua conexão com os ODS no contexto da sustentabilidade.

⁷ Mapa retirado de WIKIMEDIA COMMONS. Ficheiro **Brazil Sergipe location map**. 2011. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_Sergipe_location_map.svg. Acesso em: 20 mar. 2025.

Quadro 1. PPC dos Cursos de **Bacharelado** com Categoria “sustentabilidade”

<i>Campus</i>	Curso	Disciplina	Período	Temática Ambiental/ Ementa/Unidade de Registro	ODS
Aracaju Estância	Bacharelado em Engenharia Civil	Gestão ambiental	9º	Gestão de resíduos de construção e demolição. Reciclagem de resíduos de construção e demolição. [...] Uso racional de água no setor de edificações. Introdução à sustentabilidade. Sustentabilidade nas edificações.	11. Gestão de resíduos Meta: 11.6 12. Reciclagem Meta: 12.5 6. Uso racional da água Meta: 6.6
Aracaju Estância	Bacharelado Engenharia Civil	Saneamento ambiental	Optativa	Reutilização de águas. Tratamento de água e de esgotos	6. Reutilização e tratamento Meta 6.3 e 6.a
Lagarto	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Planejamento Urbano e regional I	6º	Sustentabilidade urbana, ambiental e direitos humanos.	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
		Estudos Urbanos	Optativa	Sustentabilidade socioambiental.	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
Lagarto	Bacharelado em Engenharia Elétrica	Saúde, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho	7º	Meio ambiente e sustentabilidade.	11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
		Fontes Alternativas de Energia	Optativa	Termo chave: Energias renováveis. Temas contextualizados: Energia solar. Energia eólica. Biomassa.	7. Energia Acessível e Limpa Meta: 7.2 e 7.a

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Quadro 1 mostrou que o curso de Bacharelado em Sistema da informação, *Campus* Lagarto, a questão ambiental e/ou sustentabilidade apresenta-se de forma tímida. A disciplina optativa “Humanidade e Cidadania” objetiva “fomentar a visão crítica das questões humanísticas enfatizando as questões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas na ação profissional” (IFS, 2018).

Conforme demonstrado, os cursos superiores dos campi de Aracaju, Estância e Lagarto – Bacharelado em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Elétrica – destacam-se pelos ODS 6, 7, 11 e 12, respectivamente (Brasil, 2025). Além disso, observa-se que a temática da sustentabilidade é abordada principalmente em disciplinas optativas. Diante disso, é fundamental que essa temática seja tratada como prioritária e esteja contemplada nas ementas de cada curso.

A análise do Quadro 2, a seguir, trata do PPC dos Cursos de Licenciatura.

Quadro 2. Áreas de atuação acadêmica, Eixos **Licenciatura**, dos Cursos Superiores de Tecnologia Ofertados pelo IFS

<i>Campus</i>	Curso	Disciplina	Período	Temática Ambiental/ Ementa/Unidade de Registro	ODS
Aracaju	Licenciatura em Matemática	Educação, Diversidade e Cidadania	1º	Termo chave: Educação ambiental Contexto: “Educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis”.	4. Educação de Qualidade Meta: 4.7
	Licenciatura em Química	Educação Ambiental no Ensino de Química	5º	Educação Ambiental: histórico e conceito. Política Nacional de Educação Ambiental - PRONEA. Conceitos fundamentais.	4. Educação de Qualidade Meta: 4.7
Lagarto	Licenciatura em Física	Educação, Diversidade e Cidadania	1º	Termo chave: Educação ambiental Contexto: “Educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis”.	4. Educação de Qualidade Meta: 4.7
São Cristóvão	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação, Diversidade e Cidadania	1º	Termo chave: Educação ambiental Contexto: “educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis”.	4. Educação de Qualidade Meta: 4.7
		Ecologia	3º	Termo chave: -Recursos naturais. -Vida terrestre Tema contextualizado ...“conservação e manutenção de ecossistemas terrestres”. “Degradação ambiental”.	12. Consumo e Produção Responsáveis Meta: 12.2 15. Vida Terrestre Meta: 15.2 e 15.5

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Quadro 2 evidencia a predominância da temática Educação Ambiental nos cursos de Licenciatura, especialmente no ementário do primeiro período. Destaca-se, portanto, o ODS 4, meta 4.7, que busca garantir, até 2030, que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades essenciais para promover o desenvolvimento sustentável. Isso inclui educação sobre direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural, objetivando fomentar estilos de vida sustentáveis e o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões (Ipea, 2018).

O Quadro 3 apresenta os resultados dos PPC de Tecnologias.

Quadro 3. Áreas de atuação acadêmica, Eixos **Tecnológicos**, dos Cursos Superiores de Tecnologia Ofertados pelo IFS

<i>Campus</i>	Curso	Disciplina	Período	Temática ambiental/ Ementa/Unidade de Registro	ODS
Aracaju	Tecnologia em Saneamento Ambiental	Tratamento de Resíduos Sólidos	4º	Resíduos da [...] construção, saúde, indústria [...]. Sustentabilidade.	12. Consumo e produção responsáveis Metas: 12.5 e 12.4
		Gestão de Resíduos Sólidos	5º	Resíduos (problemática, quantidade, gestão, gerenciamento etc.). Qualidade ambiental e poluição do ar, água e solo.	6. Água potável e saneamento Meta: 6.3 12. Consumo e produção responsáveis Metas: 12.5 e 12.4
		Gestão de Recursos Hídricos	5º	Gestão de águas urbanas e prevenção de poluição e contaminação dos Recursos Hídricos.	6. Água potável e saneamento Meta: 6.3
		Gestão Ambiental	6º	Desenvolvimento Sustentável. Sistema de Gestão Ambiental.	12. Consumo e produção responsáveis Meta: 12.2
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Educação Ambiental	Optativa	Educação Ambiental: histórico e conceito. Política Nacional de Educação Ambiental. Conceitos fundamentais. Metodologias em Educação Ambiental. A Educação Ambiental no contexto contemporâneo. Programas e ações de educação ambiental.	4. Educação de qualidade Meta: 4.7
Itabaiana	Tecnologia em Logística	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	4º	Conceitos de gestão ambiental. Sustentabilidade	11. Cidades e comunidades sustentáveis Meta: 11.3 e 11.6 12. Consumo e produção responsáveis Meta 12.2
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial	Educação e Diversidade	6º	Educação Ambiental	4. Educação de qualidade Meta: 4.7
Nossa Senhora da Glória	Tecnologia em Laticínios	Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho	5º	Resíduos Industriais	12. Consumo e produção responsáveis Meta 12.5

<i>Campus</i>	Curso	Disciplina	Período	Temática ambiental/ Ementa/Unidade de Registro	ODS
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação Verde e Educação Ambiental	2º	Plano de Conscientização. Analisar e discutir estudos de caso de empresas que adotaram o uso da TI Verde. Elaborar um plano de conscientização básico para melhorar as práticas de sustentabilidade de uma empresa ou instituição. Sustentabilidade	12. Consumo e produção responsáveis Meta 12.8
São Cristóvão	Tecnologia de alimentos	Gestão Ambiental	5º	Política e Gestão ambiental	12. Consumo e produção responsáveis Meta: 12.b
	Tecnologia em Agroecologia	Recuperação de Áreas Degradadas	2º	Processos de degradação.	15. Vida terrestre Meta: 15.3

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O curso de Tecnologia em Logística, do *Campus* Itabaiana, teve seu PPC atualizado em 2024, conforme a **Resolução CS/IFS n.º 223/2024**, que trata da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística. Destaca-se que esse PPC inclui a atualização de 10% da carga horária com foco na curricularização da extensão (IFS, 2022).

O Quadro 4 expõe os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no IFS, de 2016 a 2024, que se integram aos ODS.

Quadro 4. Projetos de **pesquisa e extensão** relacionados ao contexto da sustentabilidade e cumprimento dos ODS

PERÍODO	CAMPUS	PROJETOS/ N°		ODS N°	PESQUISA FREQUÊNCIA	EXTENSÃO FREQUÊNCIA
		PESQUISA	EXTENSÃO			
2016 a 2024	Aracaju	23	13	02	01	03
				04	02	05
				06	06	-
				08	-	01
				09	01	-
				11	03	01
				12	10	03
2016 a 2024	Estância	10	03	02	03	02
				04	01	-
				06	03	-
				07	-	01
				12	01	-
				14	02	-
2016 a 2024	Itabaiana	05	07	01	01	-
				02	01	01
				04	03	02
				08	-	01
				12	02	01
2016 a 2024	Lagarto	31	14	02	02	04

PERÍODO	CAMPUS	PROJETOS/ Nº		ODS	PESQUISA	EXTENSÃO
		PESQUISA	EXTENSÃO	Nº	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA
				04	04	03
				06	04	01
				07	07	01
				09	01	-
				10	01	-
				11	03	-
				12	07	04
				15	01	-
				17	01	01
2016 a 2024	N. Sra. Glória	04	04	02	01	01
				04	-	01
				08	-	01
				09	01	-
				12	02	01
2016 a 2024	Propriá	01	-	04	01	-
2016 a 2024	São Cristóvão	18	11	01	-	01
				02	03	06
				04	03	01
				06	02	-
				08	-	01
				11	-	01
				12	05	01
				14	02	-
				15	03	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), a partir de pesquisa documental através do *website*. Dados obtidos em fevereiro de 2025⁸.

Conforme o Quadro 4, referindo-se à pesquisa e extensão, nota-se que os campi de Aracaju e Lagarto se destacam com o maior número de projetos. Por outro lado, Propriá tem o menor número. Importante destacar que o *Campus* Propriá é representado por apenas 1 curso superior, o de Gestão de Tecnologia da Informação. Já o *Campus* de Aracaju é contemplado com 3 cursos de Tecnologia, 2 de Licenciatura e 1 de Bacharelado, somando 6 cursos superiores. Cabe frisar ainda que o *Campus* Lagarto é representado por 1 curso de Tecnologia, 1 de Licenciatura e 3 cursos de Bacharelado, somando 5 cursos superiores, conforme registro do PDI 2020-2025 (IFS, 2023c).

Com base no Quadro 4, nota-se a ausência dos ODS 3, 5, 10, 13, 16 e 17. É importante frisar que, mesmo não mencionados, cada projeto de pesquisa e/ou extensão pode estar vinculado a mais de um ODS, sendo contemplado de forma direta e/ou indireta. Por exemplo, o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) não figura no Quadro 4, porém mantém conexão com o ODS 6 (Água Potável e Saneamento). No geral, o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) se destaca com grande frequência, enquanto o ODS 4 (Educação de Qualidade) está presente em todos os projetos dos campi analisados.

⁸ Dados disponíveis em: <http://publicacoes.ifs.edu.br/index.php/projetos-execucao>. Acesso em: 14 fev. 2025.

Cabe destacar ainda que os projetos de pesquisa e extensão variam entre os campi. Por exemplo, Itabaiana se destaca em extensão, enquanto os demais campi apresentam uma concentração maior em pesquisa. Já o *Campus* Nossa Senhora da Glória aparece com equilíbrio no número de pesquisa e extensão.

5 CONCLUSÃO

Este estudo procurou responder de que maneira as práticas implementadas pelo Instituto Federal de Sergipe contribuem para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e quais são os desafios para sua efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, analisou importantes documentos normativos da instituição, identificando como estes estão alinhados aos ODS, propostos pela Agenda 2030 da ONU.

A análise documental evidenciou que o IFS apresenta ações conectadas aos ODS, e que no ensino e na pesquisa as práticas de sustentabilidade estão mais presentes. A extensão, por sua vez, ainda enfrenta desafios para ser plenamente incorporada aos currículos dos cursos de graduação, conforme a Resolução nº 122/2022, que determina a vinculação de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos às atividades extensionistas. Assim, evidencia-se a necessidade de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), de modo que ensino, pesquisa e extensão estejam articulados e promovam uma formação integral alinhada à Agenda 2030.

Percebeu-se que cursos como Engenharia Civil, Arquitetura e Engenharia Elétrica já incorporam alguns ODS nos currículos, embora o tema da sustentabilidade apareça sobretudo em disciplinas optativas, limitando o impacto na formação discente. Os ODS são mais presentes na pesquisa e na extensão nos *campi* de Aracaju e Lagarto, que demonstram maior envolvimento em projetos socioambientais. Ainda assim, a presença dos ODS nos currículos permanece desigual entre cursos e unidades, como evidencia o menor engajamento do *Campus* Propriá.

Os resultados obtidos indicam caminhos possíveis para que outras Instituições de Ensino Superior (IES) despertem para a importância dessa integração, não apenas como uma exigência normativa, mas como um compromisso com a formação cidadã e interdisciplinar. Ao fortalecer a comunicação entre ensino, pesquisa e extensão, o IFS contribui significativamente para a formação integral de estudantes mais conscientes e atuantes na questão socioambiental. Para a sociedade, esse movimento representa maior sensibilização dos cidadãos para o contexto das dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais ligadas aos ODS.

Por tratar-se de uma análise documental, a pesquisa apresenta limitações, pois não investigou a percepção de estudantes, docentes e técnicos, o que poderia enriquecer a compreensão sobre a efetividade das ações sustentáveis nos *campi*. Como a análise revelou desigualdades no envolvimento com os ODS entre os *campi*, seria necessário averiguar mais profundamente os fatores que dificultam ou favorecem esse engajamento.

Dessa forma, em estudos futuros, podem-se realizar pesquisas com os sujeitos da comunidade acadêmica, a fim de se obter maior entendimento de como ações sustentáveis influenciam sua formação e atuação cidadã. Também, pode-se mapear experiências exitosas de integração entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior, que podem servir de inspiração para a tomada de outras decisões sustentáveis no IFS.

Por fim, a consolidação da sustentabilidade no IFS exige a ampliação das práticas sustentáveis, a integração sistemática dos ODS aos currículos, o incentivo a projetos de pesquisa e extensão, o fortalecimento da cooperação entre os *campi*, e o investimento na formação inicial e continuada docente, reforçando o papel da instituição como agente promotor da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BAYAS ALDAZ, C. E. *et al.* Compreendendo o vínculo universidade-sustentabilidade por meio da mídia: uma perspectiva espanhola. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 12, p. 4830, 2020. DOI: 10.3390/su12124830. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/12/4830>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da república, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Institui o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRASIL. Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as normas para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução n.º 2 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Projeto Pedagógico do Curso - PROEN. **IFS**, [s. l.], 6 mar. 2018a. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ppc-proen>. Acesso em: 26 fev. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Agenda 2030: ODS - Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: Ipea, 2018b. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 26 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. IFS inicia montagem de 22 usinas fotovoltaicas em seis campi. **IFS**, [s. l.], 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/9083-ifs-inicia-montagem-de-22-usinas-fotovoltaicas-em-seis-campi>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS n.º 122, de 07 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre o Regulamento de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFS. **IFS**, [s. l.], 2022. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/propex/Documentos/Resolucao_CS-IFS_122.2022_Regulamento_de_Curricularizacao_da_Extensao_compressed.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Campus Poço Redondo implanta projeto Hortas Pedagógicas em escolas do município. **IFS**, [s. l.], 28 jul. 2023a. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/393-poco-redondo/10988-campus-poco-redondo-implanta-projeto-hortas-pedagogicas-em-escolas-do-municipio.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Chamada Pública 01/2023**: aquisição de alimentos – PNAE. 2023b. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/pregoes/2023/10991-chamada-publica-01-2023-aquisicao-de-alimentos-pnae.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Plano de Desenvolvimento Institucional do IFS. **IFS**, [s. l.], 27 jun. 2017, [2023c]. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifs>. Acesso em: 26 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS n.º 280, de 21 de novembro de 2024**. Referenda, com alterações, a Resolução CS/IFS nº 223/2024, que aprovou, ad referendum, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística, ofertado pelo campus Itabaiana do IFS. Itabaiana: CS/IFS, 2024. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/proen/CS_280_-

_Referenda_com_alteracoes_a_Resolucao_223_que_aprovou_ad_referendum_o_PPC_de_tecnologia_em_Logistica_itabaiana.pdf.. Acesso em: 26 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Projetos em execução: consulta em 2025. **SisPubli**, [s. l.], [2025]. Disponível em: <http://publicacoes.ifs.edu.br/index.php/projetos-execucao>. Acesso em: 14 fev. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). [2022]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 mar. 2025.

NAPKIN.AI. Página de Napkin AI. [2025]. Disponível em: <https://app.napkin.ai/page/CgoiCHByb2Qtb25lEiwKBFBhZ2UaJDc3ODdjMWEzLTRmNjUtNDg4Ny04ZGNkLTE5NWVkJzJYzNzhlnA>. Acesso em: 26 fev. 2025.

OLIVEIRA, M. L. **A educação para a sustentabilidade no ensino superior**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2016. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/2841/2/Meilyng%20Leone%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1 [internet]. Nova Iorque: UN, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ORTIZ, T. A.; SOUZA, S. G. H.; SILVA, F. P. da. Ensino, pesquisa e extensão: ações para implementar avanços no desenvolvimento sustentável. **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 123-135, 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/71670/39458>. Acesso em: 4 mar. 2025.

PALMA, L. C.; ALVES, N. B.; SILVA, T. N. Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 83-118, 2013.

SANTOS, J. da S.; ALMEIDA, M. A. de S. Sustentabilidade em instituição de ensino superior pública: práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 42-58, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/5448/4052>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SILVA, M. M. da; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, G. O. da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/45?utm_source=. Acesso em: 1 fev. 2025.

SORRENTINO, M. de Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (org.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p. 27-32.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/FPS4f4wWJHxPRpw4BcW33Gx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2025.

WIKIMEDIA COMMONS. **Brazil Sergipe location map**. 2011. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_Sergipe_location_map.svg. Acesso em: 20 mar. 2025.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARTIGO 3

Dados da Publicação:

COSTA, J. S. F.; SOUSA, I. F. de; SANTOS, C. A. dos; LIMA, R. G., SANTOS, L. de O.; SANTOS, M. E. F. dos; FERREIRA, M. M.; FONTES, M. M. (2026). Educação Ambiental para a sustentabilidade: uma análise das dissertações de mestrado em Turismo e Educação do Instituto Federal de Sergipe. **Revista de Geopolítica**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. e1213, 2026. DOI: 10.56238/revgeov17n1-007. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/1213>. Acesso em: 28 jan. 2026.

Título:

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM TURISMO E EDUCAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA LA SOSTENIBILIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS DISERTACIONES DE MAESTRÍA EN TURISMO Y EDUCACIÓN DEL INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Autores:

José Sérgio Filgueiras Costa
Inajá Francisco de Sousa
Carina Angélica dos Santos
Rodrigo Gallotti Lima
Luam de Oliveira Santos
Márcio Eric Figueira dos Santos
Mateus Matos Ferreira
Millena Moreira Fontes

Periódico:

Revista ReGeo (GEO), ISSN: 2177-3246
A2 QUALIS CAPES 2021-2024
Índice H (Google Acadêmico) = 12
I-10-=18

Etapas da tese:

O artigo analisa como a educação ambiental e a sustentabilidade são tratadas nas dissertações desses programas, identificando tendências temáticas, metodológicas e práticas pedagógicas associadas ao desenvolvimento sustentável.

Apresentação de acordo com norma exigida pelo PRODEMA/IFS:

Redação e apresentação nas normas da revista selecionada para submissão (A1, A2 ou A3), segundo Qualis CAPES da Área de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Idioma: Língua Portuguesa.

Ano: 2025.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DAS
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM TURISMO E EDUCAÇÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DE SERGIPE**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS OF
MASTER'S DISSERTATIONS IN TOURISM AND EDUCATION AT THE FEDERAL
INSTITUTE OF SERGIPE**

**EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA LA SOSTENIBILIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS
DISERTACIONES DE MAESTRÍA EN TURISMO Y EDUCACIÓN DEL INSTITUTO
FEDERAL DE SERGIPE**

DOI: 10.56238/revgeov17n1-007

José Sérgio Filgueiras Costa

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: sergiocostaconsultor@gmail.com

Inajá Francisco de Sousa

Doutor em Recursos Naturais

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: inajafrancisco@gmail.com

Carina Angélica dos Santos

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: carinaangelicasantos@gmail.com

Rodrigo Gallotti Lima

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: rodrigo.lima@ifs.edu.br

Luam de Oliveira Santos

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: luam.santos@ifs.edu.br

Márcio Eric Figueira dos Santos

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: marciosantos.eagroecologandobr@gmail.com

Mateus Matos Ferreira

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: mateus.biologiaufs@gmail.com

Millena Moreira Fontes

Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: millena.fontes@gmail.com

RESUMO

A educação ambiental e a sustentabilidade assumem papel relevante na formação acadêmica e na atuação profissional, especialmente em contextos educacionais e de turismo. Diante dessa premissa, este estudo problematiza como essas temáticas vêm sendo abordadas na produção científica dos programas de mestrado em Turismo e Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), no período de 2017 a 2024. Objetiva-se analisar como a educação ambiental e a sustentabilidade são tratadas nas dissertações desses programas, identificando tendências temáticas, metodológicas e práticas pedagógicas associadas ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), tendo como corpus 124 dissertações de mestrado. A análise possibilitou a identificação de unidades de registro recorrentes, tais como capacitação, sensibilização ambiental, ecoturismo e práticas pedagógicas integradas ao turismo sustentável. Os resultados evidenciam uma articulação interdisciplinar consistente entre educação e turismo, contribuindo para a formação de agentes comprometidos com a conscientização socioambiental e o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que os programas investigados desempenham papel estratégico no fortalecimento da educação ambiental para a sustentabilidade, ao integrarem fundamentos teóricos, metodológicos e práticos voltados aos desafios ambientais contemporâneos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Análise de Conteúdo. Formação Profissional.

ABSTRACT

Environmental education and sustainability play a relevant role in academic training and professional practice, especially in educational contexts and tourism. Based on this premise, this study examines how these themes have been addressed in the scientific production of the master's programs in Tourism and Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sergipe (IFS), from 2017 to 2024. The objective is to analyze how environmental education and sustainability are addressed in the dissertations of these programs, identifying thematic, methodological, and pedagogical practice trends associated with sustainable development. This is a qualitative study of a descriptive-analytical nature, grounded in content analysis as proposed by Bardin (2016), with a corpus of 124 master's dissertations. The analysis enabled the identification of recurring units of analysis, such as training, environmental awareness, ecotourism, and pedagogical practices integrated with sustainable tourism. The results reveal a consistent interdisciplinary articulation between education and tourism, contributing to the training of agents committed to socio-environmental awareness and sustainable development. It is concluded that the programs investigated play a strategic role in strengthening environmental education for sustainability by integrating theoretical, methodological, and practical foundations aimed at contemporary environmental challenges.

Keywords: Environmental Education. Sustainability. Content Analysis. Professional Training.

RESUMEN

La educación ambiental y la sostenibilidad desempeñan un papel relevante en la formación académica y en la actuación profesional, especialmente en contextos educativos y del turismo. A partir de esta premisa, este estudio problematiza cómo estas temáticas han sido abordadas en la producción científica de los programas de maestría en Turismo y Educación del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Sergipe (IFS), en el período comprendido entre 2017 y 2024. El objetivo es analizar cómo la educación ambiental y la sostenibilidad son tratadas en las disertaciones de dichos programas, identificando tendencias temáticas, metodológicas y prácticas pedagógicas asociadas al desarrollo sostenible. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, de naturaleza descriptivo-analítica, fundamentada en el análisis de contenido propuesto por Bardin (2016), teniendo como corpus 124 disertaciones de maestría. El análisis permitió identificar unidades de registro recurrentes, tales como capacitación, sensibilización ambiental, ecoturismo y prácticas pedagógicas integradas al turismo sostenible. Los resultados evidencian una articulación interdisciplinaria consistente entre educación y turismo, contribuyendo a la formación de agentes comprometidos con la concienciación socioambiental y el desarrollo sostenible. Se concluye que los programas investigados desempeñan un papel estratégico en el fortalecimiento de la educación ambiental para la sostenibilidad, al integrar fundamentos teóricos, metodológicos y prácticos orientados a los desafíos ambientales contemporáneos.

Palabras clave: Educación Ambiental. Sostenibilidad. Análisis de Contenido. Formación Profesional.

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais, cada vez mais urgentes na conjuntura global contemporânea, demandam uma educação ambiental que possa sensibilizar e capacitar indivíduos para o enfrentamento dos desafios relacionados à sustentabilidade. Nesse sentido, a Educação Ambiental (EA) visa a promoção de valores, atitudes e competências para a construção de sociedades mais responsáveis do ponto de vista socioambiental.

Nessa perspectiva, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), instituída em 2015, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um conjunto de metas globais voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável. O ODS 4, dedicado à educação de qualidade, reconhece a educação como eixo estruturante para a consecução dos demais objetivos. A meta 4.7 prevê que, até 2030, todos os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades que promovam educação para o desenvolvimento sustentável, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural (ONU, 2015).

Em consonância com essa premissa, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 72/222, de 2017, reconheceu a Educação para o Desenvolvimento Sustentável

(EDS) como “um elemento integrante do ODS sobre educação de qualidade e um facilitador-chave de todos os outros ODS” (ONU, 2017). A materialização desses princípios reflete-se em práticas concretas como a redução do consumo, o uso de transporte coletivo, o descarte seletivo de resíduos e a compostagem, entre outras.

No cenário brasileiro, a educação ambiental é definida pela Lei nº 9.795/1999, art. 1º, como processos por meio dos quais “[...] o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (Brasil, 1999), sendo este um elemento essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nesse sentido, a Educação para a Sustentabilidade, segundo Dubey, Gunasekaran e Deshpande (2017), configura-se como um processo de aprendizagem transformadora, no qual estudantes, docentes e demais sujeitos desenvolvem novas formas de pensar e agir, orientadas pela conciliação entre prosperidade econômica, diversidade ecológica e comportamentos socialmente responsáveis.

Na esfera acadêmica, a discussão das temáticas sobre sustentabilidade adquire relevância crescente. Nos cursos das áreas de Educação e Turismo, pode-se constatar uma interrelação entre educação ambiental, sustentabilidade, formação acadêmica e práticas profissionais. Nos cursos de Educação, essa formação é fundamental para preparar profissionais que fomentem práticas pedagógicas comprometidas com a conscientização socioambiental. Já nos cursos de Turismo, setor historicamente marcado por impactos ambientais, a educação ambiental assume papel decisivo na difusão de práticas sustentáveis que conciliem desenvolvimento econômico, conservação dos recursos naturais e experiências responsáveis para os visitantes.

Dada a relevância social e acadêmica da educação ambiental no fortalecimento de práticas sustentáveis, torna-se imprescindível conhecer e sistematizar a produção científica desenvolvida nas instituições de ensino superior, de modo a potencializar a articulação entre pesquisa, ensino e prática social. Nesse sentido, a análise das dissertações produzidas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) permite compreender tendências, lacunas e oportunidades existentes na produção acadêmica local, contribuindo para o aprimoramento de políticas e práticas educacionais e turísticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: *como a educação ambiental e a sustentabilidade têm sido abordadas nas dissertações de mestrado das áreas de Turismo e Educação do (IFS), no período de 2017 a 2024, considerando as tendências*

temáticas, metodológicas e pedagógicas dessa produção acadêmica?

Para responder a essa questão, o objetivo deste artigo é analisar sistematicamente as dissertações de mestrado produzidas nos programas de Pós-Graduação em Turismo (PPMTUR) e em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFS, com foco na educação ambiental e na sustentabilidade. Busca-se mapear as categorias temáticas predominantes, identificar as metodologias empregadas e destacar as práticas associadas ao turismo sustentável, contribuindo para a compreensão de como a produção acadêmica forma agentes capazes de articular teoria, prática e consciência socioambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda a Educação Ambiental para a Sustentabilidade, destacando o papel das instituições de ensino superior na formação de profissionais críticos, conscientes e engajados em práticas socioambientais. Em seguida, a seção sobre turismo sustentável e educação enfatiza a importância dos cursos na preparação de estudantes e futuros gestores turísticos para atuar de maneira responsável, promovendo atividades que respeitem o meio ambiente e valorizem as comunidades locais, sem desperceber o desenvolvimento socioeconômico.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Segundo Roos e Becker (2012), a Educação Ambiental (EA) pode ser concebida como uma metodologia integrada, na qual cada indivíduo assume o papel de ensinar e aprender, atuando de forma ativa e participativa na análise dos problemas ambientais identificados. Nesse sentido, busca-se a construção de soluções e resultados concretos, bem como a formação de outros cidadãos como agentes de transformação, mediante o “[...] desenvolvimento de habilidades e competências e pela formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania” (Roos; Becker, 2012, pp. 857–858). Graciani *et al.* (2025, p. 16) reiteram que a educação ambiental está profundamente ligada às transformações sociais, políticas e ecológicas, o que faz com que seus temas estejam em constante evolução, adaptando-se às demandas emergentes sem negligenciar os desafios de longo prazo relacionados à sustentabilidade global.

Entretanto, para que ocorra uma mudança efetiva nessa direção, é indispensável delinear

ações orientadas ao desenvolvimento integral das pessoas e à preservação da natureza. Isso implica a criação e execução de programas que fortaleçam a EA, incentivem a incorporação de práticas sustentáveis e reduzam os impactos provocados pelas atividades humanas sobre o ecossistema do qual dependemos (Zacarias, 2025).

Nessa perspectiva, Zacarias (2025), citando diversos pesquisadores, informa que há diversos métodos de EA que buscam estimular uma compreensão crítica e participativa das pessoas, oferecendo diferentes olhares para o tratamento das questões sociais e ambientais, superando a mera difusão passiva de conteúdos.

Dentre as oito abordagens assinaladas pela autora, destacam-se: a *EA Crítica*, que “[...] enfatiza a construção de um conhecimento contextualizado, que considera as especificidades locais e culturais, questionando ativamente os padrões de produção e consumo estabelecidos”; a *EA Política*, que “[...] desenvolve competências para identificação, análise e resolução de questões ambientais, preparando indivíduos para ação efetiva frente aos desafios ecológicos atuais”; a *Educação para a Sustentabilidade*, que promove “[...] conscientização crítica sobre questões socioambientais e priorizando a preservação das condições biofísicas necessárias à vida”; e *Educação para o consumo sustentável*, que “[...] adota uma visão holística que considera o ciclo de vida completo dos produtos” (Zacarias, 2025, pp. 25–27). Nos campos destacados, o tratamento das questões socioambientais vai além da transmissão reprodutiva de conteúdos, avançando para ações articuladas entre diferentes atores sociais, com foco na implementação de soluções concretas voltadas à preservação ambiental para as futuras gerações.

Como visto, a EA mantém uma relação direta com o princípio da sustentabilidade, entendida, conforme o Relatório Brundtland⁹ (ONU, 1987), como a capacidade de suprir as demandas atuais sem prejudicar as possibilidades das futuras gerações. Nesse viés, torna-se fundamental estimular uma consciência coletiva acerca da interdependência existente entre os sistemas naturais e as dinâmicas sociais (Siqueira; Alencar, 2025).

Na área das instituições de ensino brasileiras, a EA surge como prática curricular contínua, a partir da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795) (Brasil, 1999), que orientou as metodologias adequadas para ensinar a temática ambiental no contexto educativo. Contudo, no cenário das Instituições de Ensino Superior, o conceito de sustentabilidade vem sendo discutido desde 1975, com o Programa Internacional de Educação Ambiental (PNUMA), em parceria com a ONU. Segundo Barros *et al.* (2021, p. 2), “[...] desde

⁹ Conhecido como *Our Common Future* ou “Nosso futuro comum”, em português.

então, houve crescente adoção de práticas em prol da sustentabilidade, por meio do compromisso da comunidade acadêmica”.

No âmbito dos Institutos Federais (IFs) e dos demais órgãos da administração pública federal no Brasil, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) (Decreto nº 7.746/2012) estabelece diretrizes que orientam a adoção de políticas sustentáveis no desempenho de suas atribuições, abrangendo atividades operacionais, processos de compras, licitações etc. Tanto os IFs quanto as Instituições de Ensino Superior (IES), têm o compromisso de promover conhecimento voltado ao desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, com ênfase nas dimensões do ensino e da pesquisa, no eixo acadêmico, bem como nas ações operacionais, por meio da proposição e implementação de modelos de gestão de resíduos e de práticas de gestão ambiental (Barros *et al.*, 2021).

Nesse sentido, Rohrich e Takahashi (2019, p. 4) argumentam que as IES devem se organizar em duas vertentes principais: a formação acadêmica dos estudantes por meio da Educação Ambiental e a adoção de sistemas de gestão ambiental nos *campi* como exemplos de práticas sustentáveis. Dessa forma, as IES enfrentam dois desafios, a saber, o acadêmico, voltado à produção e transmissão do conhecimento e à formação de profissionais conscientes de seus impactos socioambientais, e o operacional, relacionado à implementação de práticas de responsabilidade socioambiental na gestão e nos serviços institucionais.

No contexto dos Institutos Federais, em particular no IFS, essas duas vertentes se manifestam de forma articulada à missão institucional de formação integral, científica e cidadã. No eixo acadêmico, elas se concretizam por meio da inserção da Educação Ambiental nos cursos das áreas de Educação e Turismo, promovendo a formação de profissionais críticos, capazes de compreender os impactos socioambientais de suas práticas e de atuar na transformação das realidades locais (IFS, 2013).

No eixo operacional, observa-se a implementação de práticas de gestão ambiental nos *campi*, em consonância com a Resolução CS/IFS nº 322/2025, que aprovou a Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Sergipe. O art. 3º estabelece que a sustentabilidade, no âmbito do IFS, “[...] será considerada de forma integrada em quatro dimensões essenciais: ambiental, social, econômica e tecnológica, abrangendo tanto a área educacional quanto a administrativa”. Assim, essas dimensões funcionam como espaços formativos e modelos concretos de sustentabilidade, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade.

2.2 TURISMO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO

A educação ambiental visa desenvolver a conscientização, habilidades e valores para que pessoas e comunidades atuem de forma responsável em relação ao meio ambiente (Santos; Bernardes, 2019). Sua implementação no campo educacional e turístico é vista como fundamental para a consolidação de práticas sustentáveis, e sua abordagem pedagógica deve promover a sensibilização e a capacitação técnica, articulando conhecimento e ação transformadora.

Sob essa ótica, o turismo sustentável é compreendido como o turismo que respeita os limites ecológicos, promove benefícios sociais e econômicos para a comunidade anfitriã, e contribui para a conservação ambiental (Oliveira, 2012). A educação ambiental integrada ao turismo estimula o desenvolvimento dessas práticas, ampliando a percepção crítica e a responsabilidade dos agentes envolvidos, desde turistas até gestores públicos e operadores turísticos.

Entretanto, Candioto (2011, p. 49) questiona o documento de 1996 da Organização Mundial do Turismo (OMT), que “[...] mostra-se muito mais preocupada com a sustentabilidade econômica do turismo do que com a busca por um turismo sustentável em suas dimensões”. Essa crítica evidencia o predomínio da dimensão socioeconômica nas formulações institucionais, em detrimento de uma abordagem integrada que contemple, de modo efetivo, a preservação ambiental. Para o autor, assim como no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável “[...] se fundamenta na dimensão econômica e incorpora de forma tímida as dimensões ambiental, social e cultural, entendendo-as como oportunidades e recursos para a continuidade da atividade turística” (Candioto, 2011, p. 49).

Nesse aspecto, Medeiros e Moraes (2013, p. 209) argumentam que o turismo inevitavelmente impacta o meio ambiente, podendo gerar efeitos positivos ou negativos. No entanto, os impactos adversos podem ser reduzidos ou evitados por meio de um turismo planejado e responsável, que combine “estudo prévio, planejamento e educação ambiental”. Os autores concebem que, para alcançar o turismo sustentável em toda a sua dimensão, é necessário ações integradas de educação ambiental voltadas à conscientização de turistas, da comunidade e de instituições privadas sobre a importância da preservação da natureza, o que pode ser feito por meio de uma comissão interdisciplinar liderada por um profissional de turismo.

Em síntese, Candioto (2011, p. 51), citando Silveira (2001), parafraseia o Relatório Brundtland ao definir o turismo sustentável como aquele que deve “[...] atender as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem pôr em risco a capacidade das gerações

futuras de atender as suas necessidades”, visando “[...] a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica”.

Dessa forma, o turismo sustentável deve equilibrar as necessidades atuais de turistas e das comunidades locais, garantindo a preservação ambiental, a justiça social e a viabilidade econômica para as futuras gerações. Nesse viés, os cursos de Turismo e Educação são fundamentais na formação de profissionais críticos e comprometidos com práticas responsáveis, articulando conhecimentos técnicos, consciência socioambiental e atuação ética na construção de modelos turísticos sustentáveis.

3 METODOLOGIA

Este estudo possui uma abordagem qualitativa. Para Minayo (2014), esse tipo de pesquisa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Neste caso, esta pesquisa se ocupa em investigar como a educação ambiental e a sustentabilidade são abordadas nas dissertações de mestrado em Turismo e Educação do IFS, identificando tendências temáticas, metodológicas e práticas pedagógicas associadas ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a pesquisa pode ser classificada como documental, tendo como objeto de estudo as dissertações de mestrado produzidas pelos programas mencionados. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa documental utiliza documentos como fontes de informação para analisar e compreender fenômenos, sendo as dissertações analisadas documentos oficiais que registram práticas, ideias e resultados acadêmicos.

Quanto aos objetivos, este estudo é de natureza descritiva, pois, conforme Gil (2002), tem como principal finalidade retratar as particularidades de uma população ou fenômeno específico, bem como identificar possíveis relações entre variáveis. Esse tipo de investigação utiliza, geralmente, técnicas sistematizadas de coleta de dados, além de observações organizadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa está fundamentada na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), composta de três etapas: a) pré-análise: leitura flutuante para familiarização com o conteúdo e definição dos critérios de seleção (relevância temática, rigor metodológico, impacto na área); b) exploração do material: codificação e categorização do conteúdo, classificados em categorias principais: temas, metodologias, atores envolvidos, resultados e recomendações; c) tratamento dos dados: discussão das categorias, com ênfase nas tendências e lacunas, articulando os textos com teorias e autores relevantes.

As unidades de registro identificadas nas dissertações foram organizadas em categorias temáticas, das quais emergiram aspectos como capacitação, sensibilização ambiental, ecoturismo e práticas pedagógicas integradas ao turismo sustentável. Este método possibilitou uma avaliação rigorosa do conteúdo, destacando os principais eixos temáticos e as práticas adotadas no estudo das temáticas ambientais.

O *corpus* da pesquisa é composto por 124 dissertações de mestrado produzidas no IFS, no período de 2017 a 2024, vinculadas aos programas das áreas de Turismo e Educação. Desse total, 68 trabalhos pertencem ao Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPMTUR) e 56 ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A seleção considerou como critérios de inclusão a vinculação aos referidos programas e a presença, explícita ou implícita, de discussões relacionadas à educação ambiental, à sustentabilidade, ao desenvolvimento sustentável ou ao turismo sustentável.

A interpretação dos dados buscou compreender as tendências da produção acadêmica e suas contribuições para a formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade socioambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As categorias analíticas foram estruturadas a partir dos eixos temáticos predominantes identificados nas dissertações, a saber: Educação Ambiental e Sustentabilidade Ambiental. As unidades de registro compreenderam trechos textuais, conceitos-chave, metodologias empregadas e resultados apresentados nos trabalhos analisados, conforme os procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (2016).

A leitura sistemática do *corpus* permitiu identificar, na categoria Educação Ambiental, unidades de registro relacionadas à formação humana, práticas pedagógicas, sensibilização ambiental e desenvolvimento de projetos educativos. Já na categoria Sustentabilidade Ambiental, destacaram-se unidades vinculadas ao ecoturismo, turismo sustentável, conservação ambiental, reciclagem, consumo consciente e gestão sustentável dos recursos naturais. O Quadro 1 apresenta as dissertações com suas respectivas categorias e unidades de registro.

4.1 UNIDADES DE REGISTRO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO (PPMTUR)

No Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPMTUR), do Instituto Federal de Sergipe, as dissertações produzidas entre 2017 e 2024 encontram-se organizadas e disponíveis para consulta pública no site oficial do programa¹⁰. A distribuição anual dessas produções revela que, em 2017, foi defendida uma (1) dissertação; em 2018, nove (9); em 2019, 10 (dez); nos anos de 2020 e 2021, 6 (seis) dissertações em cada período; em 2022, 5 (cinco); em 2023, observa-se um aumento expressivo, com 19 (dezenove) trabalhos; e, até 2024, foram registrados 12 (doze) trabalhos, totalizando 68 (sessenta e oito) dissertações cadastradas.

A análise do conteúdo desses documentos indica que 63 (93%) dissertações abordam de forma direta temas relacionados à sustentabilidade ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, entre outras discussões afins ao meio ambiente. Entre os exemplos destacados, encontra-se a dissertação de Bismarque França Santos, intitulada *Educação turística: uma estratégia para disseminar as terminologias do turismo na sociedade contemporânea*, defendida em 2024. Esses dados demonstram o alinhamento do programa às demandas contemporâneas por práticas turísticas sustentáveis e evidenciam a preocupação acadêmica com os impactos ambientais no setor.

Os resultados das dissertações do PPMTUR, produzidas entre 2017 e 2024, revelam um sólido engajamento com temáticas relacionadas à educação ambiental e à sustentabilidade ambiental, evidenciando o compromisso do programa com questões contemporâneas do setor turístico.

O Quadro 1 apresenta os resultados da categoria Educação Ambiental e suas respectivas unidades de registro.

Quadro 1. Resultados do Programa PPMTUR, categoria Educação Ambiental

Categoria	Unidade de Registro	Quantidade
Educação Ambiental	Capacitação	82
	Oficinas	63
	Sensibilização	46
	Projetos	18
	Turismo Pedagógico	16

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

¹⁰ Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/egressos-dissertacoes-mestrado-turismo.html>.

Conforme demonstra o Quadro 1, na categoria Educação Ambiental, observa-se a centralidade da unidade de registro *capacitação*, evidenciando uma ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à conscientização ambiental. A presença recorrente da unidade *oficinas* reforça a adoção de estratégias práticas e participativas como meio de potencializar os processos de ensino e aprendizagem. As unidades *sensibilização* e *projetos* também se destacam, indicando o papel da mobilização e da aplicação concreta de ações educativas no contexto analisado. Além disso, o uso do termo *turismo pedagógico* evidencia a relevância da integração entre práticas turísticas e processos educacionais, apontando para abordagens que articulam formação, experiência e consciência socioambiental. As unidades de registro encontradas nessa categoria convergem com Graciani *et al.* (2025, p. 17), que afirmam que “[...] a ênfase na formação de indivíduos dinâmicos, atentos ao seu entorno e dispostos à ação é central para a efetividade da educação ambiental”.

O Quadro 2 demonstra os resultados da categoria Sustentabilidade Ambiental e suas respectivas unidades de registro.

Quadro 2. Resultados do Programa PPMTUR, categoria Sustentabilidade Ambiental

Categoria	Unidade de Registro	Quantidade
Sustentabilidade Ambiental	Ecoturismo	55
	Turismo sustentável	44
	Biodiversidade	22
	Agrobiodiversidade	17
	Gestão Sustentável	8

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Conforme expressa o Quadro 2, na categoria Sustentabilidade Ambiental, a unidade de registro *ecoturismo* se destaca, evidenciando a centralidade desse segmento como vetor para o desenvolvimento sustentável regional e como campo prioritário das pesquisas desenvolvidas no programa. A recorrência do termo *turismo sustentável* reforça essa direção, indicando o alinhamento da produção acadêmica às demandas por práticas turísticas que conciliem preservação ambiental, equilíbrio social e viabilidade econômica. Nesse sentido, Santos e Bernardes (2019, p. 673) asseveram que a “Educação Ambiental (EA) apresenta-se como uma grande aliada do turismo sustentável, ao promover a tomada de consciência por meio da vivência”.

A diversidade biológica também se faz presente por meio das unidades *biodiversidade* e *agrobiodiversidade*, sinalizando o reconhecimento da importância dos ecossistemas naturais e agrícolas para a sustentabilidade e para a atividade turística. A unidade *gestão sustentável*, embora menos recorrente, configura-se como uma área em consolidação, fundamental para o

planejamento e a administração responsável dos recursos turísticos e ambientais. Sobre a gestão responsável dos recursos ambientais, Batista *et al.* (2019) inferem que os institutos federais devem atuar na divulgação de produtos e serviços, promovendo tecnologias ambientalmente sustentáveis, alinhadas à justiça social e em equilíbrio com os processos ecológicos e sua preservação.

A análise das unidades de registro evidencia uma articulação entre capacitação e sensibilização da comunidade, ações pedagógicas e projetos concretos, vinculados a modalidades turísticas como ecoturismo e turismo sustentável. Esse desenvolvimento ocorre em dois eixos: o acadêmico, voltado ao ensino e à pesquisa para a formação dos alunos, e o operacional, expresso nas práticas cotidianas dos *campi* voltadas à sustentabilidade, conforme asseveram Barros *et al.* (2021). A articulação entre teoria e prática demonstra não apenas o conhecimento acumulado, mas também a necessidade de consolidar ações educativas que promovam uma exploração turística responsável, preservando recursos naturais e valorizando o ambiente socioambiental local.

Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPMTUR demonstram um alinhamento coerente e dinâmico entre educação ambiental, sustentabilidade e esfera turística, promovendo um olhar amplo e interdisciplinar sobre os desafios atuais e futuros do turismo no Brasil.

4.2 UNIDADES DE REGISTRO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFEPT

No Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Sergipe, embora o número de dissertações seja equivalente em termos quantitativos, a presença explícita das temáticas ambientais mostra-se mais restrita.

As dissertações produzidas no período de 2019 a 2023, encontram-se disponíveis para consulta pública em portais institucionais oficiais do programa¹¹ e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Neste recorte, três dissertações abordam de forma direta temáticas relacionadas à educação ambiental e à sustentabilidade. São elas: *Aula de campo como instrumento de educação ambiental nas aulas de Biologia na EPT: uma experiência no IFS/Campus São Cristóvão*, de Ilsema dos Santos Chagas, defendida em 2023; *Água, narrativas audiovisuais como proposta em educação ambiental*, de Raphaella Esteffanne da Silva Araujo, defendida em 2019; e *TI Verde na Educação Profissional e*

¹¹ Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/egressos/produtos> e em: <https://profept.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>.

Tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Sergipe Campus Socorro, de Lucas Antonio Feitosa de Jesus, defendida em 2020. A disponibilização dessas produções em ambientes institucionais assegura a transparência e o acesso público ao conhecimento acadêmico produzido no programa.

Os resultados analisados revelam que as dissertações do ProfEPT apresentam uma diversidade significativa de unidades de registro, organizadas em duas categorias principais: Educação Ambiental (Quadro 3) e Sustentabilidade Ambiental (Quadro 4).

Quadro 3. Resultados do Programa ProfEPT, categoria Educação Ambiental

Categoria	Unidade de Registro	Quantidade
Educação Ambiental	Formação Humana	63
	Práticas Pedagógicas/Educativas	29
	Sensibilização	14
	Práticas Educativas	11

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Como explicitado no Quadro 3, na categoria **Educação Ambiental**, destaca-se a unidade de registro *formação humana*, evidenciando um enfoque expressivo no desenvolvimento crítico, ético e reflexivo dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Em seguida, a unidade *práticas pedagógicas/educativas* aponta para a valorização de ações concretas e de metodologias aplicadas ao domínio escolar, reforçando a dimensão prática da educação ambiental. As unidades *sensibilização* e *práticas educativas* indicam investimentos em estratégias voltadas à construção da consciência ambiental e à implementação de atividades de caráter prático, essenciais para a efetividade dos processos formativos e para a consolidação de atitudes comprometidas com a sustentabilidade.

A análise dessas unidades demonstra a relevância da Lei nº 14.926/2024 que, em seu artigo 5º, inciso VIII, incentiva a participação individual e coletiva, incluindo escolas de todos os níveis, em ações voltadas à prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, à contenção da perda de biodiversidade e à educação para a compreensão de riscos e vulnerabilidades frente a desastres socioambientais (Brasil, 2024).

Quadro 4. Resultados do Programa ProfEPT, categoria Sustentabilidade Ambiental

Categoria	Unidade de Registro	Quantidade
Sustentabilidade Ambiental	Conservação	17
	Reciclagem	12
	Consumo de água/abastecimento	6
	Escassez de água	5
	Reutilização	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

De acordo o Quadro 4, no que se refere à categoria Sustentabilidade Ambiental, a unidade de registro *conservação* assume maior destaque, sinalizando a valorização da proteção ambiental como recurso essencial nos estudos analisados. As unidades *reciclagem* e *consumo de água/abastecimento* evidenciam a atenção atribuída a práticas voltadas ao uso responsável dos recursos naturais e à mitigação dos impactos ambientais. A temática da *escassez de água* reforça a relevância dessa problemática nos trabalhos examinados, enquanto a *reutilização*, menos recorrente, indica uma abordagem ainda incipiente, mas com potencial para aprofundamento e ampliação em pesquisas futuras.

Nas unidades consideradas, destaca-se a importância da EA nos espaços educativos, que estrutura-se em seis objetivos principais, segundo Silva e Oliveira (2019), a saber: conscientização, conhecimento, comportamento, competência, capacidade de avaliação e participação. Esses objetivos buscam fomentar a responsabilidade ética e socioambiental dos estudantes, promovendo compreensão crítica das questões ambientais, práticas sustentáveis e engajamento ativo voltados à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A expressiva recorrência da unidade *formação humana* (Quadro 3, categoria Educação Ambiental) configura uma base teórica e prática que enfatiza o papel transformador da educação na construção de atitudes, valores e comportamentos sustentáveis, refletindo-se diretamente nas práticas pedagógicas desenvolvidas.

A articulação entre as categorias analisadas evidencia que os processos educativos investigados não se limitam à transmissão de informações, mas buscam promover sensibilização, engajamento e ações concretas voltadas à sustentabilidade, especialmente quando associadas a práticas de consumo consciente e conservação ambiental. Essa convergência reforça o caráter interdisciplinar das pesquisas e destaca a relevância de estratégias educativas capazes de responder aos desafios ambientais contemporâneos. Assim, a EA assume “[...] a forma de um processo intelectual ativo, enquanto aprendizado social, baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados” (Jacobi, 2005, p. 245). Isso requer ações interdisciplinares que abarquem as dimensões de ensino, pesquisa e extensão nos institutos federais, sobretudo no IFS, foco deste estudo.

4.3 ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL

Os dados analisados demonstram uma articulação consistente entre educação ambiental e o desenvolvimento do turismo como vetor de sustentabilidade, especialmente no PPMTUR,

destacando o ecoturismo e as práticas participativas como estratégias recorrentes para a promoção de mudanças comportamentais e ambientais.

A análise evidencia que os Programas de Pós-Graduação do Instituto Federal de Sergipe estão alinhados às demandas contemporâneas relacionadas à sustentabilidade ambiental e à educação, demonstrando um compromisso consistente com a formação de agentes capazes de atuar frente às questões socioambientais. Nessa perspectiva, o ecoturismo se consolida, nas dissertações analisadas, como uma estratégia educativa e econômica de significativo potencial transformador.

Por outro lado, a menor ênfase em temáticas como gestão sustentável e reutilização aponta para lacunas que podem ser fortalecidas em investigações futuras, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias integradas de governança ambiental que articulem turismo, educação e políticas públicas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e o caráter aplicado das dissertações revelam-se como abordagens inovadoras e necessárias para o enfrentamento dos desafios ambientais regionais, configurando um campo promissor tanto para novas pesquisas quanto para o aprimoramento das práticas pedagógicas e turísticas.

5 CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo analisar sistematicamente as dissertações de mestrado produzidas nos programas de Pós-Graduação em Turismo (PPMTUR) e em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), com foco na educação ambiental e na sustentabilidade. Para tanto, foram mapeadas as categorias temáticas predominantes, bem como suas unidades de registro, a fim de identificar as metodologias e práticas associadas ao turismo sustentável.

Os resultados demonstram que, no Programa PPMTUR, a categoria Educação Ambiental concentrou-se em capacitação, oficinas, sensibilização, projetos educativos e turismo pedagógico. Na categoria Sustentabilidade Ambiental, o destaque recaiu sobre ecoturismo, turismo sustentável, conservação ambiental, biodiversidade e agrobiodiversidade. A unidade gestão sustentável apareceu em menor número. A integração entre educação e turismo se evidenciou no uso do turismo como vetor educativo e sustentável, promovendo mudanças comportamentais e ambientais.

No Programa ProfEPT, a categoria Educação Ambiental enfatizou unidades como a formação humana, as práticas pedagógicas e a sensibilização. Já a categoria Sustentabilidade Ambiental focou em conservação, reciclagem, consumo consciente e uso responsável da água.

Nesse programa, observou-se menor ênfase em turismo, sendo seu principal foco a educação ambiental e a aplicação de práticas de sustentabilidade no contexto escolar.

Os achados reforçam o papel do ecoturismo e das práticas participativas como estratégias transformadoras no que se refere a atitudes e comportamentos mais sustentáveis. A articulação entre educação e turismo sustentável nos programas analisados demonstra que o IFS está alinhado às demandas e às agendas de sustentabilidade. Esses resultados contribuem para a formação de futuros profissionais em educação e turismo, bem como para fomentar práticas pedagógicas sustentáveis e ampliar políticas públicas voltadas à conservação/preservação do meio ambiente.

Como limitações deste estudo, destacam-se o recorte temporal e o foco restrito aos programas de pós-graduação do IFS, que poderiam ser ampliados para incluir bancos de dissertações e teses de outros institutos federais e programas, abrangendo um período maior. Além disso, sugere-se explorar de forma mais aprofundada temáticas pouco abordadas nas dissertações analisadas, como gestão sustentável, consumo de água e reutilização.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos empíricos que avaliem o impacto das dissertações na comunidade, investigando se os trabalhos acadêmicos geraram mudanças concretas de comportamento ou contribuíram de forma significativa para práticas de sustentabilidade.

Conclui-se que os programas investigados desempenham papel estratégico no fortalecimento da educação ambiental para a sustentabilidade, ao integrarem fundamentos teóricos, metodológicos e práticos voltados aos desafios ambientais contemporâneos. A discussão sobre educação ambiental e sustentabilidade é imprescindível no contexto acadêmico e turístico, reforçando o papel formativo dos institutos federais do Brasil na busca por uma sociedade mais responsável e equilibrada em termos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. E. da S. **Água, narrativas audiovisuais como proposta em educação ambiental**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Sergipe, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8554383. Acesso em: 15 nov. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, A. C. de S. *et al.* Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): uma análise preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos

Institutos Federais (IFs). In: **USP International Conference in Accounting**, 21., São Paulo, 28 a 31 de julho de 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3488.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2025.

BATISTA, A. S. *et al.* Gestão Ambiental nas Universidades Públicas Federais: A Apropriação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável a Partir da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 13, n. 44, p. 276–292, 2019. DOI: 10.14295/online.v13i44.1615. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/1615>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. DF: Presidência da República, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Página 1, Brasília, DF, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm>. Acesso em: 28 dez. 2025.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Formação (Online)**, [s. l.], v. 1, n. 16, p. 48–59, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v1i16.861. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861>. Acesso em: 8 dez. 2025.

CHAGAS, I. dos S. **Aula de campo como instrumento de educação ambiental nas aulas de Biologia na EPT: uma experiência no IFS/Campus São Cristóvão**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13746257. Acesso em: 20 nov. 2025.

DUBEY, R.; GUNASEKARAN, A.; DESHPANDE A. Building a comprehensive framework for sustainable education using case studies. **Industrial and Commercial Training**, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 33–39, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/ICT-08-2016-0051>. Acesso em: 6 dez. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACIANI, C. *et al.* Educação ambiental no Brasil em bases indexadas: modelagem de tópicos para identificação de assuntos emergentes. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 276–297, jan./abr. 2025. DOI:

10.63595/remea.v42i1.16631. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/16631/11727>. Acesso em: 28 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. Conselho Superior. **Resolução CS/IFS n.º 322, 28 de julho de 2025**. Aprova a Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Sergipe. Aracaju: IFS/CN, 2013. Disponível em:
https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2025/DDI/CS_322_-_Aprova_a_politica_de_sustentabilidade_do_IFS.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo**. Aracaju: IFS, 2013. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/DAA/ppc/PPC_Guia_de_Turismo_-_08.05.2013.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233–250, maio/ago. 2005. DOI: 10.1590/S1517-97022005000200007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2025.

JESUS, L. A. F. de. **TI Verde na Educação Profissional e Tecnológica**: um estudo de caso no Instituto Federal de Sergipe – Campus Socorro. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9396951. Acesso em: 18 nov. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, L. da C.; MORAES, P. E. S. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 197–234, 2013. DOI: 10.22292/mas.v3i2.181. Disponível em:
<https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/181>. Acesso em: 18 dez. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **ONU**, [s. l.], 13 out. 2015. Disponível em:
<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, [s. l.], v. 26, n. 2, e2861, 2019. DOI: 10.1590/0104-530X2861-19. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/gp/a/TzcyKHqQnPBmVNkkP3fNkfd/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ROOS, A.; BECKER, E. L. S. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (REGET)**, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 857–866, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/4259/3035>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SANTOS, B. F. **Educação turística**: uma estratégia para disseminar as terminologias do turismo na sociedade contemporânea. 2024. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2024. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Mestrado_Turismo/DISSERTA%C3%87%C3%83O_BISMARQUE_-_VERS%C3%83O_FINAL.pdf. Acesso em: 9 dez. 2025.

SANTOS, G. N. C.; BERNARDES, M. B. J. Turismo sustentável e educação ambiental: dois importantes aliados na promoção do desenvolvimento sustentável. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 29, n. 58, p. 673–683, 2019. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2019v29n58p673. Disponível em: <http://observatoriodgeografia.uepg.br/files/original/0d91d61e6d35ae955d1e9386f13862436bda7230.pdf> . Acesso em: 5 nov. 2025.

SILVA, W. I.; OLIVEIRA, J. G. R. de. Práticas de Educação Ambiental nas aulas de geografia do ensino médio: reciclando velhos hábitos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 316–361, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2706>. Acesso em: 29 dez. 2025.

SIQUEIRA, Cláudio Alves; ALENCAR, Janaina Kawata de. Educação Ambiental como Ferramenta para a Sustentabilidade: Práticas e Desafios. **Scientific Journal ANAP**, [s. l.], v. 3, n. 12, p. 731–724, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/5591>. Acesso em: 18 dez. 2025.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Resolution n. 72/222**. Education for sustainable development in the framework of the 2030 Agenda for Sustainable Development. ONU, [s. l.], 20 Dec. 2017. Disponível em: <https://docs.un.org/en/a/res/72/222>. Acesso em: 1 dez. 2025.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development**: Our Common Future. Nova York: ONU, 1987. Disponível em: <https://www.are.admin.ch/en/1987-brundtland-report>. Acesso em: 5 dez. 2025.

ZACARIAS, C. M. O. **Percepções da integração de práticas ESG e educação ambiental no zoo de Brasília**. 87 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/3645/2/CybeleZacariasDissertacao2025.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo geral analisar as práticas de educação ambiental e sustentabilidade no Instituto Federal de Sergipe (IFS), examinando sua integração nos Projetos Pedagógicos dos cursos superiores, o diálogo das ações socioambientais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as abordagens temáticas, metodológicas e pedagógicas presentes nas dissertações dos programas de mestrado em Turismo e Educação. Estruturada no formato *multipaper*, a pesquisa foi organizada em três artigos, os quais, de forma articulada, contribuíram para a consolidação da tese aqui defendida.

Este estudo foi apresentado na primeira seção, que abordou a motivação, a relevância, a justificativa e o ineditismo da pesquisa, bem como a definição de seu formato. A introdução expôs o problema de pesquisa e a tese que o sustenta, além dos objetivos, da estrutura do trabalho e do produto proposto como forma de devolutiva à comunidade local e acadêmica, materializado em um glossário de verbetes e termos socioambientais, além dos três artigos elaborados. A revisão de literatura discutiu o arcabouço teórico da educação para a sustentabilidade e as possibilidades de incorporação dos ODS às ações educativas nesse campo. A seção metodológica, por sua vez, detalhou a tipologia da pesquisa, os métodos adotados, as etapas desenvolvidas e o contexto institucional em que o estudo foi realizado.

Na sequência, foram apresentados os artigos, os quais corresponderam a cada um dos objetivos específicos da pesquisa, contemplando seus objetivos, o referencial teórico, as decisões metodológicas, os resultados alcançados, suas implicações e as conclusões parciais.

Dito isso, a seguir, apresentam-se a síntese dos principais resultados obtidos, as contribuições da pesquisa para o Instituto Federal de Sergipe (IFS), bem como as limitações do estudo e as sugestões para investigações futuras.

6.1 RETOMANDO OS RESULTADOS APRESENTADOS NOS ARTIGOS

Os resultados do artigo 1 – *Percursos sustentáveis no ensino: uma jornada pela integração da educação ambiental nos projetos pedagógicos do Instituto Federal de Sergipe (IFS)* – revelaram a importância da interdisciplinaridade na abordagem da sustentabilidade nos currículos acadêmicos. A inclusão de temas ambientais nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) constitui um passo relevante para fomentar uma cultura de responsabilidade socioambiental entre estudantes e servidores. Contudo, persistem desafios, como a necessidade de formação continuada dos docentes e a criação de espaços institucionais adequados para a

discussão e a implementação dessas práticas. Ademais, destaca-se a importância de consolidar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, integrando-a à gestão organizacional por meio de processos comunicativos estruturados, capazes de potencializar os resultados em benefício da sociedade. No que se refere aos cursos de licenciatura analisados — Matemática, Química, Física e Ciências Biológicas —, observa-se que os PPCs de Ciências Biológicas e Química conferem maior ênfase a conteúdos relacionados à educação ambiental, evidenciando a incorporação de temáticas e abordagens específicas da área. Em contrapartida, nos cursos de Matemática e Física, não se identificam componentes curriculares ou conteúdos que tratem explicitamente da educação ambiental, revelando lacunas na integração dessa temática aos percursos formativos.

Verifica-se, portanto, a necessidade de integrar a sustentabilidade de forma sistêmica às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, superando iniciativas pontuais e fragmentadas.

Os resultados do artigo 2 – *Trilhando caminhos sustentáveis: uma análise das práticas do Instituto Federal de Sergipe à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* – indicaram que o IFS desenvolve ações alinhadas aos ODS, com maior presença das práticas de sustentabilidade nas atividades de ensino e pesquisa. Contudo, a extensão ainda enfrenta dificuldades para ser plenamente incorporada nos currículos dos cursos de graduação, conforme estabelecido pela Resolução n.º 122/2022 (Anexo B), que exige a destinação mínima de 10% da carga horária para atividades extensionistas. Isso evidencia a necessidade de revisão dos PPC, visando integrar ensino, pesquisa e extensão para uma formação integral alinhada à Agenda 2030.

Observou-se que cursos como Engenharia Civil, Arquitetura e Engenharia Elétrica já contemplam alguns ODS em seus currículos, embora o tema da sustentabilidade ainda esteja concentrado, em grande parte, em disciplinas optativas, reduzindo seu impacto na formação dos estudantes. As ações relacionadas aos ODS são mais expressivas nas atividades de pesquisa e extensão nos *Campi* de Aracaju e Lagarto, com maior engajamento em projetos socioambientais. No entanto, a integração dos ODS ao ensino ainda é desigual entre os cursos e as unidades, como evidencia-se no *Campus* Propriá.

O IFS desenvolve diversas ações sustentáveis voltadas à promoção da sustentabilidade socioambiental, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, com destaque para o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Entre essas iniciativas, destacam-se as hortas pedagógicas no Campus Poço Redondo, que

promovem a educação ambiental de forma prática e incentivam a conscientização quanto ao uso sustentável dos recursos naturais. Soma-se a essas ações a implantação de usinas fotovoltaicas em seis *campi* do IFS, reforçando o compromisso institucional com a adoção de energias renováveis. Tais iniciativas evidenciam o empenho do IFS em integrar critérios socioambientais à gestão institucional e em fomentar valores e atitudes sustentáveis no âmbito da comunidade acadêmica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e ambientalmente responsável.

Os resultados do artigo 3 – *Educação ambiental para a sustentabilidade: uma análise das dissertações de mestrado em turismo e educação do Instituto Federal de Sergipe* – evidenciaram que a produção acadêmica *stricto sensu* do IFS incorpora, de maneira diferenciada, as temáticas da educação ambiental e da sustentabilidade ambiental, a depender do programa de pós-graduação analisado. A análise de conteúdo, com base na metodologia de Bardin (2016), revelou padrões nas categorias Educação Ambiental e Sustentabilidade Ambiental nos programas PPMTUR e ProfEPT. Destacam-se como unidades de registro capacitação, oficinas, ecoturismo e formação humana, articuladas a práticas pedagógicas participativas, sensibilização comunitária e ações de conservação vinculadas a processos educativos transformadores.

O artigo comprovou que a articulação entre as categorias Educação Ambiental e Sustentabilidade Ambiental demonstra que as pesquisas desenvolvidas no IFS ultrapassam a perspectiva informativa, demonstrando um caráter interdisciplinar, aplicado e transformador. Entretanto, é preciso ampliar e sistematizar essas abordagens, especialmente no que se refere à gestão sustentável, à reutilização de recursos e à integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão organizacional, consolidando a EA como essencial às práticas formativas e ao desenvolvimento socioambiental no instituto.

Esses resultados confirmam os objetivos da pesquisa ao evidenciar o alinhamento entre a produção acadêmica e as demandas socioambientais, em consonância com autores como Jacobi (2005) e Santos e Bernardes (2019), que compreendem a educação ambiental como um processo dialógico e interdisciplinar. Infere-se que as dissertações analisadas buscam promover uma consciência crítica e engajada, com potencial de fomentar práticas sustentáveis por meio da produção acadêmico-científica. Embora a análise evidencie a convergência entre ensino, pesquisa e extensão, limita-se pela ausência de triangulação com outras fontes de dados ou contextos institucionais mais amplos, indicando a necessidade de estudos futuros que investiguem os impactos dessas práticas na formação profissional e nas políticas públicas.

6.2 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Os resultados obtidos por meio da análise documental evidenciam que o Instituto Federal de Sergipe tem avançado de forma significativa na integração da sustentabilidade em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Essa incorporação não apenas revela alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o Objetivo 4 – que preconiza uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade –, como também expressa um compromisso institucional com a formação de cidadãos críticos e conscientes das questões socioambientais. Dessa forma, os achados da pesquisa corroboram a tese defendida neste estudo.

Nesse contexto, a aprovação da Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Sergipe, por meio da Resolução CS/IFS nº 322, de 28 de julho de 2025 (Anexo C), configura-se como um marco institucional relevante. Essa normativa impulsiona a estruturação e o parametrização das ações sustentáveis nos âmbitos educacional e administrativo, conferindo maior robustez às iniciativas em curso. Ancoradas em planejamento estratégico e em mecanismos de acompanhamento contínuo, tais ações fortalecem o alinhamento entre as práticas institucionais e os princípios da educação ambiental, ampliando a capacidade do IFS de promover transformações efetivas em direção à sustentabilidade integral.

Ressalta-se que se faz necessária a sensibilização de gestores e equipes técnicas, como condição fundamental para a eficiência das ações de educação ambiental e sustentabilidade. Destaca-se, nessa direção, a importância de que o processo educativo seja incorporado como prática cotidiana na esfera da Pró-Reitoria e do corpo diretivo, envolvendo de forma integrada toda a comunidade interna – servidores, colaboradores e discentes – e estendendo-se ao público externo que mantém vínculos com a instituição. Tal movimento contribui para a consolidação de uma cultura institucional sustentável, compartilhada e duradoura.

Além das contribuições institucionais, o estudo evidencia possibilidades de que outras Instituições de Ensino Superior potencializem a integração dos ODS em suas ações não apenas como cumprimento de exigências normativas, mas como um compromisso ético com a formação cidadã e interdisciplinar. Ao fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão o IFS contribui para a formação de estudantes mais conscientes e participativos nas questões socioambientais, ampliando, para a sociedade, a sensibilização acerca das dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais associadas aos ODS.

Em síntese, esta pesquisa reafirma a Educação Ambiental como uma prática contínua e dinâmica, que exige o envolvimento ativo de todos os setores institucionais. A

interdisciplinaridade entre educação profissional e tecnológica, ciências ambientais e políticas públicas é crucial para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas inovadoras, que possam promover a sensibilização crítica frente aos desafios ambientais contemporâneos. Nessa perspectiva, é essencial que as IES sigam fortalecendo suas estratégias de sustentabilidade no segmento do tripé ensino-pesquisa-extensão, não apenas como resposta a demandas legais, mas como compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, tendo a educação como ponto central desse processo

Como limitação da pesquisa, destaca-se que nem todas as práticas socioambientais e de sustentabilidade ambiental analisadas dispõem de processos sistemáticos de avaliação e de registros documentais consolidados, o que restringe análises mais aprofundadas sobre seus desdobramentos. Nesse sentido, sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação e o fortalecimento dos processos de avaliação e da produção de relatórios institucionais, de modo a subsidiar estudos documentais mais densos no âmbito IES.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Página 1, Brasília, DF, 18/7/2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14926-17-julho-2024-795975-publicacaooriginal-172450-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação ambiental no currículo é chave para sustentabilidade. **MEC**, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/junho/educacao-ambiental-no-curriculo-e-chave-para-sustentabilidade>. Acesso em: 8 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 322, de 28 de julho de 2025**. Aprova a Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Sergipe. Aracaju: Conselho Superior do Instituto Federal de Sergipe, 2025. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2025/DDI/CS_322_-_Aprova_a_politica_de_sustentabilidade_do_IFS.pdf. Acesso em: 4 fev. 2026.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233–250, maio/ago. 2005. DOI: 10.1590/S1517-97022005000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvNkVNrqsHspWH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2025.

SANTOS, G. N. C.; BERNARDES, M. B. J. Turismo sustentável e educação ambiental: dois importantes aliados na promoção do desenvolvimento sustentável. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 29, n. 58, p. 673–683, 2019. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2019v29n58p673. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/0d91d61e6d35ae955d1e9386f13862436bda7230.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

APÊNDICE A – GLOSSÁRIO DE TERMOS E VERBETES SOCIOAMBIENTAIS

GLOSSÁRIO DE TERMOS E VERBETES SOCIOAMBIENTAIS

José Sérgio Filgueiras Costa (coordenador)
Aline Ramos Soares Bezerra
Beatriz da Silva Lima Moreira
Caciana Costa Feitosa
Inajá Francisco de Sousa
Marcio Eric Figueira dos Santos
Mateus Matos Ferreira
Ruana Michela Santos Cardoso
(Organizadores)

Monocultura

Desertificação Ecologia

Agenda 21

Adubação verde

Agrofloresta

Ecopedagogia

A3P

MMA

PNRS

Aquecimento Global

Agricultura Orgânica

Coleta Seletiva

Agroecologia

CONAMA

Mangue

Educação Ambiental

IBAMA

EDS

Sustentabilidade

Impacto Ambiental

ICMBio

PNRH

Extrativismo

Percepção Ambiental

Húmus

CAR

PANCs

Compostagem

Impacto Ambiental

Manejo Sustentável

RIMA

Bioeconomia

Efeito Estufa

PNEA

APP

ANA

ODS

ETA

EIA

PNUMA

Biodiversidade

Zoneamento Ambiental

RPPN

Camada de Ozônio

Bem Viver

ETE Flona

ProNEA

Extrativismo

Licitação Sustentável

Bioma

Primavera Silenciosa

Cerca Viva

Unidade de conservação



Aracaju-EDIFS

2024

Figura 5 – QR-code do Glossário de Ternos e Verbetes Socioambientais



Link de acesso ao Glossário:

<https://drive.google.com/file/d/1QF9UdtpviiBXzU0KMHIV-7UaANQPwvas/view?usp=sharing>

ANEXO A – AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PROMOVIDAS PELO IFS

Figura 6 – Hortas Pedagógicas no campus Poço Redondo



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/393-poco-redondo/10988-campus-poco-redondo-implanta-projeto-hortas-pedagogicas-em-escolas-do-municipio.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 7 – Disponibilidade de vagas para pessoas trans, refugiadas e imigrantes



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10986-ifs-inclua-em-seus-processos-seletivos-vagas-para-pessoas-trans-refugiadas-e-imigrantes.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 8 – Projeto que traz a importância da rede de esgoto

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Projeto sensibiliza sobre importância da ligação com rede de esgoto

Escrito por ADRIANE CABRAL CASADO | Criado: Terça, 23 de Fevereiro de 2021, 12h22 | Publicado: Quarta, 24 de Fevereiro de 2021, 08h00 | Última atualização em Quinta, 25 de Fevereiro de 2021, 11h42

Postar Compartilhar Salvar Curtir Compartilhar



Trabalho de extensão utilizou redes sociais e diálogo direto com moradores do Bairro Jabutiana para informar sobre a necessidade ambiental e de saúde pública do esgotamento sanitário.

O bairro Jabutiana, localizado na zona oeste do município de Aracaju, é atualmente uma das regiões mais populosas da capital sergipana, fruto de projetos de habitação, além da valorização imobiliária e comercial impulsionada nas últimas décadas. Por outro lado, a rede de esgoto não conseguiu acompanhar a rápida expansão da região e, por isso, os resíduos domésticos estão contribuindo há 35 anos para a poluição do Rio Poxim.



É o material produzido pelo uso de pia, lavatório, vaso sanitário, ducha sanitária, água de banho, bebedouro, mictório ou qualquer dispositivo que utilize água para fins domésticos, que acaba sendo lançado diretamente em um curso de água considerado importante para o abastecimento da cidade. Sendo assim, um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibix), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), desenvolveu produtos educacionais para informar e sensibilizar a comunidade do bairro sobre a responsabilidade deles, bem como a importância ambiental e de saúde pública da correta destinação do esgoto residencial.

Fonte: Disponível em: <https://ifs.edu.br/ultimas-noticias/9235-projeto-sensibiliza-sobre-importancia-da-ligacao-com-rede-de-esgoto>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 9 – Participação do IFS em evento sobre reaproveitamento da água

SUSTENTABILIDADE

Pesquisa de aluna sobre reutilização de água é selecionada para Campus Party

Escrito por GERALDO BULHOES BITTENCOURT FILHO | Criado: Terça, 18 de Julho de 2017, 14h31 | Publicado: Terça, 18 de Julho de 2017, 14h31 | Última atualização em Segunda, 20 de Novembro de 2017, 09h54



IFS CAST

Próxima edição do evento de inovação vai acontecer de 9 a 13 de agosto, em Salvador

Desde ontem, a estudante Brunna Suellen Martins Barreto, do curso de redes de computadores do Instituto Federal de Sergipe – Campus Lagarto, está vibrando de alegria: o seu trabalho foi selecionado para fazer parte da Campus Party, maior evento de inovação tecnológica realizado no

Brasil. A pesquisa trata da reutilização da água expelida no ar condicionado e tem como propósito o incentivo à sustentabilidade.

Foto: divulgação

Ouçã a matéria.



Fonte: Disponível em: <https://ifs.edu.br/noticias/5771-pesquisa-sobre-reaproveitamento-de-agua-de-ar-condicionado-e-selecionada-para-maior-evento-de-inovacao-do-brasil.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 10 – IFS monta usinas fotovoltaicas



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/9083-ifs-inicia-montagem-de-22-usinas-fotovoltaicas-em-seis-campi#:~:text=O%20Instituto%20Federal%20de%20Sergipe,contribuir%20com%20o%20meio%20ambiente.>
Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 11 – IFS faz acordo de Cooperação Técnica



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10838-ifs-assina-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-receita-federal#:~:text=O%20Instituto%20Federal%20de%20Sergipe,antes%20sujeitas%20C3%A0%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20ou.> Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 12 – IFS oferta curso de Português como Língua Adicional



The screenshot shows the website of the Instituto Federal de Sergipe (IFS). The header is green with the IFS logo and name. Below the header is a navigation bar with links like Webmail, Biblioteca, CPA, Programa de Gestão, Calendários, SEI, Pesquisa Pública, Sistemas, Ouvidoria, and Fale conosco. The main content area has a sidebar on the left with links like ACESSO À INFORMAÇÃO, Institucional, Ações e Programas, Participação Social, Auditorias, Convênios e Transferências, Receitas e Despesas, Licitações e Contratos, Servidores, Informações Classificadas, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Perguntas Frequentes, and Dados Abertos. The main content area has a title 'IFS oferta curso de Português como Língua Adicional' and a sub-header 'EAD'. The text below the title states that the course is offered by the Instituto Federal de Sergipe through the Assessoria de Relações Internacionais. It mentions that the course is for immigrants or refugees of any nationality, not belonging to the IFS academic community, with age equal to or greater than 16 years, independent of school level. It also states that the course is offered in the non-presential (EAD) modality, with synchronous classes. The text concludes by stating that interested parties must register via the FORMULÁRIO and that the selection will be made by order of registration.

Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/noticias-ead/11543-ifs-oferta-20-vagas-em-curso-de-portugues-como-lingua-adicional.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 13 – Portaria cria Memorial do IFS



Fonte: Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/2Memorial/Cria%C3%A7%C3%A3o_do_Memorial_do_IFS.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 14 – IFS promove Semana do Meio Ambiente



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/10143-ifs-por-meio-da-propex-abre-inscricoes-para-a-semana-de-meio-ambiente>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 15 – IFS ofertará Especialização a Distância



Fonte: Disponível em: [https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/11309-em-parceria-com-a-ufs-ifs-ofertara-especializacao-a-distancia-em-docencia-para-ept.html#:~:text=P%C3%93S%2DGRADUA%C3%87%C3%83O-,Em%20parceria%20com%20a%20UFS%2C%20IFS%20ofertar%C3%A1%20especializa%C3%A7%C3%A3o,dist%C3%A2ncia%20em%20Doc%C3%AAncia%20para%20EPT&text=Um%20momento%20in%C3%A9dito%20para%20C3%A1rea,gradua%C3%A7%C3%A3o%20\(especializa%C3%A7%C3%A3o\)%20a%20dist%C3%A2ncia](https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/11309-em-parceria-com-a-ufs-ifs-ofertara-especializacao-a-distancia-em-docencia-para-ept.html#:~:text=P%C3%93S%2DGRADUA%C3%87%C3%83O-,Em%20parceria%20com%20a%20UFS%2C%20IFS%20ofertar%C3%A1%20especializa%C3%A7%C3%A3o,dist%C3%A2ncia%20em%20Doc%C3%AAncia%20para%20EPT&text=Um%20momento%20in%C3%A9dito%20para%20C3%A1rea,gradua%C3%A7%C3%A3o%20(especializa%C3%A7%C3%A3o)%20a%20dist%C3%A2ncia). Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 16 – IFS lança Cartilha Digital para assistir estudantes



Fonte: Disponível em:

https://www.ifs.edu.br/images/Ascom_Itabaiana/Cartilha_Digital_de_Orientacao_da_Politica_de_Assistencia_Estudantil.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 17 – IFS faz chamada pública para aquisição de alimentos PNAE



Fonte: Disponível e: <https://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/pregoes/2023/10991-chamada-publica-01-2023-aquisicao-de-alimentos-pnae.html> Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 18 – IFS lança Projeto Vida Nova



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/guia-do-servidor/315-hotsite-progef/10777-projeto-vida-nova>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Figura 19 – Projeto Visibilizando as Diferenças no IFS



Fonte: Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/guia-do-servidor/315-hotsite-progef/10865-projeto-visibilizando-as-diferencas-no-ifs>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ANEXO B – CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 122, DE 07 DE JANEIRO DE 2022

Dispõe sobre o Regulamento de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o Processo IFS nº 23060.001558/2021-36,

Resolve:

1- APROVAR, ad referendum, o Regulamento de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação, presenciais e a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

2- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aracaju, 07 de janeiro de 2022.

Alysson Santos Barreto
Presidente do Conselho Superior/IFS em exercício

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

CONSELHO SUPERIOR

REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFS**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Curricularização da Extensão tem por objetivo: intensificar, aprimorar e articular atividades de extensão, possibilitando mais processos de aprendizagem aos discentes, sob os seguintes princípios, emanados especialmente do artigo 207 da Constituição Federal, dos artigos 6º e 7º da Lei 11.892/2008, do artigo 43, inciso VII, da Lei 9.394/1996 e da Portaria Nº 983, a 18 de Novembro de 2020:

I - Integração entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da trajetória acadêmica no respectivo curso;

II - Interação entre docentes, técnicos administrativos e discentes no desenvolvimento de atividades de extensão;

III - Atendimento de demandas da comunidade externa, promovendo aplicação de soluções acadêmicas ou institucionais às questões do meio social, especialmente junto a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental;

IV - Estímulo ao desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APL's);

V - Reconhecimento da formação do profissional cidadão, mediante a participação em espaços de produção de conhecimentos significativos, para a auxiliar na superação das desigualdades sociais.

VI - Garantia de atuação dos estudantes em desenvolver atividades profissionais em ambientes externos ao acadêmico.

Art. 2º O presente Regulamento tem por finalidade: cumprir a meta 12 da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece “[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, bem como segue as diretrizes para extensão na educação superior brasileira.

Art. 3º A Curricularização da Extensão baseia-se na adição de atividades de extensão de cursos graduação, devendo envolver, preferencialmente, docentes, técnico-administrativos e discentes, por meio de componentes curriculares, programas, projetos, estágio supervisionado, prestação de serviços, produtos, processos e cursos, com ênfase no desenvolvimento regional, eventos e trabalhos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

conclusão de cursos de natureza extensionista e deve observar aspectos técnicos, culturais, artísticos, políticos, sociais, ambientais e econômicos.

Parágrafo único. A extensão deve atender à especificidade de cada curso e abranger a diversidade das ações, mantendo seu caráter inerente de envolvimento com a comunidade.

Art. 4º Este regulamento se aplica a todos os Cursos de Graduação do IFS (Licenciaturas, Bacharelados, Cursos Superiores de Tecnologia) em todos os campi.

Art. 5º A Curricularização da extensão deve seguir os princípios, conceitos, abrangências e orientações do Regulamento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Extensão do IFS e da Política de Inovação do IFS.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 6º A extensão constitui um processo educativo, dialógico, cultural, político, social, científico, tecnológico e popular, que promove a interação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Art. 7º Programa de extensão é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar.

Art. 8º Projeto de extensão é um conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural e/ou tecnológico com objetivos específicos, com prazo determinado e que pode ser vinculado ou não a um programa.

Art. 9º Unidades Curriculares Específicas de Extensão são componentes curriculares que promovem a integração de disciplinas de um determinado semestre, em torno de um eixo temático, na elaboração de atividades de extensão a partir dos conteúdos trabalhados no âmbito do ensino, com socialização e discussão dos resultados junto à comunidade.

Art. 10. Componentes curriculares não específicos de extensão: são as disciplinas do curso, previstas em seus PPC's, nas quais uma parte da carga horária é contabilizada com a realização de atividades de extensão.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Art. 11. Para o cumprimento do percentual mínimo de 10% (dez por cento) de atividades extensionistas nas matrizes curriculares dos cursos de graduação do IFS, tais atividades estarão previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das seguintes formas:

I - Como Unidades Curriculares Específicas de Extensão e/ou;

II - Como parte de Componentes Curriculares Não Específicos de Extensão.

Art. 12. As unidades curriculares específicas de extensão serão realizadas mediante consulta ao NDE, definidas e validadas pelos Colegiados dos Cursos e incluídos nos respectivos PPC's.

Art. 13. Dentre os componentes curriculares não específicos de extensão que terão parte de sua carga horária destinada às atividades extensionistas, serão considerados:

I - Projeto Integrador, o qual será elaborado por um ou mais cursos;

II - Estágio supervisionado obrigatório, em percentual não superior a 10% da carga horária total da disciplina, desde que seja previsto no PPC e que seja apresentado o projeto de extensão, aprovado pelo colegiado do curso;

III - O estágio não obrigatório poderá ser incluído como ação de extensão, quando desenvolvido por meio de programas e projetos sociais, desde que aprovado pelo Colegiado do Curso, e previsto no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), sendo evitada a duplicidade na contabilização da carga horária;

IV - Programas e Projetos de extensão, os quais deverão seguir o Regulamento de Pesquisa aplicada, Inovação e Extensão do IFS;

V - Outros dispositivos de práticas extensionistas.

Art. 14. Em atividades de extensão estará prevista a participação de docentes e discentes. É facultativa a participação dos técnicos administrativos do IFS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO IV

DOS COMPONENTES CURRICULARES NÃO ESPECÍFICOS DE EXTENSÃO

Art. 15. Trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão em componentes curriculares não específicos de extensão previstos no PPC.

Parágrafo único. A inclusão da carga horária de extensão dar-se-á na matriz curricular e nas respectivas ementas dos componentes que constam no PPC.

Art. 16. A descrição das atividades de extensão a serem desenvolvidas serão detalhadas no plano de ensino do respectivo componente curricular, das seguintes formas:

I - Prestação de Serviços: realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros, de ordem intelectual ou mão de obra física e/ou produtos, vinculado ao Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), com objetivo de aperfeiçoar a prática profissional discente.

II - Produtos e Processos Tecnológicos: atividades não-rotineiras de consultoria e assessoria, orientadas por professor do curso, com agregado tecnológico para o mundo produtivo;

III - Eventos: constituem-se em ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com público específico, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFS, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia;

IV - Empreendedorismo: promoção, constituição e participação de discentes em projetos de empresa juniores tanto em fase de implantação quanto em funcionamento, empreendimentos solidários e cooperativismo e outras ações voltadas à identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando à proatividade na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa-inovação e extensão;

V - Cursos: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, orientada por professor do curso, planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular, com carga horária mínima de 20 horas e com critérios de avaliação definidos;

VI - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de natureza extensionista: desde que validado pelo respectivo Colegiado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO V

DAS UNIDADES CURRICULARES ESPECÍFICAS DE EXTENSÃO

Art. 17. Trata-se da criação de uma ou mais unidades curriculares específicas de extensão, que estarão na estrutura curricular do curso sob a denominação de Práticas Curriculares em Sociedade, que serão avaliadas por meio de conceito, em conformidade com o Regulamento de Organização Didática do IFS.

Parágrafo único. Quando houver mais de uma unidade curricular específica de extensão, esta denominar-se-á Práticas Curriculares em Sociedade I, Práticas Curriculares em Sociedade II, e assim por diante.

Art. 18. As Práticas Curriculares em Sociedade são unidades curriculares que tem por objetivo:

- I - Abordar a relevância das práticas de extensão na formação acadêmica;
- II - Entender a importância da extensão no desenvolvimento de habilidades procedimentais e atitudinais;
- III - Ressignificar saberes por meio de ações extensionistas que articulem teoria e prática numa perspectiva interdisciplinar;
- IV - Desenvolver projeto de extensão aliando a teoria da sala de aula à prática na comunidade. (discutir manutenção do texto integral)

Art. 19. A carga horária atribuída à(s) Práticas Curriculares em Sociedade poderá(ão) contemplar:

- I - Programa (carga horária mínima 80 horas): conjunto integrado de pelo menos dois projetos e outras atividades de extensão, de caráter contínuo, regular, multidisciplinar e indissociável à pesquisa e ao ensino, com a participação de discentes, servidores e da comunidade externa, alinhado ao Planejamento Estratégico do IFS.
- II - Projeto (carga horária mínima de 40 horas): iniciativas processuais, coerentes e contínuas que, articuladas, visam ao cumprimento de objeto único em prazo determinado, vinculado ou não a Programa, com delimitação teórica e detalhamento de recursos necessários à execução. Deve conter objetivos geral e específicos, claros e tangíveis, indissociáveis da pesquisa e do ensino, com a atuação de discentes e servidores e a participação da comunidade externa, alinhados ao Planejamento Estratégico do IFS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO VI

DOS FLUXOS

Art. 20. A proposta de atividade de extensão deverá ser encaminhada pelo coordenador do projeto à Coordenação do Curso para parecer técnico do Colegiado de Curso e verificação quanto aos seguintes aspectos, além de outros que este julgar relevantes:

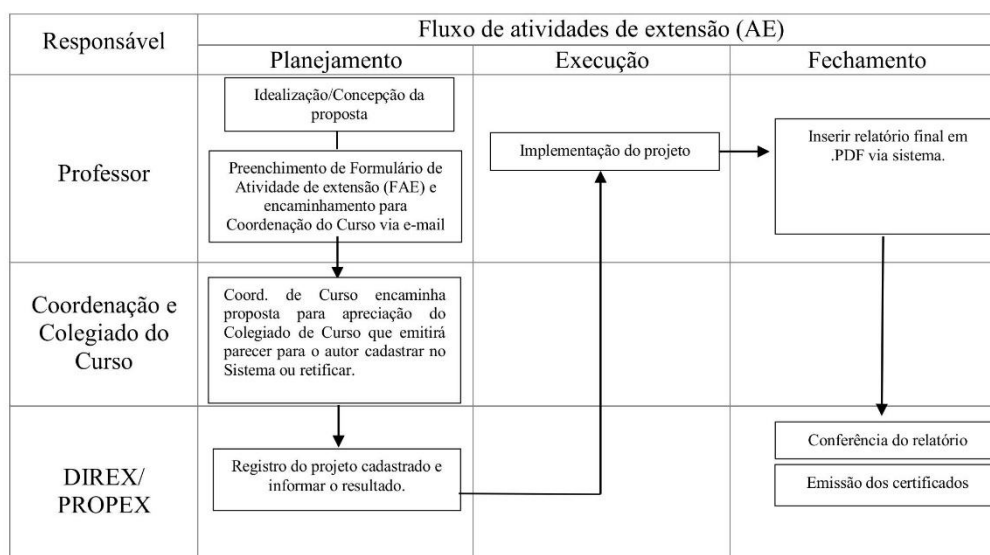
I - Importância da ação para o desenvolvimento do ensino-pesquisa e extensão à comunidade externa;

II - Viabilidade das atribuições ao corpo docente e discente envolvido na ação;

III - Disponibilidade de recursos físicos e financeiros necessários à ação.

Art. 21. Toda e qualquer atividade extensão vinculada ou não a unidade Práticas Curriculares em Sociedade deve ser encaminhada para Diretoria de Extensão (DIREX/PROPEX), para os devidos registros, após aprovação pelo Colegiado de Curso.

Art. 22. A DIREX concederá parecer final encaminhado à Coordenação do respectivo curso, conforme fluxograma a seguir.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO VII

DA VALIDAÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 23. Para efeito deste Regulamento, as Práticas Curriculares em Sociedade poderão ser validadas mediante apresentação de certificados de participação em atividades de extensão do IFS, respeitadas as seguintes regras:

I - Não serão contabilizadas como carga horária de extensão, para fins de integralização do componente Práticas Curriculares em Sociedade, as atividades não previstas nas definições do art. 19 deste Regulamento.

II - Para validação de atividades institucionais aprovadas e registradas, será considerada a carga horária constante do respectivo certificado.

Art. 24. As Práticas Curriculares em Sociedade não poderão ser validadas por reconhecimento de saberes.

Art. 25. Uma mesma atividade não poderá contabilizar, simultaneamente, carga horária para os componentes curriculares “Atividades Complementares” e “Práticas Curriculares em Sociedade”.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 26. Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) cabe propor a estrutura da organização das atividades curriculares na matriz curricular do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), com base nas indicações contidas neste Regulamento e submeter a sua inserção à apreciação do Colegiado do Curso.

Art. 27. Aos Coordenadores(as) de Curso cabe:

I - Realizar sensibilização e apresentação do processo de curricularização junto aos docentes e discentes.

II - Receber proposta da atividade de curricularização da extensão e encaminhar ao Colegiado de Curso.

Art. 28. Ao Colegiado de Curso cabe:

I – Receber e avaliar propostas de organização das atividades curriculares vindas do NDE;

II – Emitir parecer sobre as atividades de extensão propostas para curricularização pelo docente;

Art. 29. Aos docentes cabe:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 CONSELHO SUPERIOR

- I - realizar sensibilização e apresentação do processo de curricularização junto aos discentes;
- II - cadastrar a atividade extensionista no sistema oficial da instituição, após aprovado pelo Colegiado do Curso;
- III - Acompanhar a frequência do discente nas etapas de execução das atividades de curricularização da extensão.

Art. 30 Aos discentes cabe:

- I - matricular-se nas atividades de curricularização da extensão propostas na matriz curricular do seu curso;
- II - ter ciência da atividade extensionista vinculada à curricularização da extensão em que se matriculou;
- III - fazer o acompanhamento da integralização da carga horária das atividades de curricularização da extensão, a fim de que, ao final da graduação, tenha concluído o percentual de, no mínimo, 10% da carga horária do curso.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os cursos de graduação deverão implementar experiências de inclusão de atividades de extensão em seus Projetos Pedagógicos de Curso, e a execução dos novos projetos deverão iniciar a partir do primeiro semestre de 2023.

§1º Enquanto os componentes curriculares Práticas Curriculares em Sociedade ainda não estiverem previstas nos PPC's dos cursos, as atividades de extensão desenvolvidas em conformidade com estas diretrizes poderão ter suas cargas horárias contabilizadas para o componente curricular Atividades Complementares.

§2º Os discentes que reingressarem através de um dos editais de reintegração, transferência externa, transferência interna ou portador de diploma a partir do ano de 2023 deverão cumprir os novos currículos vigentes.

Art. 32. Os projetos de pesquisa e extensão deverão ser registrados em sistema oficial da instituição, de acesso público, salvaguardadas as questões de ética e confidencialidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Art. 33. Os resultados das atividades de pesquisas e extensão deverão ser socializados interna e externamente a instituição.

Art. 34 No histórico do discente deverá constar a carga horária total de curricularização da extensão desenvolvida ao longo do curso.

Art. 35. Considerando os impactos que este Regulamento produzirá nos PPC's, estes deverão ser atualizados até o dia 19 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Entende-se por atualização dos PPC's a finalização do processo de reformulação curricular com a emissão de novos atos autorizativos pelo Conselho Superior do IFS.

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos de forma conjunta entre a PROEN e a PROPEX.

Art. 37. Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ANEXO C – POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO IFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CS/IFS Nº 322, 28 DE JULHO DE 2025

Aprova a Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Sergipe.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o Processo nº 23290.002181/2024-85 e a decisão proferida na 4ª reunião ordinária do Conselho Superior, realizada em 15/07/2025;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, na forma do anexo, em consonância com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aracaju, 28 de julho de 2025.

Ruth Sales Gama de Andrade
Presidente do Conselho Superior/IFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO IFS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Aprovar a Política de Sustentabilidade do IFS nos termos desta Resolução, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.

Parágrafo único. Esta política se aplica a todas as ações administrativas e acadêmicas do IFS, assim como às relações com parceiros, contratados e fornecedores, visando contribuir para a realização dos ODS.

CAPÍTULO II

DA SUSTENTABILIDADE

Seção I

Definição e Conceito de Sustentabilidade

Art. 2º No contexto do IFS, a sustentabilidade é definida como a capacidade de satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Art. 3º A sustentabilidade, no âmbito do IFS, será considerada de forma integrada em quatro dimensões essenciais: ambiental, social, econômica e tecnológica, abrangendo tanto a área educacional quanto a administrativa.

§1º A Dimensão Ambiental deve comprometer-se com a redução dos impactos ambientais negativos e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade ambiental, através da promoção de práticas sustentáveis, preservação dos recursos naturais e integração de temas ambientais nos currículos e atividades educacionais.

§2º A Dimensão Social deve adotar medidas para reduzir as desigualdades sociais, promover o respeito às diferenças e formar valores inclusivos, garantindo a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual, a valorização dos direitos humanos e a promoção da diversidade e inclusão em todas as suas atividades.

§3º A Dimensão Econômica deve buscar otimizar o gasto público, promover a eficiência e eficácia nos processos, e adotar práticas de gestão responsável dos recursos públicos, através da promoção da transparência e ética nas relações financeiras, estimulando a inovação e buscando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável, alinhando a viabilidade econômica com a responsabilidade ambiental e social.

§4º A Dimensão Tecnológica visa incorporar tecnologias sustentáveis em todas as suas práticas, buscando a inovação e o desenvolvimento de soluções que contribuam para a preservação ambiental, a inclusão social e o progresso econômico, de forma a garantir o atendimento das necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

Seção II

Dos Princípios da Sustentabilidade

Art. 4º Os princípios que norteiam a Política de Sustentabilidade do IFS abrangem uma abordagem holística e integrada, visando assegurar uma gestão responsável e consciente por dimensão. A sustentabilidade como prática e valor institucional será considerada, preferencialmente, de forma integrada, em suas três dimensões: ambiental, social e econômica, com ênfase nas seguintes diretrizes:

I. DIMENSÃO AMBIENTAL: foco na redução dos impactos ambientais em ações administrativas e acadêmicas, formando cidadãos conscientes de sua responsabilidade com o meio ambiente.

- a) Uso sustentável dos recursos naturais e bens públicos:
 - i. Utilização de recursos de forma econômica e racional, evitando o desperdício;
 - ii. Promoção e adoção de práticas de consumo sustentável, considerando o ciclo de vida dos produtos adquiridos.
- b) Gestão adequada dos resíduos gerados:
 - i. Incentivo à não produção e à redução, reutilização ou reciclagem de resíduos e rejeitos, dispondo deles de forma adequada;
 - ii. Estímulo ao uso de tecnologias eficientes em termos socioambientais, buscando otimizar os recursos naturais.
- c) Licitações sustentáveis:
 - i. Promoção da responsabilidade socioambiental nas compras e contratações, levando à aquisição de produtos e serviços sustentáveis para a conservação do meio ambiente e melhoria da relação custo/benefício a médio ou longo prazo.
- d) Qualidade de vida no ambiente de trabalho:
 - i. Promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, lastreada na valorização, na satisfação, no respeito, na ética e na transparência;
 - ii. Implementação de melhorias nas condições das instalações físicas e no cuidado preventivo com a saúde e com os riscos de adoecimento relacionado ao trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

- e) Sensibilização e capacitação:
 - i. Desenvolvimento de uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental entre servidores e demais colaboradores internos e externos;
 - ii. Contribuição para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, proporcionando aos servidores oportunidades para aperfeiçoar suas atitudes e desempenho.

II. DIMENSÃO SOCIAL: foco no papel da entidade na sociedade e na gestão das relações com as partes interessadas internas e externas, adotando medidas para reduzir as desigualdades sociais, promover o respeito às diferenças e formar valores inclusivos, garantindo a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de orientação sexual, a valorização dos direitos humanos e a promoção da diversidade e inclusão em todas as suas atividades.

- a) Diálogo social e desenvolvimento territorial:
 - i. Diálogo e engajamento com o público interno e externo sobre práticas de desenvolvimento sustentável, incentivando a atuação como agentes de transformação social;
 - ii. Redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
 - iii. Integração da teoria e prática em sustentabilidade nas práticas pedagógicas;
 - iv. Criação de canais de comunicação e divulgação de resultados de pesquisa;
 - v. Estabelecimento de parcerias para compartilhamento de experiências com outras instituições e redes de contato nacionais e/ou internacionais;
 - vi. Participação dos estudantes em pesquisas de sustentabilidade.
- b) Direitos humanos:
 - i. Respeito aos direitos humanos; prevenção e combate ao assédio; combate ao trabalho compulsório, entre outros.
- c) Diversidade, equidade e inclusão:
 - i. Fomento à inclusão social, ao voluntariado e à cultura da responsabilidade social;
 - ii. Prevenção e combate à discriminação;
 - iii. Promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- d) Relações e práticas de trabalho:
 - i. Desenvolvimento profissional – alinhamento das necessidades de desenvolvimento dos servidores, prezando pela transparência das informações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

III. DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: foco na otimização do gasto público, promoção da eficiência e eficácia nos processos, e adoção de práticas de gestão responsável, com ênfase em transparência, ética, inovação e soluções sustentáveis que integrem viabilidade econômica com responsabilidade ambiental e social.

- a) Aprimoramento das práticas de gestão orçamentária e financeira:
 - i. Distribuição do orçamento alinhada ao planejamento estratégico;
 - ii. Aperfeiçoamento no uso dos recursos e no controle de custos.
- b) Fortalecimento do processo institucional de tomada de decisão:
 - i. Promoção de práticas de economia, racionalização e sustentabilidade no processo decisório;
 - ii. Promoção de práticas de integridade e anticorrupção;
 - iii. Conformidade regimental.
- c) Promoção de controles e de transparência na gestão:
 - i. Alinhamento com o ambiente legal e regulatório;
 - ii. Responsabilidade pela prestação de contas;
 - iii. Produção de relatórios de sustentabilidade e/ou relato integrado;
 - iv. Gestão de riscos e controles internos;
 - v. Privacidade de dados.

Seção III

Dos Objetivos da Sustentabilidade

Art. 5º Os objetivos da sustentabilidade representam diretrizes e metas que a instituição se compromete a alcançar como parte de sua política de sustentabilidade, devendo orientar as ações e iniciativas para promover a sustentabilidade em todas as áreas de atuação do IFS.

Art. 6º São objetivos da sustentabilidade adotados nesta política:

- I. Instaurar uma cultura organizacional pautada pela sustentabilidade, em consonância com o ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, e o ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.
- II. Consolidar práticas que promovam a preservação ambiental e a eficiência nos processos, apoiando os ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, e ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.
- III. Disseminar boas práticas sustentáveis entre os campi, a reitoria do IFS, as Pró-reitorias e outras instituições, contribuindo para o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

IV. Capacitar servidores, discentes, colaboradores e parceiros para práticas sustentáveis, em apoio ao ODS 4 - Educação de Qualidade, e ao ODS 5 - Igualdade de Gênero.

V. Alinhar ações e metas institucionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, integrando-se aos esforços globais de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico.

CAPÍTULO III
DOS PLANOS E PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE

Art 7º O desenvolvimento desta política de sustentabilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe será a partir de 5 temáticas que englobam as três dimensões do desenvolvimento sustentável (Ambiental, Social e Econômica) com base na agenda ambiental na administração pública – A3P do Ministério do Meio Ambiente. Dentre as cinco temáticas temos:

- I. Uso racional de recursos e bens públicos;
- II. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- III. Gestão adequada de resíduos gerados;
- IV. Sensibilização e engajamento da comunidade acadêmica;
- V. Licitações sustentáveis.

Seção I

Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)

Art. 8º O Instituto Federal de Sergipe (IFS) promoverá a elaboração e implementação de Planos e Programas específicos destinados a integrar e promover os princípios da sustentabilidade em todas as suas atividades e processos.

Art. 9º O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) no IFS deve ser um importante instrumento de governança que está diretamente ligado ao planejamento administrativo estratégico da instituição e às leis orçamentárias.

Art. 10. O PLS deverá orientar a estratégia para as contratações e a logística dentro do âmbito do IFS, conforme instituído pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, e em conformidade com a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021).

Art. 11. O PLS deve orientar a elaboração dos planos anuais de contratações, dos estudos técnicos preliminares, dos anteprojetos, dos projetos básicos e dos termos de referência das contratações realizadas pela administração pública federal no contexto do IFS, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Subseção I

Programa de Eficiência Energética

Art. 12. O Programa de Eficiência Energética faz parte de sua estratégia para promover o uso sustentável dos recursos energéticos e contribuir para a redução do impacto ambiental de suas atividades.

Parágrafo único. Este programa visa otimizar o consumo de energia, incentivar a utilização de fontes renováveis e promover a conscientização sobre a importância da eficiência energética no ambiente acadêmico e administrativo.

Artigo 13. São objetivos do Programa de Eficiência Energética:

I. Implementar ações e projetos que promovam a eficiência energética e a geração de energia por fontes renováveis em todas as áreas do Instituto. Além disso, busca estabelecer parcerias estratégicas com órgãos competentes, apoiar iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como promover a formação de profissionais capacitados nesse campo, contribuindo para o ODS 7 - Energia Limpa e Acessível e para o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

II. Estabelecer parcerias e intermediar ações do Programa de Eficiência Energética da Rede Federal - EnergIF com órgãos competentes, visando ações conjuntas e colaborativas para a melhoria da eficiência energética, em apoio ao ODS 7 - Energia Limpa e Acessível.

III. Promover a eficiência energética e a geração de energia por fontes renováveis por meio de pesquisa, projetos e formação de profissionais qualificados nessa área, contribuindo para a transição energética sustentável e para o ODS 7 - Energia Limpa e Acessível.

IV. Fomentar iniciativas nas áreas de infraestrutura, formação profissional, pesquisa, desenvolvimento e inovação, gestão de energia e engajamento com foco em sustentabilidade, visando o desenvolvimento de soluções e práticas mais sustentáveis no âmbito energético, em apoio ao ODS 7 - Energia Limpa e Acessível e ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

V. Apoiar chamadas públicas e editais de eficiência energética e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) relacionados à área de energia, incentivando a participação e o desenvolvimento de projetos inovadores nesse campo, em alinhamento ao ODS 7 - Energia Limpa e Acessível e ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

VI. Apoiar a aquisição de equipamentos para geração de energia por fontes renováveis e a implementação de cursos e capacitações em áreas afins, buscando a disseminação do conhecimento e o incentivo à adoção de tecnologias limpas e sustentáveis, em apoio ao ODS 7 - Energia Limpa e Acessível e ao ODS 4 - Educação de Qualidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Subseção II

Programa de Resíduos Sólidos

Art. 14. O Programa de Resíduos Sólidos é uma iniciativa destinada a implementar práticas e políticas que visam reduzir o impacto ambiental decorrente dos resíduos sólidos.

Art. 15. O Programa de Resíduos Sólidos do Instituto Federal de Sergipe (IFS) tem como objetivos:

I. Implementar práticas e políticas de gestão de resíduos que minimizem o impacto ambiental, priorizando a coleta seletiva, a reciclagem e a redução da geração de resíduos, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais, em apoio ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

II. Estimular a conscientização e o engajamento da comunidade acadêmica em relação à correta disposição de resíduos, promovendo a educação ambiental e a responsabilidade social no manejo dos resíduos sólidos gerados nas instalações do IFS, em alinhamento ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 15 - Vida Terrestre.

III. Desenvolver programas e ações que incentivem a reutilização de materiais e a economia circular, visando a maximização dos recursos e a redução do desperdício, em apoio ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

IV. Promover a cooperação com instituições e órgãos competentes para a implementação de medidas eficazes de gestão de resíduos sólidos, alinhadas com as diretrizes e metas estabelecidas em políticas ambientais e de sustentabilidade, em suporte ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

V. Realizar periodicamente campanhas de sensibilização e educação ambiental sobre a importância da gestão adequada de resíduos sólidos, envolvendo toda a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, em alinhamento ao ODS 4 - Educação de Qualidade e ao ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.

VI. Monitorar e avaliar continuamente os resultados das ações implementadas no âmbito do Programa de Resíduos Sólidos, buscando aprimorar constantemente as práticas de gestão ambiental e a eficiência na gestão dos resíduos sólidos, em apoio ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

Subseção III

Programa de Uso Racional da Água

Art. 16. O Programa de Uso Racional da Água no IFS é uma iniciativa de caráter permanente, voltada para o desenvolvimento de atividades tecnológicas, mobilização da comunidade acadêmica e gestão eficiente para assegurar o uso responsável desse recurso vital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

inclui promover uma mudança de mentalidade e comportamento em relação ao meio ambiente e à responsabilidade socioambiental, alinhando-se ao ODS 4 - Educação de Qualidade e ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

III. Fortalecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, integrando os ODS nos currículos dos cursos em todos os níveis de ensino oferecidos pelo IFS, garantindo que os alunos estejam alinhados com os esforços globais de sustentabilidade, contribuindo principalmente para o ODS 4 - Educação de Qualidade e para o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

IV. Promover a conscientização e engajamento da comunidade acadêmica em iniciativas práticas que promovam o desenvolvimento sustentável, incluindo projetos de educação, ações de voluntariado, campanhas educativas e parcerias com organizações e empresas que compartilhem valores e objetivos semelhantes em relação à sustentabilidade, contribuindo para a realização dos ODS, especialmente o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

V. Desenvolver ações que promovam a integração da sustentabilidade nos currículos dos cursos ofertados no Instituto Federal de Sergipe, contribuindo diretamente para o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

VI. Estimular práticas pedagógicas que incorporem a temática da sustentabilidade, visando à formação de profissionais conscientes de sua responsabilidade socioambiental, contribuindo principalmente para o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

VII. Colaborar na elaboração de políticas institucionais que promovam a inserção de conteúdos relacionados à sustentabilidade nos projetos pedagógicos dos cursos, contribuindo para a realização do ODS 4 - Educação de Qualidade e do ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

VIII. Incentivar a criação de disciplinas e projetos interdisciplinares que abordem questões ambientais, sociais e econômicas, contribuindo para a formação integral dos estudantes, alinhando-se aos ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

IX. Fomentar a realização de eventos acadêmicos que promovam a discussão e a disseminação de conhecimentos sobre sustentabilidade, contribuindo para a realização dos ODS, especialmente o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

Subseção II

Programa Logística Reversa no Trabalho

Art. 20. O Programa Logística Reversa no Trabalho representa um compromisso institucional com a promoção da sustentabilidade em suas práticas administrativas, alinhada estrategicamente com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do governo federal, fortalecendo a integração de iniciativas sustentáveis e boas práticas de gestão ambiental.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Art. 17. São objetivos do Programa de Uso Racional da Água:

I. Implementar medidas que levem a uma redução substancial na demanda de água em todas as instalações do IFS e adotar tecnologias e práticas de conservação hídrica para garantir a sustentabilidade desse recurso ao longo do tempo, contribuindo para o ODS 6 - Água Limpa e Saneamento.

II. Estabelecer um sistema de gestão completo e eficiente para monitorar o consumo de água, identificar áreas de desperdício e implementar ações corretivas e promover a capacitação de colaboradores e estudantes para o uso racional da água, incentivando práticas conscientes e responsáveis, em apoio ao ODS 6 - Água Limpa e Saneamento.

III. Estabelecer parcerias e intercâmbios de conhecimento com entidades e instituições voltadas para o uso eficiente da água, visando o compartilhamento de experiências e aprimoramento contínuo das práticas de gestão hídrica, em consonância com o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

IV. Investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o aproveitamento e reutilização de água, visando reduzir o consumo e promover a eficiência hídrica nas instalações do IFS e incentivar projetos acadêmicos e iniciativas de pesquisa relacionadas à conservação e uso sustentável da água, envolvendo estudantes e professores em soluções criativas e ambientalmente responsáveis, alinhado ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ao ODS 6 - Água Limpa e Saneamento.

Seção II

Plano de Sustentabilidade Sócio-Ambiental

Subseção I

Programa de Educação e Sustentabilidade

Art.18. O Programa de Educação e Sustentabilidade no IFS é uma iniciativa abrangente que busca integrar os princípios da sustentabilidade em todas as atividades educativas e projetos pedagógicos da instituição.

Art. 19. São objetivos do Programa de Educação e Sustentabilidade:

I. Enfatizar a importância de incorporar os princípios da sustentabilidade em todos os projetos de ensino e aprendizagem realizados pelo IFS, o que significa não apenas abordar questões ambientais, mas também aspectos sociais e econômicos relacionados à sustentabilidade, contribuindo para a realização dos ODS, especialmente o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

II. Incentivar uma abordagem holística da educação para o desenvolvimento sustentável, envolvendo não apenas o currículo formal, mas também atividades educativas extracurriculares, o que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Art. 21. São objetivos do Programa Logística Reversa no Trabalho:

I. Buscar relacionar suas iniciativas administrativas ao *Environmental, Social and Governance* (ESG), adotando práticas e políticas de gestão ambiental que não apenas minimizem o impacto ambiental das atividades do IFS, mas também promovam a eficiência energética e a responsabilidade social, contribuindo para os ODS, especialmente o ODS 7 - Energia Limpa e Acessível, o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e o ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

II. Implementar práticas sustentáveis de impressão, como a adoção de impressoras coletivas configuradas para impressão em frente e verso, visando reduzir o consumo de papel, alinhando-se ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

III. Reduzir significativamente o uso de papel por meio de orientações aos colaboradores sobre a utilização eficiente dos dois lados do papel nas impressões, contribuindo para o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

IV. Estimular a reutilização do papel descartado para a confecção de blocos de anotações, promovendo a economia de recursos e o reaproveitamento de materiais, alinhando-se ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

V. Estabelecer um sistema de reciclagem eficiente para papel, papelão e plástico nas instalações do IFS, contribuindo para a redução do descarte inadequado de resíduos, em apoio ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

VI. Incentivar a substituição de copos descartáveis por canecas duráveis e copos de vidro, como parte das ações para diminuir o uso de plástico e promover a sustentabilidade, contribuindo para o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

VII. Realizar campanhas de conscientização e sensibilização para a redução do consumo de energia e água, incentivando práticas sustentáveis entre os colaboradores e estudantes, em apoio aos ODS 6 - Água Potável e Saneamento e ODS 7 - Energia Limpa e Acessível.

VIII. Implementar coletores seletivos para reciclagem de copos plásticos, água e café, além de lixeiras coloridas para destinação correta de diferentes tipos de resíduos, contribuindo para o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e para o ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

IX. Estabelecer um sistema de coleta separada para pilhas e baterias de celular, promovendo o descarte adequado desses materiais e evitando a contaminação ambiental, em apoio ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

X. Oferecer orientações sobre a separação de resíduos no ambiente de trabalho e em casa, incentivando práticas de reciclagem e redução do desperdício, alinhando-se ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

XI. Produzir materiais de divulgação com informações sobre os 5 R's (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar), além de outros princípios da A3P, para disseminar a cultura da sustentabilidade, contribuindo principalmente para o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

XII. Realizar ações de reflorestamento com espécies típicas da região nas áreas próximas às instalações do IFS, contribuindo para a preservação ambiental e a promoção da biodiversidade, em apoio ao ODS 15 - Vida Terrestre.

XIII. Desenvolver projetos para captar e reutilizar água da chuva na jardinagem e outras atividades, visando a conservação dos recursos hídricos, contribuindo para o ODS 6 - Água Potável e Saneamento.

XIV. Estabelecer parcerias para a coleta seletiva solidária, promovendo a inclusão de famílias no mercado de trabalho por meio da reciclagem de materiais, em apoio ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ao ODS 10 - Redução das Desigualdades.

XV. Capacitar os funcionários em áreas como limpeza, copeiragem e vigilância sobre a importância da coleta seletiva e das práticas da A3P, integrando-os às iniciativas de sustentabilidade, contribuindo para o ODS 4 - Educação de Qualidade e para o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

XVI. Apoiar as ações contínuas voltadas para a melhoria do ambiente de trabalho e a promoção da saúde e bem-estar dos servidores do IFS, contribuindo para o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar.

Subseção III

Programa Sustentabilidade Social

Art. 22. O Programa de Sustentabilidade Social no IFS é uma iniciativa estratégica voltada para o desenvolvimento de ações concretas que promovam a sustentabilidade social no ambiente educacional.

Art. 23. O Programa de Sustentabilidade Social tem como objetivo central a construção de um ambiente inclusivo, igualitário, ético e respeitoso para todos os membros da comunidade acadêmica do IFS, que abrange não apenas alunos e professores, mas também funcionários e demais colaboradores, buscando garantir condições de participação plena e equitativa para todos.

Art. 24. O Programa de Sustentabilidade Social será uma parceria estratégica com os Núcleos de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão do IFS, em colaboração com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, através de uma ampla gama de ações, como:

I. Implementar ações de combate à discriminação e ao preconceito, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, em apoio ao ODS 10 - Redução das Desigualdades.

II. Promover atividades educativas e culturais voltadas para a diversidade e inclusão, visando sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da valorização das diferenças, em suporte ao ODS 4 - Educação de Qualidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

III. Realizar capacitações em direitos humanos e igualdade de gênero, buscando fortalecer o conhecimento e a conscientização sobre essas questões dentro da comunidade acadêmica, em consonância com o ODS 5 - Igualdade de Gênero e o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

IV. Desenvolver outras iniciativas que visem fortalecer os valores de respeito, tolerância e justiça social dentro da comunidade acadêmica, contribuindo para a construção de um ambiente inclusivo e equitativo, em alinhamento com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

Subseção IV

Programa IFS Sustentável: Fomento de Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação

Art. 25. O Programa IFS Sustentável para o Fomento de Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação é uma iniciativa voltada para promover a pesquisa, a extensão e a inovação nas áreas relacionadas à sustentabilidade no IFS.

§1º O Programa IFS Sustentável é um compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, buscando não apenas compreender os desafios enfrentados pela região e pelo país, mas também desenvolver soluções concretas para enfrentá-los, identificando oportunidades para aprimorar práticas existentes ou criar novas abordagens que promovam a sustentabilidade em diversos setores da sociedade.

§2º O Programa IFS Sustentável buscará fomentar a interdisciplinaridade e a integração entre diferentes áreas do conhecimento, reconhecendo a complexidade dos desafios enfrentados pela sustentabilidade e a necessidade de abordagens integradas para enfrentá-los, por meio da colaboração entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais de diversas áreas, enriquecendo o debate e a promoção de uma compreensão mais abrangente e multifacetada das questões relacionadas à sustentabilidade.

§3º O Programa deve colaborar com instituições e organizações externas, como outras instituições de pesquisa, empresas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, para acessar recursos adicionais, compartilhar conhecimentos e experiências, e aumentar o impacto das suas iniciativas sustentáveis em escala regional, nacional e até mesmo internacional.

Art. 26. São objetivos do Programa IFS Sustentável para o Fomento de Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação:

I. Promover a pesquisa, a extensão e a inovação nas áreas relacionadas à sustentabilidade no IFS, visando não apenas compreender, mas também enfrentar os desafios enfrentados pela região e pelo país em relação à sustentabilidade, contribuindo para o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

II. Fomentar a interdisciplinaridade e a integração entre diferentes áreas do conhecimento, reconhecendo a complexidade dos desafios enfrentados pela sustentabilidade, por meio da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

colaboração entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais de diversas áreas, para enriquecer o debate e promover uma compreensão mais abrangente e multifacetada das questões relacionadas à sustentabilidade, alinhado ao ODS 4 - Educação de Qualidade e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

III. Estabelecer parcerias estratégicas com instituições e organizações externas, como outras instituições de pesquisa, empresas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, para acessar recursos adicionais, compartilhar conhecimentos e experiências, e aumentar o impacto das iniciativas sustentáveis desenvolvidas pelo IFS em escala regional, nacional e internacional, em apoio ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

IV. Realizar chamadas públicas para o financiamento de projetos com ênfase nos Programas propostos nesta política, contribuindo indiretamente para uma série de ODS, incluindo o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

V. Implementar iniciativas que promovam o empreendedorismo sustentável dentro do IFS, oferecendo cursos, workshops e mentorias específicas sobre empreendedorismo sustentável, bem como apoiar a incubação e aceleração de empreendimentos que apresentem soluções inovadoras para desafios ambientais e sociais, alinhado ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

VI. Estabelecer ações para o desenvolvimento de start-ups sustentáveis no âmbito do IFS, através da disponibilização de recursos financeiros, infraestrutura adequada e apoio técnico para start-ups que estejam focadas em desenvolver produtos, serviços ou tecnologias que contribuam para a promoção da sustentabilidade nas áreas dos Programas dessa política, em apoio ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.

VII. Implementar medidas para proteger e promover a propriedade intelectual relacionada a projetos e iniciativas sustentáveis desenvolvidas no IFS, visando maximizar o impacto e a disseminação de soluções sustentáveis desenvolvidas pela comunidade acadêmica do IFS, em apoio ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

VIII. Fomentar e incentivar a realização de eventos científicos e culturais que tenham a sustentabilidade como temática central, proporcionando à comunidade acadêmica um espaço de debate e disseminação de conhecimentos relacionados às questões ambientais, de responsabilidade social e inovação, apoiando o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

IX. Incentivar a formação de grupos de pesquisa que tenham como objetivo principal a investigação e a aplicação de práticas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento regional e a disseminação de boas práticas, em apoio ao ODS 4 - Educação de Qualidade e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Subseção V

Programa de Gestão de Pessoas Sustentável no IFS

Art. 27. O Programa integra os princípios da sustentabilidade na gestão de pessoas da instituição com a finalidade de promover ações que sensibilizem, capacitem e engajem os servidores do IFS em práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

Art. 28. São objetivos do Programa de Gestão de Pessoas Sustentável no IFS:

I. Promover a conscientização dos servidores por meio de campanhas educativas e informativas sobre a importância da sustentabilidade no ambiente de trabalho, visando criar uma cultura organizacional voltada para práticas sustentáveis, em apoio ao ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis.

II. Oferecer programas de capacitação e treinamento aos servidores, com o intuito de fornecer conhecimentos e habilidades necessárias para a adoção de comportamentos e práticas sustentáveis em suas atividades cotidianas, alinhado ao ODS 4 - Educação de Qualidade.

III. Integrar critérios e indicadores de sustentabilidade nos processos de gestão de pessoas, tais como seleção, avaliação de desempenho e planos de desenvolvimento profissional, incentivando a adoção de comportamentos alinhados com os princípios da responsabilidade socioambiental, em apoio ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

IV. Desenvolver e implementar ações que visem promover um ambiente de trabalho saudável, acolhedor e inclusivo, onde todos os servidores **se sintam** valorizados e respeitados, contribuindo para o bem-estar e a produtividade no ambiente laboral, em apoio ao ODS 3 - Saúde e Bem-Estar e ODS 10 - Redução das Desigualdades. *(Concordância verbal de "sintam" com "todos os servidores" e uso da partícula "se" reflexiva)*

V. Estimular a troca de experiências e o compartilhamento de boas práticas entre os servidores, por meio de redes de colaboração e espaços de diálogo, favorecendo a disseminação de iniciativas sustentáveis e o aprendizado contínuo, em apoio ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

VI. Desenvolver e executar ações que visem promover a saúde física, mental e emocional dos servidores, bem como melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, contribuindo para o aumento da satisfação e do engajamento dos colaboradores, em apoio ao ODS 3 - Saúde e Bem-Estar.

VII. Incentivar e apoiar a participação dos servidores em programas de voluntariado e em ações sociais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da comunidade local e para o fortalecimento do papel social do IFS, em apoio ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

VIII. Desenvolver projetos e atividades específicas destinadas aos servidores aposentados, com o objetivo de promover seu engajamento em iniciativas relacionadas à sustentabilidade, como voluntariado em projetos sociais, mentorias para servidores mais jovens e participação em atividades de educação ambiental, em apoio ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

IX. Oferecer aos novos servidores ingressantes no IFS orientação, suporte e integração aos valores e práticas sustentáveis da instituição desde o momento de sua admissão, contribuindo para uma rápida adaptação e alinhamento às políticas e objetivos institucionais, em apoio ao ODS 4 - Educação de Qualidade.

X. Desenvolver ações inclusivas voltadas para servidores com necessidades específicas, tais como pessoas com deficiência, visando garantir seu pleno acesso e participação nas atividades do IFS, para a promoção de ambientes de trabalho inclusivos e diversos, em apoio ao ODS 10 - Redução das Desigualdades.

Subseção VI

Programa de Comunicação Sustentável do IFS

Art. 29. O Programa de Comunicação Sustentável tem como objetivo principal promover a conscientização, engajamento e mobilização da comunidade do IFS e da sociedade em geral em relação às questões de sustentabilidade, visando disseminar informações, promover o diálogo e incentivar a adoção de práticas sustentáveis.

Art. 30. São objetivos do Programa de Comunicação Sustentável do IFS:

I. Desenvolver e executar campanhas de comunicação voltadas para a conscientização sobre temas relacionados à sustentabilidade, abordando questões ambientais, sociais e econômicas relevantes para a comunidade do IFS e para a sociedade em geral, em apoio ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis e ODS 15 - Vida Terrestre.

II. Produzir conteúdos informativos, educativos e inspiradores sobre sustentabilidade, por meio de materiais impressos, digitais, audiovisuais e outros formatos acessíveis, com o objetivo de disseminar conhecimento e promover a reflexão sobre a importância da sustentabilidade em nosso cotidiano, em apoio ao ODS 4 - Educação de Qualidade.

III. Manter nas plataformas online do IFS **um** espaço dedicado à sustentabilidade, contendo informações, recursos educativos, notícias, boletins informativos e espaços de interação para compartilhamento de experiências e boas práticas entre os membros da comunidade acadêmica, em apoio ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação. (*Concordância nominal de "um espaço"*)

IV. Realizar o monitoramento e avaliação contínuos das ações de comunicação desenvolvidas pelo programa, por meio de indicadores de impacto, feedback da comunidade e análises de resultados, visando aprimorar constantemente suas estratégias e mensagens, em apoio ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Seção I

Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) e Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINOVE)

Art. 31. Compete à PROPEX e à DINOVE coordenar o Programa IFS Sustentável: Fomento de Projetos de Pesquisa e Extensão, na medida de suas competências.

Seção II

Pró-reitoria de Ensino (PROEN)

Art. 32. Compete à PROEN coordenar o Programa de Educação e Sustentabilidade.

Seção III

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Art. 33. Compete à PROGEP coordenar o Programa de Gestão de Pessoas Sustentável no IFS.

Seção IV

Pró-reitoria de Administração (PROAD)

Art. 34. Compete à PROAD coordenar os Programas de Eficiência Energética, Resíduos Sólidos, Programa de Uso Racional da Água, além do Plano Diretor de Logística Sustentável.

Seção V

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

Art. 35. Compete à PRODIN:

I. Monitorar e avaliar a efetividade da política de sustentabilidade do IFS, garantindo sua implementação e contínua melhoria.

II. Assegurar que a gestão de riscos e controles internos incorpore aspectos sustentáveis em suas operações, identificando e mitigando possíveis impactos negativos ao meio ambiente, à sociedade e à economia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

III. Promover estudos e análises que estabeleçam conexões entre a oferta de cursos do IFS e as demandas sustentáveis da sociedade, com o objetivo de alinhar a formação profissional oferecida pela instituição às necessidades e desafios ambientais, sociais e econômicos.

IV. Coordenar o Programa de Gestão Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Programa de Sustentabilidade Social.

V. Coordenar o Comitê de Sustentabilidade Institucional, atuando como instância de articulação e tomada de decisões relacionadas às políticas e ações sustentáveis do IFS, garantindo a participação e o engajamento de todos os setores e agentes envolvidos na promoção da sustentabilidade.

Seção VI

Diretoria de Comunicação Social e Eventos (DCOM)

Art. 36. Compete à DCOM coordenar o Programa de Comunicação Sustentável do IFS.

CAPÍTULO V

DOS COMITÊS DE SUSTENTABILIDADE

Art. 37. Com o intuito de implementar e operacionalizar a Política de Sustentabilidade do IFS, deverão ser criados os Comitês de Sustentabilidade.

Seção I

Do Comitê de Sustentabilidade Institucional

Art. 38. O Comitê de Sustentabilidade Institucional, sediado na PRODIN e atuando em nível estratégico no IFS, tem como função coordenar a Política de Sustentabilidade, visando garantir a implementação eficaz da política de sustentabilidade.

Parágrafo único. O Comitê será composto por representantes das Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas, além de um representante discente, um docente e um técnico administrativo, designados pelas respectivas instâncias de representação.

Art. 39. Este comitê tem como competências:

I. Elaborar diretrizes e estratégias para a promoção da sustentabilidade em todas as atividades do IFS.

II. Coordenar a integração das dimensões ambiental, social, econômica e tecnológica em projetos e programas institucionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

III. Estabelecer metas e indicadores de desempenho para avaliação da efetividade das ações sustentáveis.

IV. Realizar o acompanhamento periódico e a análise crítica do desempenho da política e dos programas de sustentabilidade.

V. Propor ajustes e melhorias na política e práticas sustentáveis do IFS, com base nos resultados do monitoramento e avaliação.

VI. Promover a conscientização e o engajamento da comunidade acadêmica em relação à sustentabilidade, por meio de campanhas, eventos e atividades educativas.

VII. Estabelecer parcerias e colaborações com instituições externas para o desenvolvimento de projetos e iniciativas sustentáveis.

VIII. Prestar informações e relatórios sobre as atividades e resultados do Comitê às instâncias superiores de gestão do IFS.

Art. 40. São responsabilidades do Comitê de Sustentabilidade Institucional realizar o monitoramento e avaliação do desempenho da Política e Programas de sustentabilidade no âmbito do IFS, através do Sistema de Avaliação e Monitoramento da Política de Sustentabilidade do IFS.

Seção II

Dos Comitês de Sustentabilidade Operacionais

Art. 41. Os Comitês de Sustentabilidade Operacionais deverão ser criados em cada um dos campi do IFS.

Art. 42. Os Comitês serão responsáveis pela implementação prática e monitoramento dos Programas previstos e iniciativas de sustentabilidade em cada campus do IFS. (*Singular de "campus"*)

Art. 43. Os Comitês devem colaborar com as diretorias, coordenações de curso e demais setores administrativos para garantir a incorporação efetiva dos princípios de sustentabilidade nas atividades diárias do Instituto.

§1º Os Comitês de Sustentabilidade Operacionais serão compostos por membros da comunidade acadêmica, da gestão do ensino e da administração, incluindo representantes de docentes, discentes e técnicos administrativos.

§2º Cada Comitê de Sustentabilidade Operacional terá um responsável local, escolhido dentre seus membros, que será responsável por articular as ações sustentáveis no respectivo Campus e com o Comitê de Sustentabilidade Institucional.

§3º Os Comitês serão subordinados às Direções Gerais de cada Campus, atuando em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Sustentabilidade Institucional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. O canal oficial para o esclarecimento de dúvidas e questões relacionadas à sustentabilidade no âmbito do Instituto Federal de Sergipe (IFS) será o Comitê de Sustentabilidade Institucional, sediado na PRODIN (Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional), sendo responsável por fornecer orientações, diretrizes e informações pertinentes às práticas sustentáveis adotadas pelo IFS.

Art. 45. A Reitoria e os Campi do IFS terão o prazo de até 180 dias, a partir da data de publicação desta Política, para constituírem seus respectivos Comitês de Sustentabilidade Institucional, prazo que garantirá a estruturação adequada dos comitês e permitirá o início efetivo de suas atividades no desenvolvimento e implementação de ações sustentáveis em suas respectivas unidades.

Art. 46. O Comitê de Sustentabilidade Institucional e os demais órgãos que fazem parte desta política poderão estabelecer sinergias e colaborações com o Programa de Integridade do IFS, visando fortalecer a cultura organizacional de integridade e sustentabilidade, podendo incluir ações conjuntas para promover a ética, a transparência e a responsabilidade socioambiental em todas as atividades do instituto.

Art. 47. O Comitê de Sustentabilidade Institucional e os demais órgãos que fazem parte desta política atuarão em parceria com a Ouvidoria do IFS para receber e tratar demandas, sugestões e reclamações relacionadas à sustentabilidade.

Art. 48. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 49. As fontes de financiamento das ações relacionadas a sustentabilidade terão origem na LOA visto a estarem intrínsecas em diversas rubricas, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Além disso, as ações podem ser patrocinadas pela participação em editais tanto internos quanto externos ou ainda através de projetos patrocinados por emendas parlamentares.

Art. 50. Quanto aos indicadores e metas, além de cronograma de execução, os mesmos já se encontram inseridos no PDI e nos PAT além de serem inclusos nos dois grandes planos desta política.

Art. 51. Os casos omissos serão tratados pelo Comitê de Sustentabilidade Institucional, que tomará as devidas providências para sua resolução de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política de Sustentabilidade do IFS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO I
 PLANOS E PROGRAMAS A SEREM IMPLANTADOS E EM EXECUÇÃO NO IFS

DIMENSÃO	TEMÁTICA	PLANOS E PROGRAMAS NO IFS
AMBIENTAL	Gestão adequada de resíduos gerados	Programa de resíduos sólidos (a ser implantado)
		Programa de eficiência energética (a ser implantado)
		Programa de uso da água (a ser implantado)
		Programa logística reversa no trabalho (a ser implantado)
SOCIAL	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Programa de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida dos Servidores
		Programa de Acolhimento aos servidores ingressantes do IFS – PASIFS
		Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais
		Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual (Lei 14.540/2023, Art. 4º)
		Programa de Integridade
	Sensibilização e engajamento da comunidade acadêmica	Plano de Dados Abertos
		Programa Mulher, Gênero e Feminismo na Ciência – Mulher na Ciência
		Programa de Popularização da Ciência no IFS
		Programa Institucional de Pesquisa e Extensão em Ações Afirmativas
		Programa de Prevenção e Combate à Corrupção
		Programa de gestão de pessoas (a ser implantado)
		Programa de comunicação sustentável (a ser implantado)
		Programa de sustentabilidade social (a ser implantado)
		Programa IFS sustentável – fomento à pesquisa (a ser implantado)
		Programa de educação sustentável (a ser implantado)
		Plano Diretor de Logística Sustentável
		Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva
		Plano de Gestão Orçamentária e Financeira
		Plano Anual de Contratação
ECONÔMICA	Uso racional de recursos e bens públicos e Licitações sustentáveis	Plano Diretor de Logística Sustentável
		Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva
		Plano de Gestão Orçamentária e Financeira
		Plano Anual de Contratação